

Fundação Casa de Rui Barbosa

Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos

Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Ariane Corrêa Silvestre da Silva

Inventário como uma estratégia de preservação do patrimônio esportivo:

Estudo de caso acervo museológico do Clube de Regatas do Flamengo

Rio de Janeiro

2026

Ariane Corrêa Silvestre da Silva

Inventário como uma estratégia de preservação do patrimônio esportivo:

Estudo de caso acervo museológico do Clube de Regatas do Flamengo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos

Área de Concentração: Linha de pesquisa 1

Orientador (a): Prof (a) Dra. Claudia S. Rodrigues de Carvalho

Coorientadora: Prof (a). Dra. Elizabete de Castro Mendonça (UNIRIO)

Rio de Janeiro

2026

CATALOGAÇÃO NA FONTE

FCRB

S586 i Silva, Ariane Corrêa Silvestre da.
 Inventário como uma estratégia de preservação do patrimônio esportivo: estudo de caso acervo museológico do Clube de Regatas do Flamengo / Ariane Corrêa Silvestre da Silva. – 2026.
 124 f.

 Orientadora: Dra. Claudia Suely Rodrigues de Carvalho.
 Coorientadora: Dra. Elizabete de Castro Mendonça.
 Dissertação (mestrado) – Fundação Casa de Rui Barbosa, Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Rio de Janeiro, 2026.

 1. Documentação museológica. 2. Inventário. 3. Patrimônio esportivo. 4. Preservação do patrimônio cultural. I. Carvalho, Claudia Suely Rodrigues de, orient. II. Mendonça, Elizabete de Castro, coorient. III. Fundação Casa de Rui Barbosa. Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos. IV. Título.

CDD 069

Responsável pela catalogação:

Bibliotecária – Dilza Ramos Bastos

CRB7/2.348

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ariane Corrêa Silvestre da Silva

Inventário como uma estratégia de preservação do patrimônio esportivo:

Estudo de caso acervo museológico do Clube de Regatas do Flamengo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos Área de Concentração: Linha de pesquisa 1

Aprovado em 25 de fevereiro de 2026.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Claudia S. Rodrigues de Carvalho (Orientadora)
PPGMA/ FCRB

Prof^a. Dr^a. Elizabete de Castro Mendonça (Coorientadora)
UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Aparecida Marina de Souza Rangel
PPGMA / FCRB

Prof^a. Dr^a. Ana Ligia Medeiros
PPGMA/ FCRB (suplente interno)

Dr^a. Maria Cristina Mitidieri

Prof. Dr. Jorge Astorga
PGPP-FAU-UFRJ (suplente externo)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, que me ensinou a amar a história e a contá-la às pessoas.

À minha irmã, que sempre foi o meu refúgio.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi um longo caminho, no qual precisei abrir mão de muitas coisas. Ainda assim, posso afirmar que esse percurso não foi feito de forma solitária.

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Prof.^a Cláudia Carvalho, pela escuta atenta e generosa ao longo de todo o processo, e à minha coorientadora, Profa.^a Elizabete Mendonça, que me acompanha desde a graduação e aceitou seguir comigo também neste projeto, contribuindo de forma fundamental para minha trajetória acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervo, pelo caráter multidisciplinar e pela proposta formativa que articula os debates acadêmicos contemporâneos às demandas do campo profissional, possibilitando a permanência de profissionais em atividade no mestrado.

Às amigas museólogas que atuam em museus do esporte e que contribuíram diretamente para esta pesquisa, especialmente Sibelle Barbosa, Beatriz Mesquita e Vanessa Leão. As trocas de experiências e a partilha dos desafios da documentação museológica foram essenciais para que este trabalho dialogasse com o panorama brasileiro dos museus do esporte.

À banca de qualificação, Prof.^a Aparecida Rangel e Cristina Mitidieri, pelas contribuições fundamentais que deram novos rumos à minha escrita, e aos suplentes, Prof.^a Ana Lígia, Victor de Andrade Melo e Jorge Astorga, pela disponibilidade e atenção ao meu processo.

Ao Clube de Regatas do Flamengo e à minha gerente, Desiree Reis, pela autorização da pesquisa e pelo apoio cotidiano. Aos meus colegas de equipe, pelos debates metodológicos que contribuíram diretamente para a consolidação deste tema de pesquisa.

À minha família, pelo apoio constante em cada etapa da minha trajetória acadêmica. À minha namorada, pela escuta paciente ao longo do último ano. Às minhas amigas, pela presença e pelo cuidado diário.

Obrigada. Eu sou porque vocês são.

*“Você não percebeu que é o único representante do seu
sonho na face da Terra?*

*Se isso não fizer você correr, chapa,
eu não sei o que vai.”*

Emicida, Levanta e Anda

RESUMO

SILVA, Ariane Corrêa Silvestre da Silva. *Inventário como uma estratégia de preservação do patrimônio esportivo: Estudo de caso do acervo museológico do Clube de Regatas do Flamengo*. Rio de Janeiro. 2026. 134 F. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Esta dissertação analisa os processos de inventário do acervo museológico em instituições esportivas brasileiras, tomando como estudo de caso principal o acervo do Departamento de Patrimônio Histórico do Clube de Regatas do Flamengo e estabelecendo uma análise comparativa com os museus do Sport Club Internacional, do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e do Botafogo de Futebol e Regatas. Parte-se do pressuposto de que um processo de documentação estruturado e sensível às particularidades do patrimônio esportivo potencializa as dinâmicas de preservação e gestão desses acervos. A pesquisa parte do seguinte questionamento: as metodologias de inventariação já estabelecidas, voltadas à preservação e à gestão de acervos museológicos, são suficientes para atender às especificidades dos museus do esporte? A investigação é aplicada, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de caso, com ênfase na análise comparativa das fichas de inventário e dos procedimentos documentais adotados pelas instituições estudadas, considerando seus campos, terminologias e metodologias de preenchimento. Os resultados evidenciam três desafios centrais: (1) a inconsistência no uso da terminologia museológica aplicada ao patrimônio esportivo; (2) a escassez de metodologias específicas voltadas à gestão desse tipo de acervo; e (3) a insuficiência de políticas públicas direcionadas à preservação do patrimônio esportivo no contexto brasileiro. O marco teórico articula contribuições de Cristina Mitidieri (2022), acerca da museologia voltada a clubes esportivos, de Lúcia Alegrias (2017), no que se refere às representações identitárias no futebol, e de Christian Bromberger (2021), que compreende o esporte como fenômeno cultural e patrimônio. A análise demonstra como a adoção de práticas documentais padronizadas, fundamentadas nas normativas internacionais do Spectrum 4.0, do CIDOC, do Object ID e nas diretrizes do ICOM, pode qualificar os processos de preservação da memória esportiva. Como resultado, a dissertação propõe a elaboração de um guia prático para o preenchimento de inventário de acervos museológicos do patrimônio esportivo, concebido como um instrumento de fácil aplicação, voltado a museus vinculados a clubes esportivos, com definição de campos mínimos, orientações de preenchimento e exemplos práticos, contribuindo para o fortalecimento das práticas de documentação museológica nesse campo específico.

Palavras chave: documentação museológica; inventário; patrimônio esportivo.

ABSTRACT

SILVA, Ariane Corrêa Silvestre da Silva. *Inventário como uma estratégia de preservação do patrimônio esportivo: Estudo de caso do acervo museológico do Clube de Regatas do Flamengo*. Rio de Janeiro. 2026. 134 F. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

This dissertation analyzes the recording processes of museum collections in Brazilian sports institutions, with a case study conducted at the collection of the Departamento de Patrimônio Histórico do Clube de Regatas do Flamengo and also a comparative analysis with the museums of Sport Club Internacional, Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, and Botafogo de Futebol e Regatas. Considering that a structured documentation process regarding the specificities of sports heritage can improve the dynamics of its preservation and management, the research starts from the following question: are the inventory standards already established for the preservation and management of museum collections, adequate to meet the specificities of sports museums? The investigation, of a qualitative nature, is based on bibliographic research, document analysis, and fieldwork, with an emphasis on the comparative analysis of inventory forms and documentary procedures adopted by the selected institutions, considering their fields, terminologies, and documentation methodologies. The results reveal three central challenges: (1) inconsistency in the use of museological terminology applied to sports heritage; (2) a lack of methodologies specifically designed for the management of this type of collection; and (3) the insufficiency of public policies aimed at the preservation of sports heritage in the Brazilian context. The theoretical framework draws on contributions by Cristina Mitidieri (2022) regarding museology in sports clubs, Lúcia Alegrias (2017) on identity representations in football, and Christian Bromberger (2021), who understands sport as a cultural phenomenon and a form of heritage. The analysis demonstrates how the adoption of standardized documentary practices, based on the international standards of Spectrum 4.0, CIDOC, Object ID and ICOM guidelines, can qualify the processes of preserving sports memory. As a result, this dissertation proposes the development of a practical guideline for filling inventories of museum collections of sports heritage, conceived as an easy-to-use tool aimed at museums linked to sports clubs, with definitions of minimum fields, completion guidelines, and practical examples, contributing to the strengthening of museum documentation practices in this specific field.

Keywords: museum documentation; inventory; sports heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Torcedor emocionado com o troféu Copa do Brasil 2022 —————	29
Figura 2- Atividade integrada do Educativo Museu Flamengo e a equipe de Museologia na aldeia Tekoa Ka’aguy Ovy Porã —————	36
Figura 3- Salão nobre São Paulo Futebol Clube, com seus títulos mais relevantes-----	38
Figura 4- Campo do estádio Morumbi-----	38
Figura 5- Espaço futebol feminino no Museu Palestra Itália-----	39
Figura 6- Estantes de guarda do acervo fora da exposição Museu Palestra Itália-----	40
Figura 7– Exposição de longa duração no Museu do Futebol —————	41
Figura 8– Exposição de longa duração no Museu do Futebol —————	41
Figura 9– Sala de troféus Museus do Fluminense —————	42
Figura 10– Exposição Museu do Fluminense —————	43
Figura 11- Museu do Inter —————	44
Figura 12- Exposição Marcas da Enchente —————	44
Figura 13- Exemplos de acervo de patrimônio esportivo: Caixinha de fósforo colecionáveis de 1955 e camisa de futebol Zico de 1970 —————	48
Figura 14- Gráfico acervo museológico do Patrimônio Histórico do Flamengo em 2025—	50
Figura 15– Programa Social Clube de Regatas do Flamengo, fevereiro 1976 —————	50
Figura 16- Sala de troféus Clube de Regatas do Flamengo, dezembro de 2007-----	51
Figura 17- Sala de troféus Fla Memória —————	52
Figura 18- Camisas Históricas Fla Memória —————	52
Figura 19– Vitrine Protagonistas Museu Flamengo —————	53
Figura 20- Torre de troféus Museu Flamengo-----	54
Figura 21- Troféu Copa Libertadores 1981 —————	61

Figura 22- Manchete do Jornal dos Sports (24/11/1981) anunciando a vitória do Flamengo na Copa Libertadores e a classificação para o Mundial de Clubes -----	62
Figura 23- Tabela de Campos para Documentação a partir do Spectrum 4.0, Diretrizes do CIDOC e Object Id -----	67
Figura 24- Tabela Divisão de gênero acervo esportivo -----	70
Figura 25- Tabela Divisão de gênero exclusivos acervo esportivo -----	70
Figura 26- Tabela Divisão de raça acervo esportivo -----	71
Figura 27- Tabela Divisão de raça exclusivos acervo esportivo -----	71
Figura 28- Tabela Divisão de faixa etária acervo esportivo -----	72
Figura 29- Ficha de inventário Museus do Grêmio-----	76
Figura 30- Tabela de inventário Museu do Botafogo-----	78
Figura 31- Ficha de catalogação do Museu do Inter-----	80
Figura 32- Sistema de inventário museológico do Clube Regatas do Flamengo em 2009 –	82
Figura 33- Campos da tabela de inventário de acervo museológico do Patrimônio Histórico do Flamengo 2009-----	83
Figura 34- Campos não preenchidos no processo de inventário-----	83
Figura 35- Ingresso Flamengo x Vasco 03/12/1978 -----	85
Figura 36- Campo observação com estado de conservação, medidas, outros números, movimentação -----	87
Figura 37- Ficha de inventário Patrimônio Histórico do Flamengo 2024 -----	88
Figura 38- Campos utilizados em inventário segundo CIDOC, Spectrum 4.0 e Object ID –	91
Figura 39- Campos utilizados nas fichas de inventário para acervo esportivos -----	93
Figura 40- Formas de medidas desenvolvido por Cândido (2006) -----	101
Figura 41- Troféu Copa do Brasil 2013 -----	102
Figura 42: Modelo de ficha de inventário preenchida -----	124

LISTA DE ABREVIATURAS

CIDOC – Comitê Internacional para Documentação (International Committee for Documentation)

FBI – Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos (Federal Bureau of Investigation)

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums)

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (International Council on Monuments and Sites)

INTERPOL – Organização Internacional de Polícia Criminal (International Criminal Police Organization)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPFC – São Paulo Futebol Clube

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	PATRIMÔNIO ESPORTIVO: ACERVO DO CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO	25
1.1	O esporte como patrimônio	25
1.2	A relevância do patrimônio esportivo para a compreensão da sociedade	27
1.3	Os usos do esporte.....	33
1.4	Acervo museológico do Clube de Regatas do Flamengo.....	47
2	DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: INVENTÁRIO NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ESPORTIVO	55
2.1	Documentação e a preservação	58
2.2	A construção de campos na documentação museológica	64
2.3	Inventário e sua função social	69
3	OS PROCESSOS DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO	74
3.1	O inventário nos museus do esporte	74
3.2	Inventário do Clube de Regatas do Flamengo ao longo dos anos.	81
4	PRODUTO: GUIA PRÁTICO PREENCHIMENTO DE INVENTÁRIO PARA MUSEUS DO ESPORTE.....	90
4.1	Patrimônio esportivo no inventário	90
4.2	Os campos do inventário e sua função na gestão e preservação do acervo do patrimônio esportivo	94

4.3	O Produto: O guia de aplicação do inventário	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

As atividades corporais estão presentes nas interações humanas desde a Antiguidade, tendo suas manifestações transformadas de acordo com as mudanças sociais, culturais e políticas ao longo do tempo, se tornando esporte. Desse modo, acompanhar a evolução do esporte implica também compreender as transformações da própria sociedade. Essa dinâmica inclui, ainda, a forma como o esporte passa a ser percebido pelas ciências sociais: se em períodos anteriores foi amplamente negligenciado como objeto de estudo, atualmente é reconhecido como patrimônio cultural. Mitidieri (2022) destaca que, a partir da década de 1960, esse reconhecimento se materializa com a consolidação da primeira geração de museus do esporte no contexto nacional.

Refletir sobre esses espaços implica, necessariamente, considerar as coleções que os constituem. É possível relacionar as funções de museu e coleção, Pereira e Filho (2023), compreendem o ato de colecionar como um fenômeno de salvaguarda¹ e exibição sistemática de conjuntos e séries de objetos variados. A análise do acervo foi realizada por Bonfim e Pinto (2024) por meio do mapeamento de acervos esportivos no Brasil, que identificou 214 coleções esportivas em território nacional. O levantamento abrangeu acervos abertos ao público e de acesso restrito, vinculados tanto a instituições públicas quanto a iniciativas privadas, englobando desde grandes museus até pequenas coleções particulares. Essa pesquisa apresenta informações relevantes sobre a composição dessas coleções.

A plataforma Museusbr, desenvolvida e mantida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), constitui outra ferramenta relevante para a compreensão do panorama brasileiro do patrimônio esportivo. Seu diferencial reside no fato de reunir e comunicar informações tabuladas especificamente sobre instituições museológicas brasileiras por meio de autodeclaração e adesão espontânea dos museus. Em janeiro de 2026 a plataforma registra 4067² instituições museais, distribuídas em diversas categorias, como museus históricos, de arte e ecomuseus.

Os museus do esporte estão em um guarda-chuva da categoria “Educação, esporte e lazer” em uma análise mais detalhada que revela que apenas 33 instituições estão cadastradas

¹No presente texto salvaguarda vem a luz do que Lima (2012), que diz que, preservar um objeto vai além do seu suporte físico, mas sobre a sua representação cultural e simbólica.

²<https://cadastro.museus.gov.br/painel-analitico/> pesquisa realizada dia 25/01/2026

como museus do esporte, representando menos de 1% do total das instituições cadastradas na plataforma.

A discrepância entre o número de museus formalmente reconhecidos e a quantidade de coleções identificadas evidencia uma lacuna significativa: uma parcela expressiva do patrimônio esportivo brasileiro ainda não está inserida de modo sistemático no campo museológico. Essa situação pode ser atribuída pelo fato de o esporte ser um tema de ampla adesão social e fortemente presente no cotidiano, tornando-se objeto de interesse de colecionadores particulares. Soma-se a isso a ausência de estrutura institucional, as dificuldades relacionadas à documentação e à gestão dos acervos e a carência de políticas públicas específicas voltadas para esse tipo de patrimônio.

Embora museus³ e coleções compartilhem o objetivo de sistematização e seleção de objetos por instituições ou indivíduos, os museus se diferenciam por terem como um de seus objetivos centrais, a comunicação do acervo ao público. As ações para promoção da comunicação museológica extrapolam a concepção e manutenção de exposições, envolvendo atividades menos visíveis, porém fundamentais, como a gestão administrativa, a conservação física e simbólica dos bens, a documentação museológica e o manejo da reserva técnica. Esses processos são essenciais para atender às demandas das equipes internas, dos visitantes e da comunidade acadêmica.

Cândido (2006) ressalta que as ações desenvolvidas pelos museus devem ser fundamentadas cientificamente, de modo a assegurar a preservação e a significação social dos acervos. Nesse sentido, pesquisas e reflexões críticas sobre os processos museológicos assumem papel central para o aprimoramento das práticas institucionais. Entre as atividades desenvolvidas no âmbito do museu, a documentação museológica destaca-se como uma ferramenta de grande relevância para a efetivação de uma gestão plena e integrada do acervo.

Entretanto, considerando que os museus do esporte representam uma parcela reduzida no universo das instituições museais, pode ser compreendido como relevante para justificar a escassez de estudos e referência que orientam os trabalhos nos museus do esporte,

³Segundo a nova interpretação do ICOM (2022), os museus são organizações permanentes, sem finalidade lucrativa, voltadas ao interesse público, cuja atuação envolve a produção de conhecimento, a salvaguarda e a mediação de bens materiais e imateriais. Ao se orientarem pela acessibilidade, pela inclusão e pela diversidade, essas instituições fortalecem práticas sustentáveis e éticas, desenvolvidas em cooperação com as comunidades e voltadas à educação, à reflexão e ao compartilhamento de saberes. <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>

comparados aos de tipologias mais “tradicionais”, como os museus de arte⁴. Esses, por sua vez, dispõem de manuais e diretrizes consolidados para a documentação de seus acervos, desenvolvidos e adaptados de acordo com as especificidades de cada tipologia.

Para compreender as demandas documentais dos museus do esporte, torna-se necessário, inicialmente, compreender as próprias dinâmicas do esporte. Mitidieri (2022) descreve o esporte como um fenômeno competitivo e celebratório. Nos momentos das partidas, ocorrem comunhão, nas quais são vivenciados paixões, processos de compartilhamento de identidade. Os espaços de memória do esporte, sejam eles espontâneos ou institucionalizados, também incorporam essas características. Dessa forma, a preservação do patrimônio esportivo deve-se atentar não apenas às características físicas dos objetos, mas também a carga simbólica que os atravessa.

Os museus do esporte no Brasil possuem características que os atravessam de forma recorrente, Mitidieri (2022) afirma que a maioria dessas instituições está vinculada a iniciativas privadas e a clubes esportivos. Outra característica destacada por essa autora é a ausência de profissionais de conservação e museologia atuando diretamente na gestão do acervo. Pensando nesse cenário, para além de espaços de museus já estabelecidos e extrapolando para coleções do patrimônio esportivo, Bonfim e Pinto (2024) levantam o dado de que quase metade das coleções é gerida por apenas uma pessoa. Esses dados delineiam um panorama nacional marcado por dificuldades na implementação de ações eficientes de salvaguarda dos acervos.

Retomando a questão mais específica dos museus, que o foco desta pesquisa, a gestão do acervo museológico é compreendida por Padilha (2014) como um controle integral das coleções, contribuindo diretamente para a produção e a difusão do conhecimento. Segundo a autora, compete à gestão de acervos a salvaguarda das coleções, o cuidado físico e informacional dos bens, a segurança, o acesso público ao acervo e a organização das administrativas do museu.

Nessa mesma perspectiva, Panisset (2017) define a gestão de acervos como uma atividade integrada voltada ao desenvolvimento e à preservação das coleções. Além de gerar informações sistematizadas sobre os acervos, esse conjunto de ações possibilita o acesso do público aos bens culturais, favorecendo seu uso educativo e científico. Nesse contexto, a

⁴Livro Espólio documental: Normas de inventário: artes plásticas e artes decorativas, de José Carlos Álvarez; Sofia Patrão de 2009

normatização dos procedimentos assume papel central, devendo ser compreendida como uma ação essencial às práticas cotidianas da Museologia.

A ausência de normatização para a documentação do patrimônio esportivo pode ser um indicativo do motivo do desenvolvimento de protocolos individuais de cada instituição. Esse cenário dificulta a troca de informações entre as diferentes instituições de interoperabilidade entre diferentes museus e coleções.

Ao longo da minha trajetória profissional, essa lacuna metodológica foi identificada ainda durante a atuação como estagiária de Museologia no Departamento de Patrimônio Histórico do Clube de Regatas do Flamengo, em 2018. Naquele momento, os processos e protocolos museológicos ainda não estavam claramente estabelecidos, sendo o inventário o principal procedimento de documentação realizado. No entanto, não existia um guia que orientasse essa atividade, o que tornava o processo suscetível a erros metodológicos e à ausência de padronização.

Não havia vocabulário controlado⁵, tampouco diretrizes para a categorização das tipologias do acervo. Como referência, utilizava-se a terminologia⁶ empregada pela própria instituição, que, embora aparentasse ser uma solução adequada, também carecia de uniformidade. No próprio Departamento de Futebol, as denominações variavam, impactando diretamente os registros museológicos. Assim, era recorrente o cadastros de objetos semelhantes com descrições distintas, como: “Flâmula Flamengo x Grêmio 21/11/2018, Campeonato Brasileiro” e, na semana seguinte, “Galhardete Cruzeiro x Flamengo 25/11/2018, Campeonato Brasileiro”.

Diante dessa discrepância, a equipe de Museologia entrou em contato com o Departamento de Futebol com o objetivo de compreender a diferença entre os termos “flâmula” e “galhardete”. Não havia uma definição clara, sendo a escolha dos termos realizada de forma arbitrária, sem uma reflexão sistemática sobre a categorização dos objetos.

⁵Para Padilha (2014) vocabulário controlado é a produção da instituição, que é uma produção científica aplicada, que apresenta, a partir de uma temática específica, como as relações entre os termos contribuem para a organização e recuperação da informação dos acervos museológicos.

⁶Terminologias é o conjunto de termos utilizados em um campo ou sistema específico, eles auxiliam na produção de uma documentação consistente e auxilia o usuário na busca de informações (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014 pág. 40)

A partir dessa constatação, a equipe de Museologia passou a buscar diálogo com outras instituições responsáveis pela preservação⁷ de acervos esportivos no Brasil⁸. Sempre que algum integrante viajava e encontrava um museu do esporte, realizava-se uma visita técnica, com o objetivo de trocar experiências e observar procedimentos de documentação. Essas trocas revelaram que, em diferentes contextos institucionais, a dificuldade de interpretar registros anteriores e a carência de diretrizes metodológicas eram recorrentes. Em uma visita técnica ao Museu Naval, localizado na Ilha Fiscal, a dúvida terminológica foi novamente levantada. Apesar de o museu possuir acervos semelhantes, as definições adotadas partiam da lógica naval, o que não se aplicava plenamente às demandas do Patrimônio Histórico do Flamengo.

Diante disso, a equipe do Patrimônio Histórico do Flamengo optou por adotar o termo “flâmula” para designar todos os objetos dessa tipologia, uma decisão arbitrária, mas consensual, que visava garantir a padronização da documentação museológica do clube. Essa escolha representou um esforço inicial de sistematização e uniformização do preenchimento do inventário, buscando minimizar ambiguidades terminológicas e facilitar o resgate e a interpretação das informações registradas no futuro.

Essas visitas técnicas contribuíram para delinear para duas problemáticas centrais: ausência de padronização específica para patrimônio esportivo e a dificuldade de adequação da metodologia de documentação oriunda de outras tipologias de acervo, como evidenciado no exemplo apresentado. A partir da definição desse termo controlado pela equipe de museologia do Patrimônio Histórico do Flamengo, identificou-se maior facilidade no resgate da informação e, conseqüentemente, gestão desse acervo, para fins de comunicação quanto de preservação.

Esse panorama aponta a necessidade de buscar soluções, partindo do pressuposto de que um processo de documentação bem estruturado e adequado às particularidades do patrimônio esportivo potencializa as ações de preservação e gestão dos acervos dos museus do esporte. Neste contexto, coloca-se o seguinte questionamento: as metodologias de

⁷Preservação são as atividades desenvolvidas para a proteção do bem cultural, tendo assim uma lógica de “ver antecipadamente” aquilo que pode estar em perigo de destruição (BRASIL, 2006 pág. 153), entendendo aqui no seu valor físico, informativo e simbólico.

⁸A equipe de Patrimônio Histórico realiza viagens constantes com o Departamento de Embaixadas e Consulados, viajando por todo o Brasil como courier do acervo Museológico que participa de eventos e fazendo visitas a museus dessas localidades.

inventariação já estabelecidas, concebidas para a preservação e a gestão do acervo museológico, são suficientes para atender às especificidades dos museus do esporte?

Refletir e pesquisar sobre esses processos vai além da promoção de uma gestão do acervo mais eficiente. Produzir pesquisas sobre o esporte constitui um caminho para a construção de novos olhares, tanto para ver o passado, com uma percepção polifônica de um mesmo fato social. Para Melo, Fonseca e Peres (2017) esse movimento abre uma vertente de estudo de compreensão do passado. Alegrias (2017) aponta que a preservação do patrimônio esportivo é fundamental por abarcar valores, a memória e o papel na formação da identidade cultural das comunidades, à nível nacional, regional ou local. Essas reflexões também incidem sobre o espaço público, promovendo caminhos para que a população possa refletir sobre sua história e o espaço que ocupa, com a possibilidade de reivindicação de políticas públicas. Desse modo, no contexto de museus do esporte, documentar esse acervo é uma forma de preservar esses valores e memórias e significados socialmente compartilhados.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os desafios e as possibilidades na elaboração de procedimentos de um inventário museológico para a gestão e preservação de bens móveis musealizados do patrimônio esportivo em museus do esporte. Para isso serão analisados os processos de inventário dos museus do Clube de Regatas do Flamengo, Sport Club Internacional, Grêmio Foot-Ball Porto Alegre e Botafogo de Futebol e Regatas. A partir dessa análise, serão especificados os campos mínimos para um inventário do patrimônio esportivo voltado à preservação e à gestão do acervo. Por fim, será elaborado um manual para preenchimento de inventário para acervo de patrimônio esportivo, tendo como estudo de caso principal os processos adotados pela museologia do Clube de Regatas Flamengo.

A pesquisa aplicada com abordagem qualitativa, desenvolvida por um estudo de caso principal e análise comparativa. Adota-se como estudo de caso principal os processos museológicos do Clube de Regatas Flamengo, considerando não apenas o inventário vigente, mas também o histórico documental da instituição, desde o primeiro inventário produzido em 2009 e seus desdobramentos seguintes. Busca-se, assim, compreender como o inventário se insere na cadeia operatória da preservação num olhar histórico e como isso contribui para a preservação do patrimônio esportivo. Para assim relacionar como o impacto e a relevância do processo de inventário nas dinâmicas institucionais,

Foi realizado uma análise do Clube de Regatas Flamengo e de como este compreende e conduz a conservação de seu patrimônio cultural, tendo como fontes principais a documentação do acervo museológico e o Estatuto do clube (1992), de modo a compreender as especificidades de seu patrimônio musealizado.

Com o objetivo de compreender esse processo de uma forma mais ampla será realizada uma análise comparativa da documentação de outros museus vinculados a clubes esportivos, o Sport Club Internacional, o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e o Botafogo de Futebol e Regatas, a fim de identificar de que maneira as dificuldades e as soluções encontradas pelo Flamengo ecoam em outras instituições. A escolha dessas instituições justifica-se pela característica comum entre os museus do esporte brasileiros de serem, em sua maioria, de origem privada e vinculados a clubes⁹, o que os aproxima em termos de estrutura administrativa e dinâmica de acervo. A partir dessa análise, pretende-se apontar diretrizes para a qualificação de práticas documentais em instituições similares, por meio do cruzamento de normativas do ICOM, Spectrum 4.0 e Object ID.

Serão analisadas fichas de inventário e descrição dos processos de gestão dessas instituições. A obtenção dessas informações desses museus foi possível por meio da rede de contatos estabelecida com as museólogas responsáveis, construída ao longo de visitas técnicas e trocas profissionais contínuas. Como mencionado anteriormente, realizei com frequência visitas a museus do esporte em diferentes regiões do país e também recebo museólogas de outras instituições, fortalecendo uma rede de cooperação que possibilitou o acesso às informações e a viabilização desta pesquisa.

No decorrer da pesquisa, será debatido o processo de preservação do patrimônio esportivo, com o objetivo de mapear as especificidades dessa tipologia de patrimônio. Como base para essas reflexões, mobilizam-se as contribuições de Cristina Mitidieri (2022), que discute como os estádios e museus do esporte podem se assemelhar a locais de culto, característica relacionada ao caráter celebratório do esporte. As reflexões de Lúcia Alegrias (2017) são utilizadas para compreender como o futebol é mobilizado na evocação de representações identitárias. Já Christian Bromberger (2021) contribui para a compreensão do esporte que, antes considerado algo irrelevante, passa a ser reconhecido como patrimônio

⁹Segundo a plataforma MuseusBr dos 26 museus esportivos cadastrados 16 são vinculados à clubes. <https://cadastro.museus.gov.br/painel-analitico/> pesquisa realizada dia 25/01/2026

cultural. Para compreender o panorama nacional, será utilizado como referencial o mapeamento das coleções esportivas realizado por Bonfim e Pinto (2024).

Paralelamente, as reflexões de Pierre Nora (1993) e Arroja (2012) são acionadas com o intuito de compreender como esses processos simbólicos afetam a construção da memória de um clube esportivo, até mesmo de nações, considerando os diversos momentos históricos em que o esporte também foi utilizado com fins políticos. Para estabelecer esse paralelo histórico, foram utilizadas as obras de Fabiana Nascimento (2018), Mário André Sigoli e Dante de Rose Junior (2004), Márcio Drummond (2009) e Marcus Guterman (2004). Esses autores apresentam reflexões significativas sobre o uso intencional do esporte na construção de novas identidades nacionais, com foco em dois momentos da história brasileira: os governos de Getúlio Vargas ¹⁰e do general Emílio Garrastazu Médici¹¹.

Após esse debate, foi feita uma análise de como o processo de documentação potencializa a preservação desse patrimônio, com ênfase no processo de inventário. Para isso serão utilizados os textos de Diana Lima (2016), as normativas do ICOM¹² (2007), as definições de conceitos de André Desvallées e François Mairesse (2014), às reflexões de Helena Dodd Ferrez (1994), Luciana Mensseder Ballard (2022), Elizabete Mendonça e Jaddy Souza (2022), José Mauro Loureiro (2008) e Maria Lucia Loureiro (2008). Esses autores contribuem para o debate sobre a documentação museológica e demonstram como essa atividade, muitas vezes invisível para o público de museu, é fundamental para a preservação dos valores simbólicos desses objetos e a forma de dar acesso aos profissionais do espaço, dos curadores, pesquisadores, educadores e público.

Esse debate fornece subsídio teórico para análise das normativas internacionais Spectrum 4.0¹³ (2014), do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC 2014)¹⁴, Object Id¹⁵, nas quais são sistematizadas diretrizes para elaboração de inventário estruturado para a gestão do patrimônio. Esses referenciais foram cruzados com os campos das fichas de inventário e com as metodologias de preenchimento do Flamengo, Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, Sport Club Internacional e Botafogo de Futebol e Regatas

¹⁰Primeiro governo conhecido como Era Vargas, de 1930 até 1945, e, posteriormente, de 1951 até 1954

¹¹30 de outubro de 1969 à 15 de março de 1974

¹²Conselho Internacional de Museus

¹³Um sistema britânico que visa oferecer um modelo de referência internacional para fluxos de trabalho relacionados à documentação.

¹⁴Vinculado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM), voltado às recomendações museológicas.

¹⁵Orientações de documentação museológica organizada pelo ICOM, UNESCO, INTERPOL e FBI, que visam estabelecer os campos mínimos essenciais para identificação dos objetos em caso de extravio.

Por fim, será elaborado um guia prático para o preenchimento de inventário dos bens musealizados em museus do esporte. O objetivo é que esse guia seja de fácil aplicação, com linguagem objetiva e acessível. Sua fundamentação será baseada nas diretrizes anteriormente citadas, bem como no manual de documentação do Clube de Regatas do Flamengo e na metodologia estruturada de documentação do Botafogo de Futebol e Regatas.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro é dedicado à compreensão do conceito de patrimônio esportivo, ao caráter simbólico das vivências do esporte no cotidiano e à influência que o esporte pode exercer na sociedade. A partir dessa discussão, serão apresentadas experiências de museus do esporte e como essas instituições lidam com seu patrimônio.

O capítulo dois dedica-se ao debate acerca da documentação museológica, destacando sua importância para a gestão do acervo e para a preservação. Esse debate será desenvolvido a partir da literatura acadêmica, de normativas internacionais e a legislação brasileiras que refletem sobre o tema. Nesse contexto, será analisada a função do inventário nesse processo.

No capítulo três, serão analisadas as fichas de inventário do Clube de Regatas do Flamengo, Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, Botafogo de Futebol e Regatas e o Sport Club Internacional. Essa análise terá como base as diretrizes internacionais de documentação e os campos específicos relacionados ao universo esportivo.

O capítulo quatro será dedicado ao desenvolvimento da apresentação do produto da pesquisa: o guia de preenchimento de inventário para museus do esporte. Nesse momento serão estabelecidos os campos do inventário e, para cada um deles, serão apresentados o objetivo do campo, as orientações para o preenchimento, exemplos práticos e os pontos de atenção para o campo. Ao final, será apresentada uma ficha de inventário preenchida de acordo com as orientações propostas pelo guia, funcionando como uma síntese conclusiva do debate desenvolvido ao longo da dissertação.

1 PATRIMÔNIO ESPORTIVO: ACERVO DO CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO

1.1- O esporte como patrimônio

Para a preservação desse patrimônio é importante conhecer o conceito de patrimônio esportivo. Esse exercício exige, antes, a compreensão das categorias tradicionais de patrimônio e de esporte para, a partir delas, reconstruí-lo como uma noção integrada e ampliada.

De modo geral, Mitidieri e Rocha (2011) defendem que o patrimônio, no contexto cultural, pode ser entendido como o conjunto de elementos materiais e imateriais reconhecidos, coletiva e individualmente, como portadores de valor histórico, simbólico e memorial, que devem ser protegidos, conservados e valorizados.

A definição do que pode ou não ser classificado como esporte é tema de debate tanto na esfera acadêmica quanto nas instâncias institucionais responsáveis por sua organização e regulamentação. Já o conceito de esporte, costuma ser associado ao modelo do esporte moderno: práticas competitivas fundamentadas na busca por rendimento, recordes e recompensas. Mitidieri (2022) afirma que essas atividades são estruturadas com base em regras formalizadas por entidades reguladoras, exigem esforço físico e/ou habilidade, ocorrem em tempo e espaço determinados e utilizam equipamentos padronizados.

A proposta de considerar o esporte e os objetos a ele relacionados como patrimônio cultural, segundo Bromberger (2021), encontra resistências no qual o esporte é frequentemente associado ao lazer e ao efêmero, sendo visto como algo recente e de menor relevância cultural. Os debates sobre a valorização cultural do esporte, contudo, não são recentes. Mitidieri e Rocha (2021) apontam que um novo olhar sobre essa categoria emerge a partir dos anos 1960, no contexto do reconhecimento das manifestações da chamada “cultura popular”.

Bromberger (2021) indica outro marco, situado nos anos 1980, quando o conceito de patrimônio passou por uma ampliação significativa: deixou de se restringir a monumentos,

castelos e “grandes” nomes da história para incluir, práticas cotidianas, capital afetivo, memória compartilhada e as tensões sociais inscritas nos vestígios culturais. É nesse contexto que ocorre o que Mitidieri e Rocha (2021) compreendem expansão conceitual, que consolida o reconhecimento do patrimônio esportivo, sobretudo em países como França e Reino Unido, onde se fortalece a compreensão do valor identitário e cultural desses bens.

O estabelecimento de um novo olhar sobre o esporte e o patrimônio esportivo amplia as possibilidades de estudo das sociedades e das relações humanas. Bromberger (2021) afirma que, por meio da análise de seus objetos e práticas, é possível observar, por exemplo, a evolução das representações de gênero, as mudanças nas tecnologias de mensuração de tempo e espaço, o desenvolvimento de materiais e vestimentas esportivas, a construção de identidades locais, regionais e nacionais, as transformações nos cânones da beleza e até os modos pelos quais diferentes sociedades lidam com o conflito e a violência.

Os objetos oriundos das interações esportivas, que potencialmente se tornam parte de coleções museológicas, podem ser utilizados como fonte para compreender, por exemplo, o lugar da mulher na sociedade. Aria Bonfim (2023), ao pesquisar o futebol praticado por mulheres, aponta que o futebol feminino foi proibido em 1940, tendo essa restrição sido revogada apenas em 1979. Mesmo após sua legalização, essa modalidade permanece marcada por baixos investimentos por parte dos clubes, inclusive em equipes campeãs, e os objetos museológicos podem evidenciar essa desigualdade. No Museu Flamengo, por exemplo, está exposto o uniforme do time campeão brasileiro de futebol feminino de 2016; no entanto, o modelo do uniforme é de 2014, diferentemente do que ocorreu com o time masculino, que em 2016 utilizava uniformes correspondentes ao ano vigente. As questões relacionadas ao uniforme também se estendem a aspectos mais amplos do corpo feminino, como o ciclo menstrual. Atletas têm reivindicado o abandono do uso de shorts brancos, tanto nos uniformes de treino quanto nos oficiais¹⁶. Esses objetos, ao integrarem acervos museológicos, não representam apenas as conquistas esportivas desses atletas, mas também revelam o espaço que elas ocupam na sociedade e no planejamento institucional dos clubes.

¹⁶Jogadoras da Inglaterra pedem e seleção muda cor de shorts; entenda o porquê | CNN Brasil <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/outros-esportes/jogadoras-da-inglaterra-pedem-e-selecao-muda-cor-de-shorts-entenda-o-porque/>

1.2- A relevância do patrimônio esportivo para a compreensão da sociedade

O esporte desperta emoções específicas decorrentes de sua própria dinâmica, marcada pelo caráter competitivo e celebratório. Uma partida de futebol, por exemplo, extrapola a ideia de um simples confronto entre atletas, configurando-se como um fenômeno de devoção, comunhão entre os pares e sacrifício, tanto por parte dos atletas quanto das torcidas (MITIDIERI, 2022).

Por essa razão, o patrimônio esportivo constitui um acervo que evoca paixões, identidades e rivalidades (MITIDIERI, 2022). Os espaços de memória associados ao esporte são atravessados por essas características, situando-se em um limiar entre a difusão de informações históricas relevantes e a construção de verdadeiros lugares de culto. Mitidieri (2022) acrescenta que esses espaços tendem a exaltar o mérito das grandes estrelas e ídolos esportivos, bem como o desempenho individual e coletivo e a competição entre iguais, ressaltando o merecimento do vencedor. A preservação desse patrimônio e a gestão desses espaços devem, portanto, considerar tais dimensões simbólicas, emocionais e sociais que atravessam o esporte.

As interações do esporte refletem as interações sociais, Alegrias (2017) acredita que a preservação do patrimônio esportivo configura-se como um canal relevante para a compreensão da sociedade, uma vez que possibilita a interpretação dos valores simbólicos, das memórias coletivas e dos processos de construção identitária de determinadas comunidades.

Os museus do esporte constituem objeto de análise de Mitidieri (2022), que destaca algumas características recorrentes dessas instituições. Segundo a autora, tratam-se, em sua maioria, de iniciativas privadas vinculadas a clubes esportivos, as quais desempenham papel fundamental na articulação entre memória, identidade institucional e cultura esportiva, estabelecendo diálogo direto com a sociedade.

Complementarmente, uma pesquisa coordenada por Bonfim e Pinto (2024) contribui para a compreensão do perfil dos museus do esporte no Brasil ao identificar 214 coleções de acervos esportivos distribuídas por todo o território nacional, independentemente de serem ou não abertas à visitação pública. De acordo com o estudo, 49% dessas coleções são geridas por

apenas uma pessoa, evidenciando a carência de equipes técnicas estruturadas¹⁷. Esse cenário indica que, além da insuficiência de pessoal para atender às múltiplas demandas inerentes à gestão de uma coleção, os responsáveis por esses acervos nem sempre possuem formação especializada, o que pode resultar em práticas desalinhadas das boas práticas¹⁸ e dos referenciais técnicos voltados à salvaguarda dos bens culturais.

Sendo o patrimônio esportivo relevante para a compreensão das sociedades, torna-se necessário refletir sobre sua preservação a partir de uma cadeia de processos articulados, que devem ser compreendidos de forma integrada. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2006) aponta como diretriz o desenvolvimento de parâmetros básicos de cuidado para os acervos culturais, destacando que os técnicos responsáveis devem atuar tanto na preservação física dos bens quanto na manutenção de suas cargas simbólicas. Nesse sentido, as ações de preservação extrapolam práticas como higienização, acondicionamento e manuseio, estendendo-se também às estratégias de comunicação e mediação do acervo.

No contexto do patrimônio esportivo, essa abordagem integrada revela-se fundamental. Caso uma camisa de futebol, por exemplo, seja preservada apenas em sua materialidade (como a trama do tecido e seus pigmentos) corre-se o risco de que as gerações futuras não compreendam os motivos que levaram esse objeto a integrar um acervo museológico, rompendo a lógica global da preservação. A dissociação entre matéria e significado compromete, assim, o próprio sentido do bem enquanto patrimônio cultural.

Para compreender plenamente esses processos, é necessário reconhecer o caráter de culto e de celebração da memória inerente ao esporte. Conforme aponta Mitidieri (2022), essas manifestações ocorrem de forma espontânea, mesmo na ausência de espaços institucionalizados de memória, como museus ou centros de documentação. Elas se expressam em ambientes cotidianos, como as casas dos torcedores, bares e estádios. No estádio do Maracanã, por exemplo, durante uma partida, observam-se diversas práticas que podem ser interpretadas como momento de culto, tanto dentro quanto fora do campo de jogo: a interação entre diferentes gerações de torcedores, o ensinamento e a repetição de cantos da torcida, a construção de mosaicos nas arquibancadas em homenagem a atletas, bem como

¹⁷Esse mapeamento não incluiu informações de que formação esses profissionais são.

¹⁸Segundo Teixeira e Gohizone (2012) os museus e as instituições que possuem acervos em sua guarda devem zelar pela segurança, à disponibilização para pesquisa, para apreciação estética (por meio de exposições) em condições adequadas. Protegido por intempéries climáticas, ações humanas como vandalismo ou imperícia profissional.

ações ritualizadas realizadas com a intenção de “dar sorte” ao time, como o uso de roupas específicas, a frequência a determinados locais ou gestos realizados antes do início da partida.

A imagem apresentada a seguir exemplifica esse fenômeno ao registrar o momento em que um torcedor, ao se deparar com o troféu da Copa do Brasil de 2022, demonstra intensa carga emocional, ajoelhando-se diante do objeto enquanto murmura palavras inaudíveis aos demais presentes. Diante dessa cena, impõe-se o questionamento: o que diferencia esse gesto daquele de um fiel religioso ao agradecer por uma graça alcançada?

Figura 1 – Torcedor emocionado com o troféu Copa do Brasil 2022.



Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

Independentemente da existência de um espaço institucional específico, o culto a objetos associados a vitórias emblemáticas tende a se manifestar. Esse fenômeno expressa-se de diferentes maneiras, conforme as particularidades de cada modalidade esportiva, o gênero de quem conquista e de quem celebra, bem como os contextos geográficos e temporais nos quais se insere.

A preservação do patrimônio esportivo, portanto, deve estar atenta a essas especificidades, reconhecendo as múltiplas camadas simbólicas que esses objetos carregam, assim como as diversas formas pelas quais distintos públicos os percebem e com eles

interagem. Nesse sentido, a documentação desse acervo deve oferecer subsídios não apenas para sua preservação, mas também para sua adequada comunicação museológica.

Ou seja, o patrimônio esportivo ultrapassa o conjunto de camisas, troféus e demais objetos materiais, incorporando também manifestações do patrimônio imaterial. Bromberger (2021) destaca que esse tipo de patrimônio inclui depoimentos orais, saberes e práticas transmitidos ao longo do tempo por agentes, treinadores e atletas. De modo complementar, Melo, Fonseca e Peres (2017) enfatizam a dimensão imaterial do esporte ao abordarem os “modos de fazer” e os “modos de viver” associados a esse universo, que abrangem desde as formas de praticar e torcer até os conhecimentos envolvidos na preparação de equipamentos e nos rituais de jogo.

Embora a análise da conservação do patrimônio imaterial não constitua o foco central deste trabalho, é importante ressaltar que a salvaguarda desses processos é tão relevante quanto a preservação dos acervos físicos, uma vez que a preservação do patrimônio deve ocorrer de forma integrada. Nesse sentido, destaca-se a definição proposta por Lima (2016), para quem o patrimônio imaterial consiste em tradições que grupos e/ou indivíduos recebem de seus ancestrais e transmitem às gerações futuras, assegurando a continuidade de sua existência e de seu significado cultural. Assim, o patrimônio imaterial deve ser tratado com rigor metodológico, ético e técnico, garantindo que as práticas, os saberes e as experiências que conferem sentido aos objetos materiais sejam igualmente documentados, protegidos e valorizados.

Como mencionado anteriormente, os espaços de culto e de memória associados ao patrimônio esportivo manifestam-se de forma espontânea em diferentes contextos e territórios. Pensar a preservação desse patrimônio a partir de uma lógica global implica, portanto, considerar também esses espaços, que extrapolam os limites das instituições museológicas formais. Nesse sentido, Melo, Fonseca e Peres (2017) destacam a relação entre o patrimônio esportivo e a paisagem urbana, evidenciando que determinados espaços podem, eles próprios, constituir patrimônio cultural, como é o caso das instalações esportivas, estádios, centros de treinamento e sedes administrativas de clubes.

Um exemplo emblemático desse processo de valorização arquitetônica do patrimônio esportivo é o Decreto nº 21.677, de 3 de julho de 2002, da Prefeitura do Rio de Janeiro, que dispõe sobre o tombamento do Complexo Esportivo do Estádio Mário Filho, o Maracanã. O

reconhecimento desse conjunto arquitetônico insere-se no âmbito das ações de preservação por seu caráter simbólico e por sua relevância histórica, arquitetônica, cultural e afetiva, configurando-se como um bem cultural de referência não apenas para o futebol carioca, mas também para a história do futebol brasileiro e mundial.

Os clubes esportivos reconhecem a importância dos espaços de memória e do patrimônio cultural na construção de suas identidades institucionais, o que se reflete em iniciativas de diferentes escalas, que vão desde pequenas salas de troféus até museus de maior porte. O acervo patrimonial, que, segundo Arroja (2012), constitui o conjunto de testemunhos da história e da memória de uma instituição, pode ser utilizado e tratado de distintas maneiras, a depender de como cada entidade compreende sua política de preservação, de sua sensibilidade em relação ao patrimônio e, naturalmente, dos recursos financeiros de que dispõe.

Nesse contexto, o museu configura-se como uma ferramenta fundamental para a divulgação, a interpretação e a valorização dos sentidos que esse patrimônio assume para a instituição e para a sociedade. Esse patrimônio não se limita à sua materialidade, pois envolve valores simbólicos, afetivos e identitários que expressam as práticas, os rituais e as narrativas que formam o tecido institucional. Assim, o acervo atua simultaneamente como documento e como símbolo: é um registro de gestão, que permite o controle e a preservação dos bens, mas também um mediador de memória, capaz de sustentar a continuidade histórica e afetiva da instituição.

A criação de um museu ou de um departamento voltado à preservação da memória em um clube esportivo revela como a instituição entende a importância dessa dimensão patrimonial. Pierre Nora (1993) destaca a relevância da construção de lugares de memória na contemporaneidade, uma vez que, segundo o autor, vivemos em uma sociedade “sem memória”, na qual há a necessidade de criar espaços destinados a lembrar e consagrar o passado. Assim, a construção de um museu do esporte pode indicar onde e como os clubes e seus dirigentes desejam se inserir socialmente, projetando uma imagem de continuidade, identidade e pertencimento.

Nesse sentido, o museu do esporte uma das formas de entende-los como um lugar de memória no sentido proposto por Nora (1993): uma construção consciente que busca fixar o passado em um espaço simbólico quando o vínculo natural com a lembrança já se fragiliza.

Ao institucionalizar sua memória por meio do museu, o clube transforma suas lembranças em narrativa legitimada, reafirmando seu papel social e sua permanência no imaginário coletivo. A existência de departamentos de memória e museus demonstra, portanto, um esforço deliberado de gestão da lembrança, no qual o clube organiza sua trajetória e consolida sua identidade pública.

Para além do clubismo, esses museus configuram-se como lugares privilegiados de reflexão coletiva, nos quais a memória individual e a memória institucional se entrelaçam, contribuindo para a formação da memória e da história nacional. Conforme Arroja (2012), é nesse processo que ocorre a apropriação coletiva do passado, mediada por mecanismos identitários que permitem aos indivíduos desenvolverem sentimentos de pertencimento e evocam o passado no presente, exercendo, assim, influência sobre o próprio presente.

Nos museus do esporte, a narrativa construída em torno de troféus, ídolos, uniformes e conquistas transcende o âmbito do clube, mobilizando emoções e memórias que se projetam para a coletividade. Esses espaços ativam sentimentos de pertencimento e orgulho, criando pontes entre o indivíduo e a memória compartilhada. O visitante-torcedor, ao revisitar vitórias e símbolos de seu time, reconhece-se como parte de uma história que o antecede e o representa. Dessa forma, o patrimônio esportivo ultrapassa o plano institucional, assumindo um papel de mediação cultural e social, no qual se articulam identidade, emoção e memória coletiva.

Pensar os museus do esporte e compreender como essas instituições interagem com seu patrimônio permite também compreender as pessoas que se relacionam com o esporte, suas práticas de memória e os processos de construção identitária. Essa percepção é corroborada pelo Estatuto do Clube de Regatas do Flamengo (1992), que determina que, em caso de dissolução da instituição, seu acervo histórico deve ser doado ao Museu Nacional, um indicativo de que o clube reconhece formalmente que seu patrimônio ultrapassa a dimensão institucional e possui relevância para a história e a memória nacional.

1.3- Os usos do esporte

O esporte assim é um instrumento de diversas aplicabilidades a memória e o senso de coletividade que evoca podem ser mobilizados como força motriz de políticas governamentais voltadas à construção de novas formas de coesão social. Segundo Fabiana Nascimento (2018), uma das motivações para esse uso reside na capacidade do esporte de promover ações solidárias, decorrentes de seu caráter coletivo, no qual indivíduos se organizam em diferentes níveis em torno de práticas esportivas. Essa capacidade de mobilização faz com que o esporte possa ser instrumentalizado também como uma ferramenta de controle social das massas. Compreender esse contexto é de vital importância para os profissionais e técnicos que atuam na preservação do patrimônio esportivo, uma vez que os espaços de memória, as manifestações simbólicas e os incentivos institucionais nem sempre se originam exclusivamente das paixões evocadas pelo esporte, mas podem estar associados a articulações políticas que extrapolam os limites do museu.

As manifestações do uso político do das práticas corporais remontam à Antiguidade. Sigoli e Junior (2004) analisam o uso social das práticas esportivas ao longo da história, desde o estabelecimento do que hoje se compreende como esporte até os períodos mais recentes, destacando sua utilização em instituições militares, educacionais e religiosas. No século XIX, as escolas ginásticas, fundamentadas em ideais iluministas, foram amplamente empregadas na preparação militar, no estímulo ao nacionalismo e como instrumentos estratégicos durante as Guerras Napoleônicas e os processos de unificação da Alemanha.

As Olimpíadas de 1936 constituem um exemplo emblemático da instrumentalização política do esporte, tendo sido utilizadas como veículo de propaganda do Estado nazista, com o objetivo de mobilizar a população alemã em torno do ultranacionalismo. Para Sigoli e Junior (2004), nesse contexto, o esporte foi empregado como meio de difusão da ideologia de superioridade da raça ariana. Esse modelo de instrumentalização influenciou diretamente governos ditatoriais latino-americanos, refletindo-se nas dinâmicas sociais e políticas do Brasil, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas (1930–1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964–1985).

No contexto brasileiro, o uso do esporte e de sua carga simbólica foi empregado de forma expressiva na estruturação do governo Vargas. Conforme analisa Drummond (2009),

essa intervenção esteve associada a políticas nas áreas da saúde e da educação, transformando o esporte em um importante instrumento de mediação entre o Estado e a sociedade.

Durante o Governo Vargas, foram desenvolvidas estratégias voltadas à construção de uma nova identidade nacional. Drummond (2009) destaca que o esporte foi utilizado de maneira estratégica como mediador entre indivíduos e identidades coletivas, tornando-se um símbolo pátrio capaz de associar os cidadãos sob um mesmo signo de pertencimento. Nesse processo, o futebol, já amplamente popular, assumiu papel central nessa política de identidade nacional: a seleção masculina estabeleceu uma forte relação simbólica entre o povo, o esporte e a pátria, de modo que as vitórias em campo passaram a ser interpretadas como conquistas da nação.

O governo da Ditadura Civil-Militar também promoveu ações robustas de intervenção estatal na vida cotidiana da população brasileira, buscando, conforme analisa Nascimento (2018), produzir uma nova identidade social. Um exemplo claro desses esforços foram as medidas adotadas durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici¹⁹. Para além do gosto pessoal do presidente (conhecido entusiasta e torcedor da seleção brasileira de futebol), foi reconhecida a importância do esporte como elemento de coesão social, o que levou o Estado a investir de forma sistemática na difusão das práticas esportivas, sobretudo no âmbito das escolas públicas.

A segurança nacional constitui outro argumento central para justificar o uso do esporte a serviço do Estado. Nascimento (2018) aponta que a prática esportiva passou a ser compreendida como forma de preparação física e moral dos cidadãos para a defesa da nação, especialmente no contexto da retórica anticomunista. Nesse sentido, a educação física foi associada à aptidão corporal da população, concebendo corpos disciplinados, produtivos e alinhados aos ideais morais impostos pelo regime.

O governo Médici também se destacou pela instrumentalização da Copa do Mundo de Futebol masculino de 1970 como estratégia para mascarar a repressão política vigente. Essa ação visava produzir aceitação social do regime, legitimando-o em momentos de crise interna e externa. Guterman (2004) argumenta que a escolha do futebol como esporte integrador e ferramenta política se deve à sua ampla popularidade, capaz de simbolicamente atenuar desigualdades econômicas e sociais. O futebol, nesse contexto, configura-se como uma

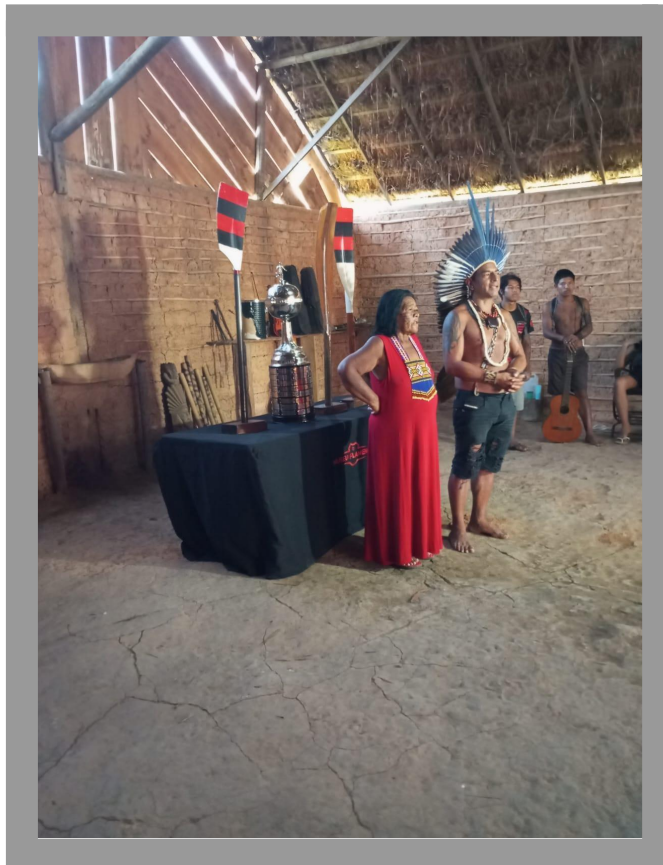
¹⁹O governo do General Médici foi de 30 de outubro de 1969 a janeiro de 1964, foi conhecido como “Anos de Chumbo” devido às perseguições, prisões, sequestros e exílios que se intensificaram.

paixão nacional que mobiliza diferentes classes sociais, criando uma percepção momentânea de suspensão das hierarquias cotidianas.

Para além de movimentos organizados e estruturados em escala macro, com o objetivo de impactar populações em nível nacional, o uso do esporte também pode se manifestar em escala micro, no âmbito de comunidades locais. A aldeia Tekoa Ka'aguy Ovy Porã (Aldeia Mata Verde Bonita), localizada no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, constitui um exemplo significativo dessa dinâmica. A cacica da aldeia, torcedora fervorosa do Clube de Regatas do Flamengo, iniciou o hábito de assistir às partidas junto à comunidade, prática que, ao longo do tempo, contribuiu para a unificação do grupo em torno de um mesmo clube.

As professoras da Escola Municipal Indígena Guarani Para Poty Nhe'ẽ Ja souberam se apropriar desse engajamento coletivo como ferramenta pedagógica, utilizando a identificação com o clube esportivo como estratégia para os processos de alfabetização de crianças, jovens e adultos.

Figura 2 – Atividade integrada do Educativo Museu Flamengo e a equipe de Museologia na aldeia Tekoa Ka'aguy Ovy Porã.



Fonte: própria autora

Esse caso exemplifica como o esporte, ao transcender sua dimensão estritamente lúdica, pode tornar-se um vetor de coesão social e de mediação educativa, sendo apropriado de forma orgânica pela própria comunidade para o fortalecimento de vínculos sociais e a promoção da aprendizagem.

Esses usos em menores escalas podem ser observados pelos próprios clubes esportivos, a partir do investimento na criação de museus do esporte, o que pode constituir uma estratégia institucional de afirmação simbólica. Os dados apresentados pela plataforma MuseusBr funcionam como uma importante fonte para essa análise: dos 33 museus do esporte cadastrados, 16 estão vinculados a clubes²⁰. Ou seja, a maior parte desses museus encontra-se sob a jurisdição de clubes esportivos, o que pode indicar a importância atribuída por essas instituições à criação de espaços destinados à preservação, valorização e divulgação de sua memória e identidade institucional. Mesmo compartilhando uma temática central comum e, conforme apontado por Bonfim e Pinto (2024), com foco predominante no futebol masculino, cada instituição constrói seu museu de forma singular, respeitando sua história de origem e as diferenças de investimento.

O São Paulo Futebol Clube (SPFC) é um exemplo de instituição que estruturou uma exposição para comunicar sua história e conquistas. Os títulos mais relevantes estão expostos no salão nobre do clube, foi construído caminho de ídolos (algo parecido com uma calçada da fama) para homenagear os grandes nomes do clube. A aposta foi em uma “experiência imersiva”, onde o visitante experimenta o ponto de vista da imprensa, do torcedor e dos atletas com a visita ao estádio do Morumbi. Estruturado em sala de imprensa, vestiário, arquibancada, espaço de aquecimento dos atletas e, enfim, o campo. Além disso, eles realizam um sistema de visitação no Centro de Treinamento de futebol masculino profissional e ao Núcleo de Reabilitação esportiva Fisioterápica e Fisiológica.

É importante ressaltar que, para além da ênfase nos feitos do futebol masculino profissional, o tour inclui a visita ao estádio de futebol e aos objetos expostos. Durante o percurso, a mediação realizada pelos guias também destaca modalidades como o boxe e o atletismo, evidenciando a importância desses três esportes para a história do SPFC.

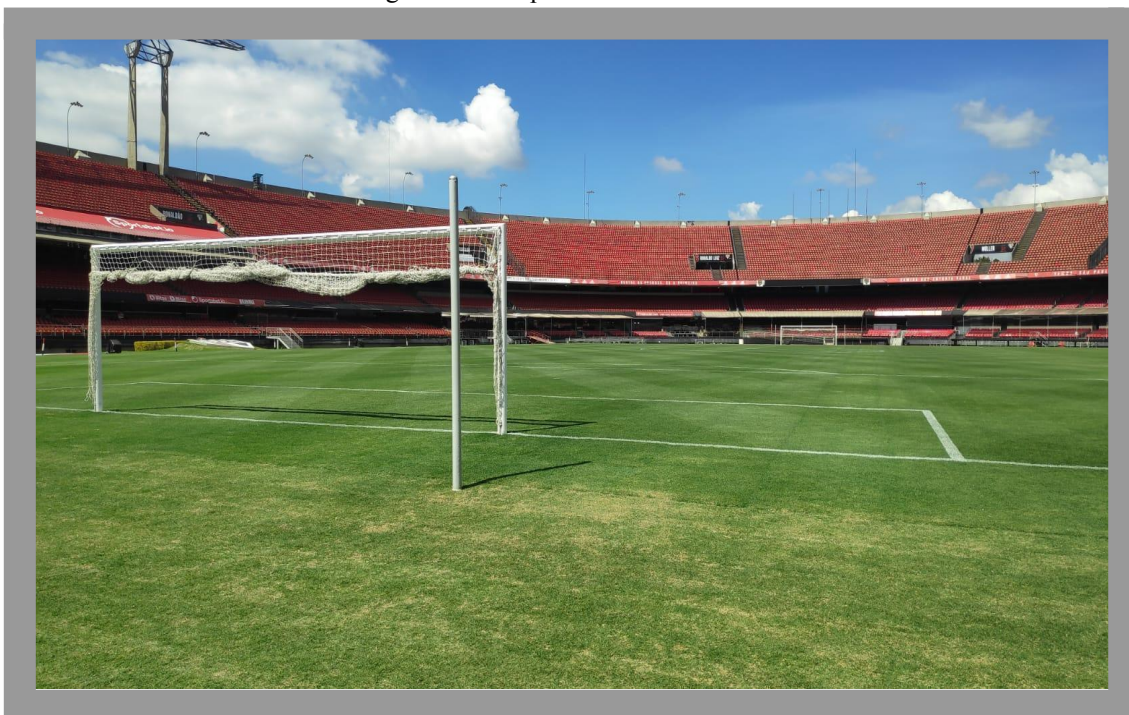
²⁰<https://cadastro.museus.gov.br/painel-analitico/> pesquisa realizada dia 25/01/2026

Figura 3 – Salão nobre São Paulo Futebol Clube, com seus títulos mais relevantes.



Fonte: própria autora

Figura 4 – Campo do estádio Morumbi



Fonte: própria autora

A Sociedade Esportiva Palmeiras, o Palmeiras, também inclui a visita ao estádio (o Allianz Parque), integrada a visita ao museu²¹. O espaço expositivo é um local amplo, aproximadamente 2.200 metros quadrados com as glórias do clube representados pelos

²¹O visitante precisa comprar dois ingressos diferentes, uma vez que a gestão do estádio e do memorial é diferente.

troféus, camisas, bolas, chuteiras e faixas. A visita ao estádio contempla ida ao vestiário, camarote e ao campo.

A exposição do Museu Palestra Itália dá destaque ao futebol masculino profissional, mas existe também um espaço dedicado ao futebol feminino. A visita dos guias dá ênfase à história de formação do clube, da origem italiana de seus fundadores.

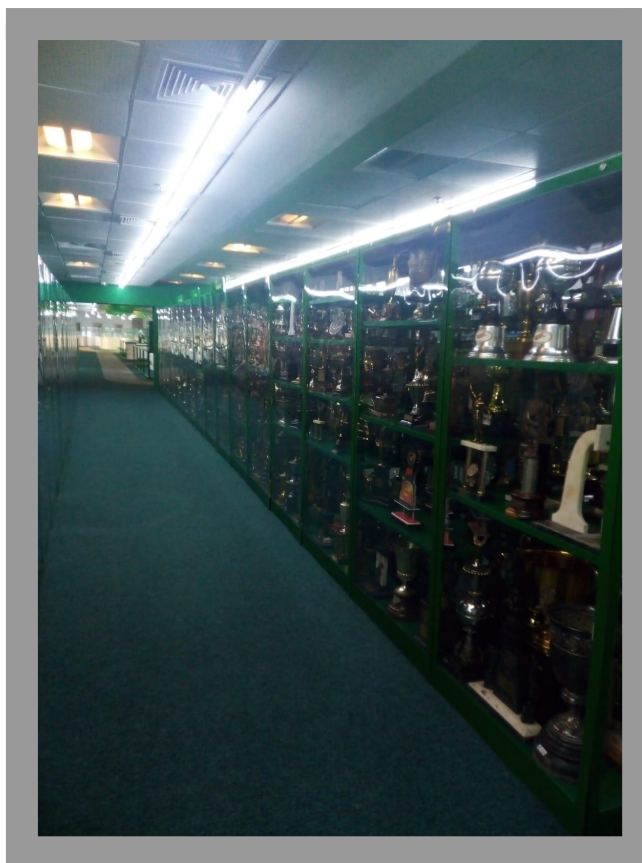
O diferencial desse espaço são as estantes que, repleta de troféus, funcionam como uma reserva técnica integrada ao espaço expositivo, sendo ali o único local de guarda para os acervos. Por seguir uma lógica de acondicionamento, o acervo daquele espaço não possui legendas ou uma narrativa apresentada.

Figura 5 – Espaço futebol feminino no Museu Palestra Itália.



Fonte: própria autora

Figura 6 – Estantes de guarda do acervo fora da exposição do Museu Palestra Itália

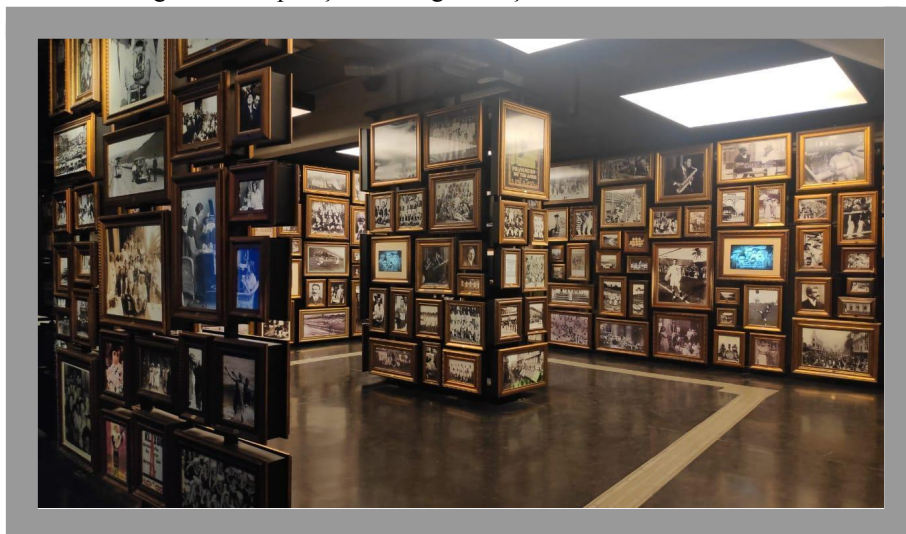


Fonte: própria autora

O Museu do Futebol é a entidade de referência em exposição e pesquisa sobre a história do esporte mais popular do Brasil, sua curadoria é realizada pelo Centro de Referência do Futebol Brasileiro. Esse museu possui uma especificidade que o diferencia dos demais, a apresentação do seu acervo é quase que exclusivamente digital. A museóloga entra em contato com o proprietário do acervo (podendo ser troféu, camisa, bola e documentos) fotografa de diversos ângulos e realiza uma pesquisa minuciosa sobre o acervo para a documentação. O objeto é devolvido ao proprietário e as informações são disponibilizadas para pesquisadores internos e externos.

Com essa política, o Museu do Futebol possui apenas um objeto museológico físico, uma blusa do Pelé, que atualmente está fora da exposição, acondicionado em uma reserva técnica externa. A exposição apresenta muitos objetos, no entanto são apenas expográficos, ao final todos são descartados, distribuídos entre os funcionários do museu.

Figura 7 – Exposição de longa duração no Museu do Futebol.



Fonte: própria autora

Figura 8 – Exposição de longa duração no Museu do Futebol.

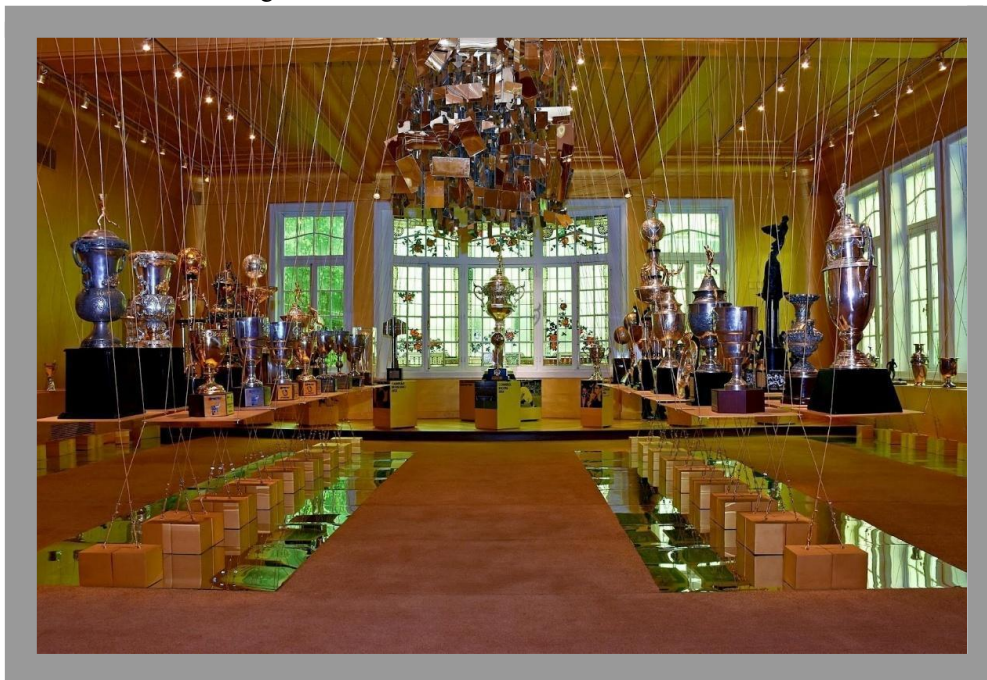


Fonte: própria autora

Como exemplo de clube carioca, o Fluminense Football Club possui na sua sede social, em Laranjeiras, seu museu. Com exposição de troféus, camisas, bolas, faixas e o primeiro uniforme de viagem no clube, que era terno e chapéu.

O museu destaca os feitos do futebol masculino profissional, no entanto na sala de troféus podem ser vistos troféus do futebol de base e do feminino. Além de remo, atletismo, vôlei e basquete.

Figura 9 – Sala de troféus Museu do Fluminense.



Fonte: Fluminense Football Club

Figura 10 – Exposição Museu do Fluminense.



Fonte: Explosão Tricolor

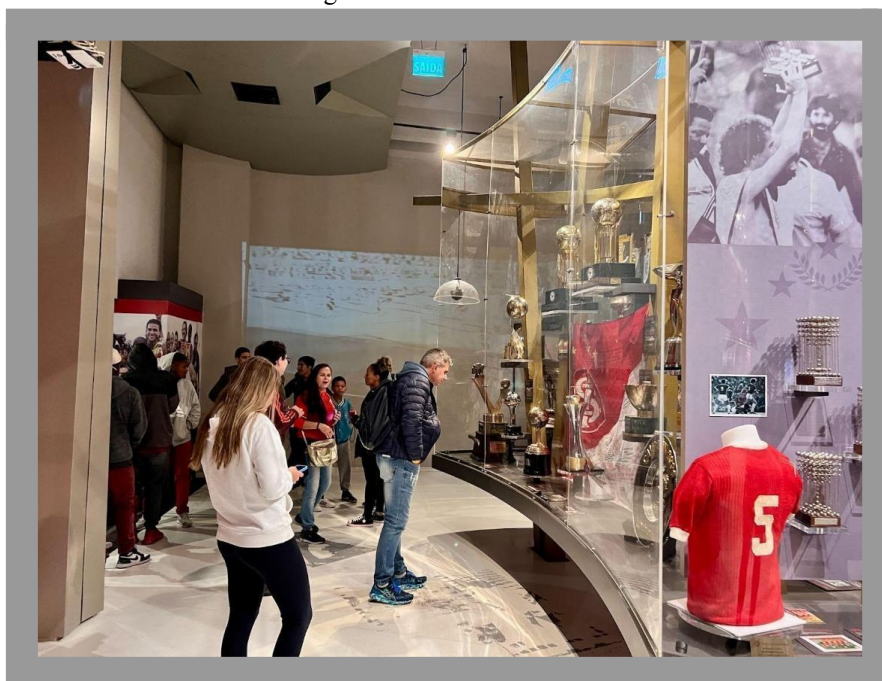
Exemplo de mais um clube que possui visita em seu museu, integrado com o estádio é o Sport Club Internacional, com sede na cidade de Porto Alegre. O Espaço Cultural do Colorado, mais conhecido como Museu do Inter.

Sua exposição é composta por troféus, chuteiras, bolas, camisas e a partir desses objetos são apresentadas as vitórias do futebol masculino profissional e do futebol feminino. A visita conta com o tour pelo Estádio Beira Rio no vestiário, sala de imprensa e campo.

Durante a visita, os guias explicam como aquele mesmo espaço é usado pelos atletas nos bastidores dos jogos e nos intervalos.

Em 2025 estreou a exposição “Marcas da Enchente”, onde a partir de fotografias e objetos resgatados que contam a história da tragédia de 2024 onde inundações assolaram a cidade do Rio Grande do Sul, deixando um rastro de estragos para todos os lados. O museu em si não sofreu, porque fica localizado nos andares mais altos, mas o estádio Beira Rio, Reservas técnicas, área de trabalho da museologia e demais espaços administrativos ficaram debaixo d'água. Essa exposição visa homenagear a resiliência não só da torcida colorada, mas de todos do Rio Grande do Sul.

Figura 11 – Museu do Inter.



Fonte: Sport Club Internacional

Figura 12 – Exposição Marcas da Enchente.



Fonte: Sport Club Internacional

Esses museus servem como exemplos para compreender como as instituições pensam sua memória e como preservam e comunicam seu discurso institucional. Um ponto importante é perceber a inclusão do futebol feminino com destaque em algumas exposições; esse movimento está de acordo com o processo de crescimento da modalidade, que vem gerando mudanças profundas no cenário esportivo. Ao apresentar ao público que participa dessas transformações, a instituição se posiciona de forma alinhada aos momentos-chave da sociedade, e não dissociada deles.

O Museu do Futebol apresenta uma nova forma de pensar, preservar e comunicar a memória dessa modalidade esportiva. Nesse espaço, o acervo físico funciona como um veículo para acessar informações sobre os objetos, suas histórias e os personagens relacionados; no entanto, não há a necessidade de que esses objetos estejam permanentemente presentes para que a informação seja acessada. É importante destacar que a instituição trata essas mídias como parte do acervo museológico, seguindo processos de documentação referenciados em museus de acervos tradicionais.

Já o Espaço Cultural do Colorado aborda questões sociais recentes em sua exposição, como as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. Por meio de objetos com marcas de degradação e de registros fotográficos, o clube explora um trauma coletivo ainda vivo na memória não apenas dos torcedores, mas de toda a população afetada. Enquanto o Museu do Futebol prioriza a informação e a documentação museológica, mesmo sem reter todos os objetos físicos, o Espaço Cultural do Colorado adota uma abordagem mais afetiva, utilizando seu acervo para discutir experiências compartilhadas e reforçar laços identitários. Ambos, no entanto, demonstram que os museus do esporte vão além de troféus e jogos, constituindo-se como espaços de memória, história e reflexão social.

Mesmo com diferenças tão significativas, esses espaços apresentam características semelhantes: em torno do esporte são construídos ambientes de culto às vitórias e a seus protagonistas, enquanto a derrota tende a ser esquecida o mais rapidamente possível. Mitidieri (2022) afirma que o esporte, de modo geral, vive do presente e se projeta para o futuro, sempre com o olhar voltado para a próxima vitória. A relação com o passado ocorre, sobretudo, pela evocação dos bons momentos e dos ídolos de outras épocas. No ambiente esportivo, o distanciamento temporal tende a apagar as lembranças negativas e a destacar as boas recordações; quando essas memórias não podem ser apagadas, elas passam a ser reconhecidas como grandes acontecimentos, frequentemente ressignificados de forma “romantizada” e envoltos em nostalgia. Mesmo em contextos de tragédia, a lembrança que se perpetua é, em geral, a do ato heróico dos envolvidos.

A construção dessa visão romântica do esporte não é produzida apenas de forma deliberada pelos dirigentes das instituições de gestão esportiva, mas também pelos próprios atletas e torcedores. Mitidieri (2022) afirma que é nesse processo de escolha, entre o que será lembrado e o que será esquecido, que se dá a seleção de memórias nostálgicas. Isso reflete diretamente nas instituições de guarda, tanto dos clubes quanto de pequenos colecionadores, influenciando o processo de incorporação dos acervos. Observa-se, assim, uma tendência à formação de coleções voltadas às grandes vitórias e aos grandes nomes, o que impacta diretamente a montagem das exposições e as atividades delas derivadas, como, por exemplo, os projetos desenvolvidos pelos setores educativos.

Outra especificidade da preservação do patrimônio esportivo é abordada por Clara Azevedo e Daniela Alfonsin (2010), que têm o futebol como objeto de estudo. Para as autoras, a patrimonialização do esporte apresenta dificuldades específicas, sobretudo em

razão de seu grande dinamismo. A todo momento em que um evento esportivo é atualizado e apresentado como conteúdo museológico, ele corre o risco de já se encontrar desatualizado, uma vez que novas dinâmicas esportivas continuam a ocorrer. Por exemplo, ao final da atualização de uma exposição sobre um campeonato relevante, um novo campeonato já pode ter se iniciado, configurando-se como uma história em permanente construção.

O desafio seria, segundo as autoras, compor uma narrativa museológica que lide com informações ainda em curso, ou seja, contar uma história cujo desfecho ainda não está definido. Trata-se de manter-se atento às constantes mudanças, sem perder o caráter histórico-cultural, e, ao mesmo tempo, responder às expectativas do visitante, que deseja ver representada a conquista mais recente ou aquela que ainda está em disputa.

1.4- Acervo museológico do Clube de Regatas do Flamengo

Em 17 de novembro de 1895 foi realizada a assembléia de fundação do então Grupo de Regatas do Flamengo, voltado inicialmente às práticas náuticas. Na ocasião, estabeleceu-se que a data oficial de fundação seria 15 de novembro, de modo a coincidir com o aniversário da Proclamação da República. Ruy Castro (2012) diz que tal escolha justifica-se, por um lado, pela vinculação dos fundadores ao ideário republicano e, por outro, pela conveniência de que a celebração do aniversário do clube ocorresse sempre em um feriado nacional, favorecendo sua ampla comemoração. Somente em 1902 ocorreu a alteração da denominação para Clube de Regatas do Flamengo, nome que se mantém até o presente.

Conforme o Estatuto do clube de 1992, o Flamengo constitui-se em uma associação civil, sem fins lucrativos e de utilidade pública. A sede social encontra-se atualmente na Avenida Borges de Medeiros, nº 997, Lagoa, Zona Sul do Rio de Janeiro. O documento define o clube como uma entidade desportiva com a finalidade de promover e incentivar a prática esportiva, em modalidades formais e informais, além de desenvolver atividades culturais e de promoção da cultura.

Mundialmente conhecido pelo futebol, o Flamengo é um exemplo de clube que possui um departamento voltado exclusivamente para a pesquisa, conservação e divulgação do patrimônio esportivo. Com equipe de Museologia²², Educativo, História e Arquivologia, que juntos fazem a curadoria do Museu Flamengo. Essa estrutura indica uma instituição que preocupada com a preservação da memória do patrimônio esportivo possui caráter multidisciplinar, influenciando na pesquisa, documentação e comunicação desse patrimônio.

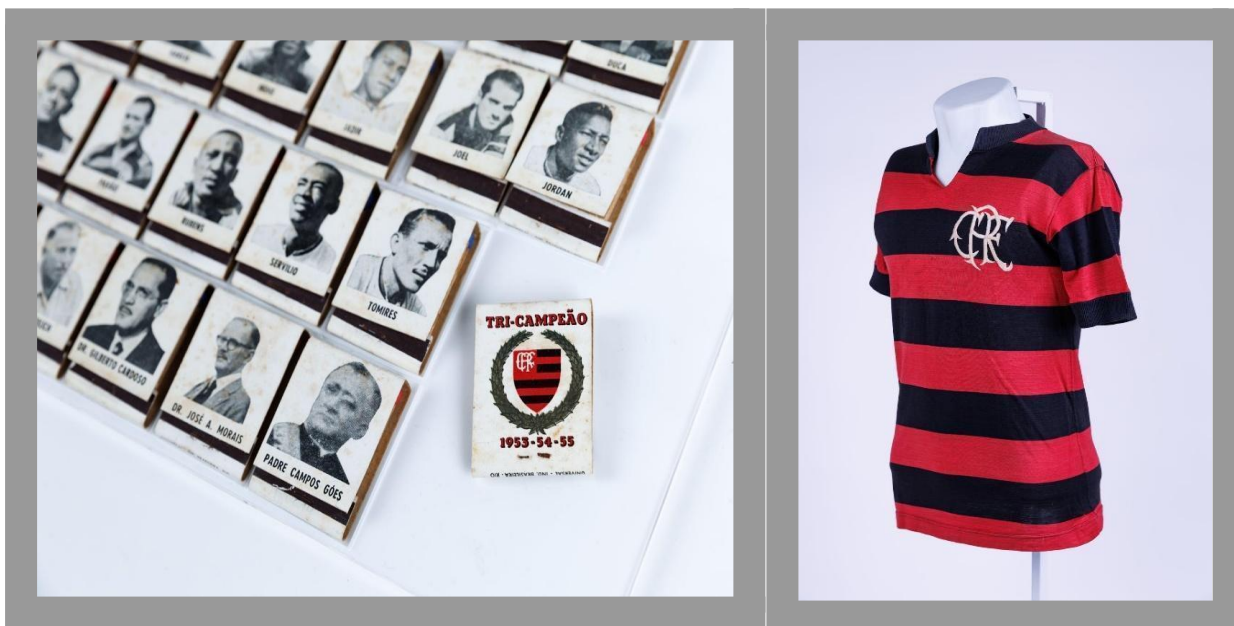
O Departamento de Patrimônio Histórico tem suas funções definidas no Estatuto²³ do clube, onde diz que tem como objetivo guardar e conservar os valores históricos, com seu acervo e com pesquisas, na divulgação e preservação das tradições e símbolos. Sendo este departamento responsável pela curadoria do Museu Flamengo e por promover programas de incentivo à cultura dentro desta instituição (FLAMENGO, 1992).

Os bens móveis musealizados do Flamengo são plurais, sendo divididos nos inventários de troféus, medalhas, indumentária, faixa, flâmulas, bandeiras, acessório esportivo, fotografia, ingressos, quadros. Tendo ainda objetos que não possuem uma categoria bem delimitada como: urna funerária, cooler de gelo, cadeira e violão. A solução da equipe de museologia é o desenvolvimento do inventário “Diverso”.

²²A equipe de Museologia possui 6 profissionais, sendo 5 formados em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Com esse perfil profissional as atividades de documentação são planejadas e aplicadas tendo como norte as boas práticas de Museologia.

²³O Estatuto é regularmente atualizado, sendo esse dado incluído pelo Conselho Deliberativo em reunião de 01/10/2015

Figura 13 – Exemplos de acervo de patrimônio esportivo: Caixinhas de fósforo colecionáveis de 1955 e camisa de futebol Zico de 1970.



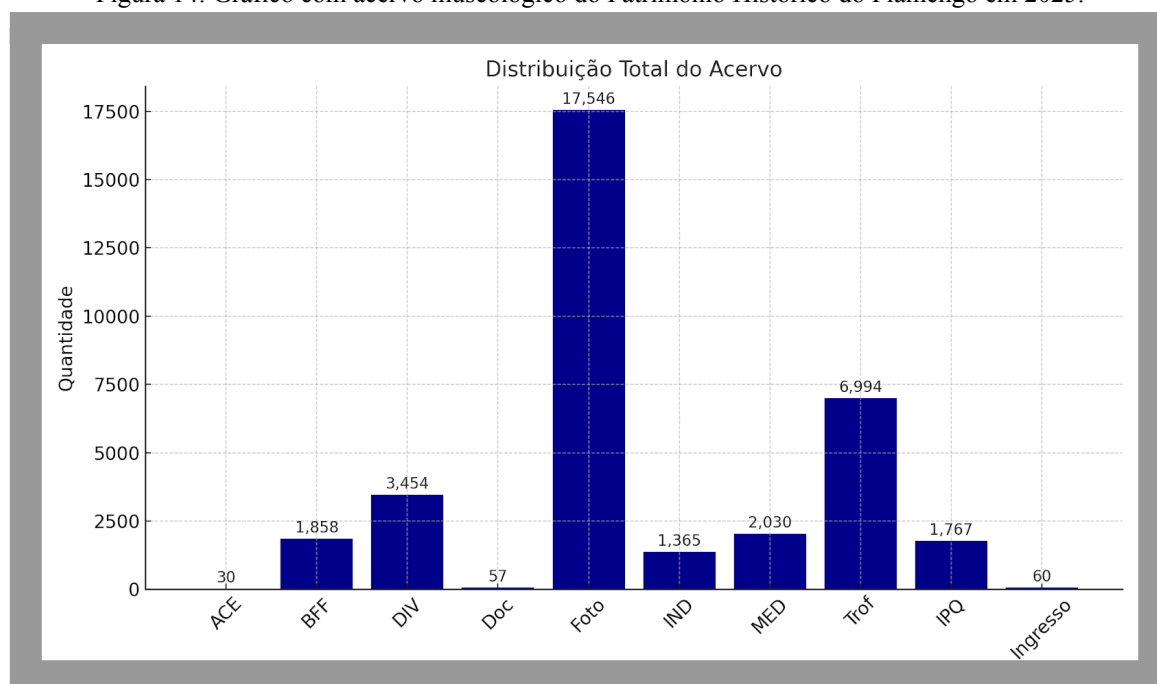
Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

A principal forma de ingresso de acervos no Departamento de Patrimônio Histórico do Flamengo ocorre por meio da própria dinâmica institucional, ou seja, pela incorporação de objetos que já se encontravam na entidade. Esse processo reflete um reconhecimento prévio dos outros setores da instituição daquilo que pode vir a ser musealizado, como troféus, medalhas, uniformes e outros objetos esportivos. Nessa categoria incluem-se tanto bens referentes ao ano vigente, como uniformes utilizados em competições recentes ou troféus recém-conquistados, quanto itens históricos, muitas vezes guardados por longos períodos ou utilizados como peças decorativas nos espaços do clube. De modo geral, trata-se de um acervo vinculado à memória coletiva e institucional, a exemplo de troféus, camisas e bandeiras.

A segunda modalidade de aquisição, responsável por um volume significativo de objetos, é a doação, realizada sobretudo por ex-atletas ou por familiares de atletas já falecidos. Nesse caso, os objetos apresentam um caráter mais pessoal, articulando-se à trajetória de determinadas personalidades do clube. As doações costumam apresentar diversidade tipológica e quantitativa, abrangendo desde objetos de infância, associados a uma espécie de “mito fundador” da carreira esportiva, até itens relacionados a momentos marcantes no Flamengo, incluindo ainda peças vinculadas ao período posterior à aposentadoria, como forma de reafirmar a permanência simbólica desse personagem na história da instituição.

A guarda do acervo museológico está concentrada na sede social da Gávea, em duas reservas técnicas: uma destinada exclusivamente aos troféus e outra para os demais tipos de objetos. O conjunto é estimado em 35.116 itens, número que cresce continuamente. Apenas no ano de 2025, por exemplo, foram registradas 370 novas incorporações. Esse constante aumento do acervo impõe desafios significativos para os processos de documentação, acondicionamento e preservação, exigindo planejamento sistemático e estratégias adequadas de gestão museológica. Parte desses objetos estão expostos no Museu Flamengo.

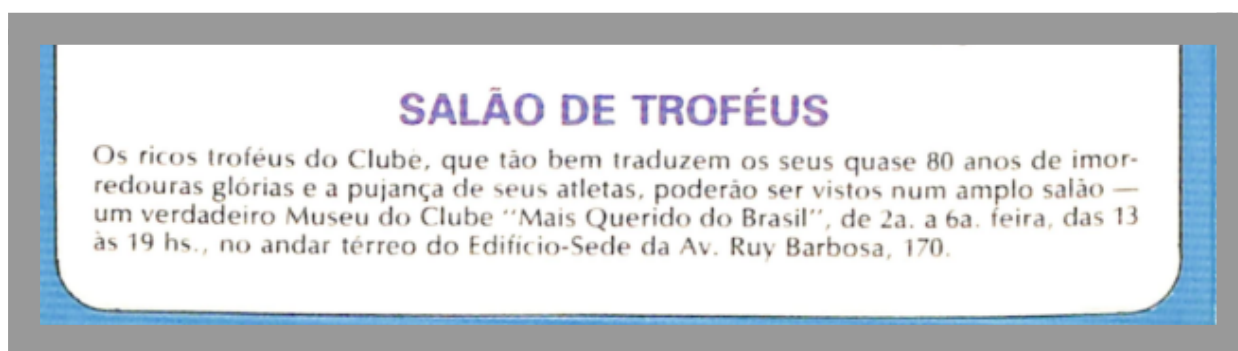
Figura 14: Gráfico com acervo museológico do Patrimônio Histórico do Flamengo em 2025.



Fonte: Elaboração própria

Atualmente o Flamengo tem em sua estrutura o Museu Flamengo, aberto ao público no dia 05/08/2023. No entanto, outras experiências de exposição já existiram. No Programa Social de fevereiro de 1976 o Flamengo, que apresenta as conquistas e últimas notícias de seus atletas e aquilo que oferece para os sócios do clube, dentre elas muitas atrações a visita ao Salão de Troféus, que segundo consta é um “verdadeiro Museu do Clube”, ainda na primeira sede no bairro Flamengo.

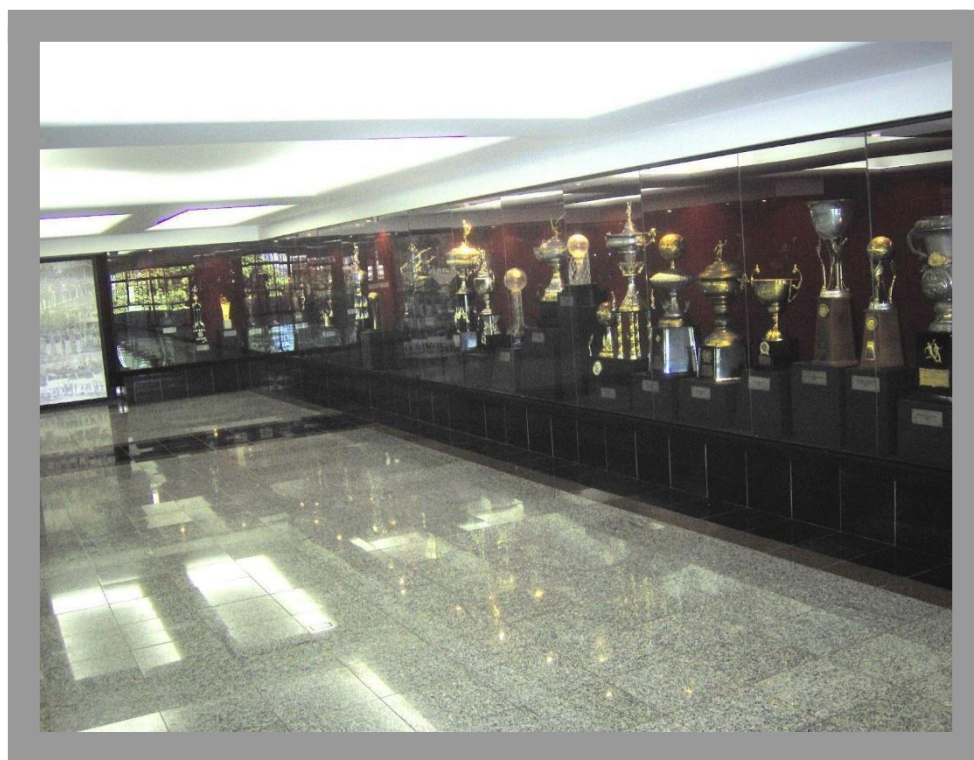
Figura 15: Programa Social Clube de Regatas do Flamengo, fevereiro 1976



Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

Essas iniciativas de exposição dos objetos de relevância para a memória institucional seguiram, e com a mudança da sede social e administrativa, para o bairro Leblon, o Salão de Troféus também acompanhou, seguindo disponível para a visitação do público.

Figura 16: Sala de troféus Clube de Regatas do Flamengo, dezembro de 2007.



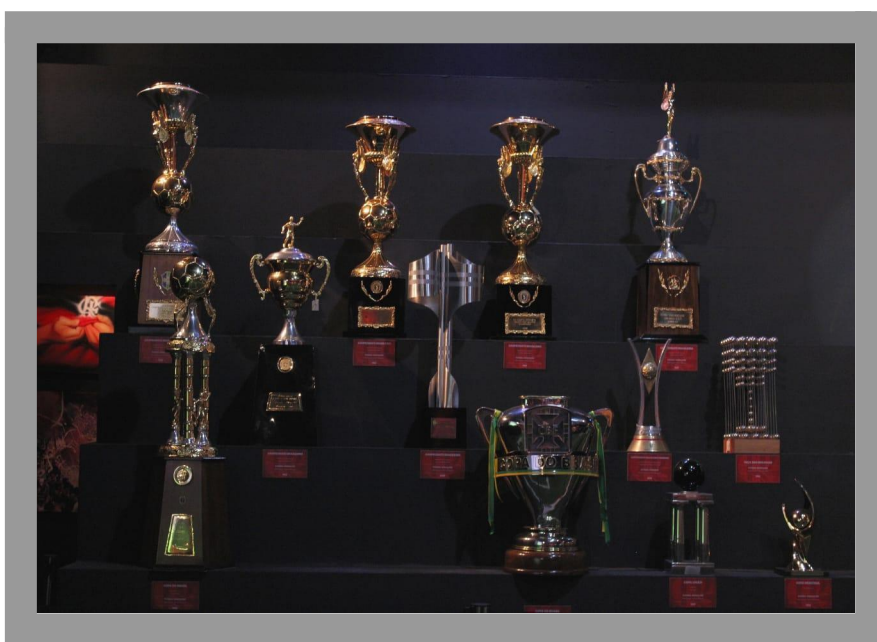
Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

A construção de um espaço expositivo estruturado ocorreu com a inauguração do Fla Experience com 300 m², desenvolvido e gerido pela Futebol Tour, que funcionou entre 2014 e 2016. A partir dessa data ocorreu uma reformulação curatorial e administrativa do espaço, com o nome de Fla Memória, com a gestão do Departamento de Patrimônio Histórico do

Flamengo, ou seja, a partir desse momento a curadoria e gestão deixam de serem terceirizadas e passam a ser feitas pela própria instituição. Esse espaço funcionou até 2022.

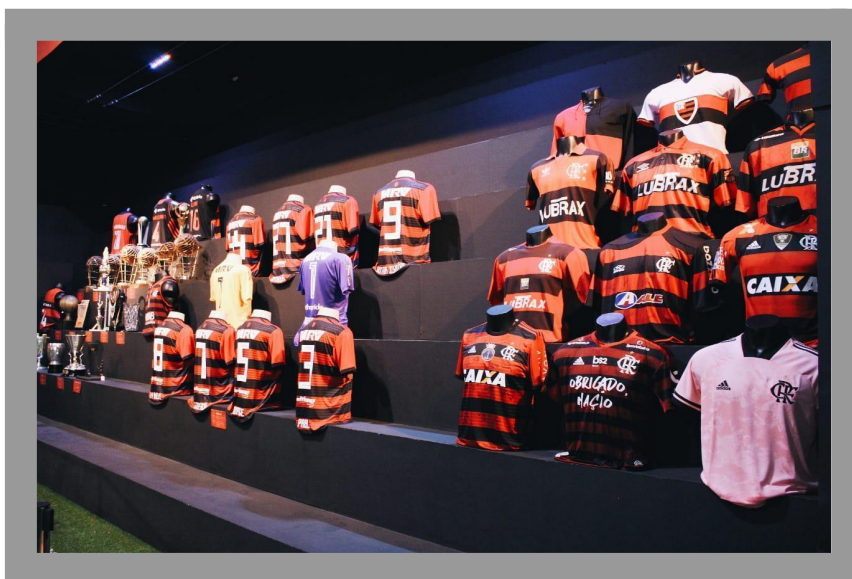
A exposição permanente tinha como foco principal o futebol masculino profissional, no entanto existiam na construção da narrativa também objetos sobre futebol feminino, futebol de base masculino e basquete masculino. Em relação a tipologia de objetos expostos, a exposição era composta majoritariamente por troféus, indumentárias (camisa) e alguns quadros.

Figura 17: Sala de troféus Fla Memória.



Fonte: própria autora

Figura 18: Camisas Históricas Fla Memória.



Fonte: própria autora

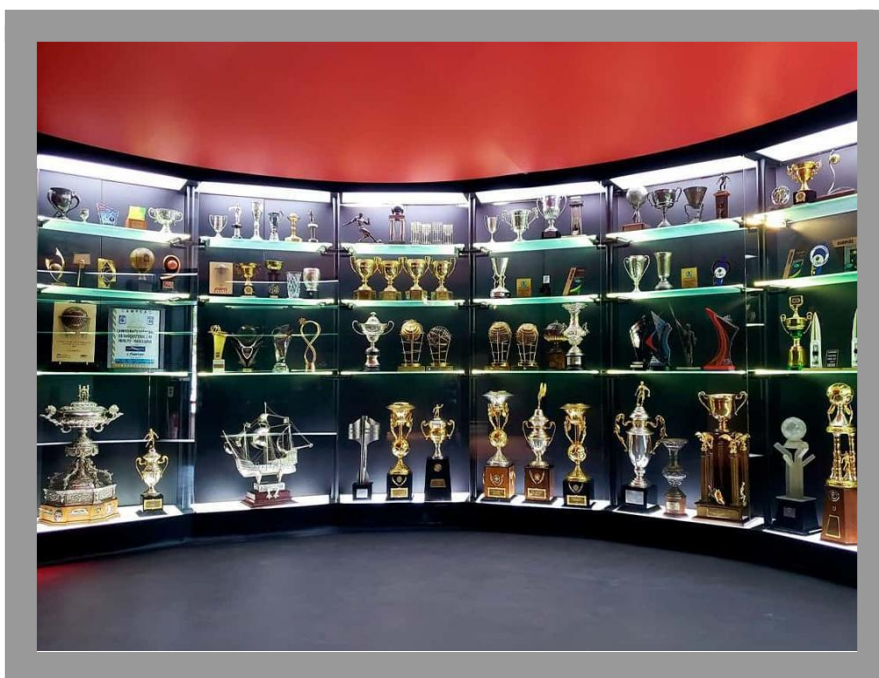
Novamente reformulado e inaugurado o Museu Flamengo atualmente ocupa um espaço de 1000 m², com 14 áreas temáticas, a exposição conta com uma sala de troféus, com vitrines de 4 metros de altura, além de espaços dedicados à personalidades da história do Flamengo, desde sua fundação até as conquistas e personalidades atuais. Nessa nova versão expositiva existe maior destaque ao remo, basquete, esportes olímpicos e futebol feminino. Mesmo dando maior visibilidade a outros personagens e outras modalidades esportivas o destaque principal ainda é o futebol masculino profissional.

Figura 19: Vitrine Protagonistas Museu Flamengo.



Fonte: própria autora

Figura 20: Torre de Troféus Museu Flamengo



Fonte: Museus Flamengo

O Museu Flamengo, com uma equipe estruturada e voltada à preservação de seu patrimônio e de sua memória, configura-se como um exemplo de clube esportivo que realizou, e continua realizando, um investimento significativo nesse processo. Esse investimento evidencia a consciência institucional a respeito de sua importância, a qual atravessa diferentes gestões do clube. Nessa perspectiva a própria instituição assume um papel central na construção, manutenção e comunicação de sua identidade e da narrativa que projeta para a sociedade. O clube mantém, em sua estrutura, desde pelo menos a década de 1970, espaços destinados à exposição de suas conquistas e momentos emblemáticos, o que demonstra a continuidade e a ampliação dessas iniciativas ao longo do tempo. A permanência e o crescimento desses investimentos indicam a eficácia desses espaços enquanto instrumentos de preservação e mediação da memória institucional. Por fim, os demais exemplos de clubes analisados, bem como os usos políticos das manifestações esportivas discutidos ao longo do capítulo, reforçam para os profissionais da área a necessidade de reconhecer que os processos de preservação e comunicação do patrimônio esportivo não são neutros, devendo, portanto, ser conduzidos de forma crítica, ética e responsável.

2 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: INVENTÁRIO NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ESPORTIVO

Pensar o debate sobre documentação do patrimônio esportivo é de suma importância, uma vez que, em escala mundial, as instituições desportivas vêm desenvolvendo, de forma crescente, atividades museológicas. Alegrias (2017) compreende o surgimento dos museus do esporte como um fenômeno social, no qual cada instituição, de maneira particular, constrói sua identidade e seleciona quais repercussões sociais serão colocadas em comunicação com a sociedade.

O conceito de documentação é amplo e pode ser subscrito em diversas áreas do conhecimento. Para José Mauro Loureiro (2008), a documentação constitui o caminho pelo qual as sociedades ocidentais modernas estruturam e desenvolvem suas ações. Segundo o autor, as construções humanas tendem à dispersão em função de seu crescimento exponencial, tanto no âmbito teórico quanto no prático. Nesse contexto, a documentação configura-se como um conjunto de processos teóricos e operacionais que visam à “ordem”²⁴ e a seus correlatos.

Loureiro (2008) defende que, para tal finalidade, foram estabelecidas normas, códigos e lógicas distintas, voltadas à ordenação dos saberes, à facilitação da troca de conhecimentos e ao acesso à informação, operando, assim, em contra fluxo à causalidade e à eventualidade, respeitando as lógicas e necessidades de cada grupo social, em seu espaço e tempo específicos. Como exemplos de formas cotidianas de documentação, podem ser citados o boletim escolar, o prontuário médico, os processos judiciais e os manuais de eletrodomésticos.

No âmbito museológico, a documentação de objetos musealizados configura-se como um instrumento eficiente de preservação. As diretrizes do IPHAN (2006) indicam que essas ações se inserem na gestão do acervo, uma vez que preservar um patrimônio consiste em antecipar aquilo que pode estar em perigo de destruição, buscando proteger o objeto ou o conjunto patrimonial de diferentes riscos, como destruição, deterioração, dissociação e roubo.

²⁴Destaque do autor.

Essa ação preservacionista pode ocorrer de forma direta, por meio de intervenções físicas no objeto, como o acondicionamento adequado, ou de forma indireta, por meio de procedimentos documentais, como o inventário e a catalogação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014). No entanto, conforme observa Maria Lucia Loureiro (2008), os museus tendem a concentrar seus esforços de preservação prioritariamente na dimensão física dos acervos, prática de grande relevância, mas insuficiente quando considerada isoladamente. Se o objeto musealizado é compreendido como documento, portador de valores simbólicos e históricos, torna-se necessário dedicar atenção equivalente à preservação de suas informações e significados.

Dessa forma, o controle de fatores ambientais, como umidade e temperatura, é tão importante quanto a implementação de um processo de inventário bem estruturado e consistente. Para Maria Lucia Loureiro (2008), a documentação museológica não deve ser entendida como um fim em si mesma, mas como um meio: uma ferramenta indispensável não apenas para a localização e o controle dos itens de uma coleção, mas também para o desenvolvimento de exposições, ações educativas e outras atividades museológicas, além de se constituir como fonte essencial para pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

A análise das fichas de inventário e dos protocolos de preenchimento utilizados por Clube de Regatas do Flamengo, Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, Botafogo de Futebol e Regatas e Sport Club Internacional, que serão apresentados em sequência, evidenciou a inexistência de uma metodologia padronizada para a documentação dos acervos por eles tutelados, observando-se diferenças significativas entre as instituições. Essa heterogeneidade não pode ser atribuída exclusivamente aos clubes esportivos, uma vez que as instituições de referência de documentação não dispõe de diretrizes específicas para a documentação de determinados bens, conexos aos esportes, ou seja, mesmo aqueles espaços que buscam orientação para documentação, não encontram.

Levantamentos realizados junto ao ICOM Brasil, ao ICOMOS e ao Ministério da Cultura não identificaram orientações técnicas, manuais ou protocolos voltados especificamente à salvaguarda do patrimônio esportivo. Com o objetivo de aprofundar essa constatação, foi realizado contato institucional com o ICOM Brasil²⁵, cuja resposta confirmou

²⁵Obrigada à Lucimara Varejano, representante do ICOM Brasil e Marília Bonas, representante do Museu do Futebol.

a inexistência, até o momento, de um protocolo dedicado a esse tipo de acervo, sendo mencionadas apenas iniciativas pontuais, como eventos temáticos relacionados ao esporte.

Dessa forma, constata-se que a gestão, a preservação e a documentação dos acervos museológicos de clubes esportivos carecem de orientações normativas específicas. A adoção de modelos desenvolvidos para outras tipologias patrimoniais, embora necessária em muitos casos, nem sempre contempla as particularidades do patrimônio esportivo, o que pode resultar em lacunas informacionais e operacionais nos processos documentais.

Para uma gestão de seu acervo de forma eficiente as instituições museológicas devem utilizar alguns padrões mínimos de dados e registros de seu acervo. Panisset (2017) enfatiza que somente assim será possível uma comunicação precisa e compreensível das instituições, sua coleção e para o público. Considerando que tipologia de museus do esporte está em expansão, que já reúne um número expressivo de instituições, torna-se urgente a necessidade de construção de protocolos próprios, capazes de atender às especificidades desses bens culturais.

A elaboração de protocolos de documentação especializados é uma demanda recorrente na área museológica. Diversos esforços já foram realizados nesse sentido como normas de inventário de artes plásticas e artes decorativas²⁶, para acervos de ciência²⁷, museu casa²⁸ e coleções arqueológicas²⁹. Esses exemplos demonstram que o desenvolvimento de normativas adaptadas a tipologias particulares constitui um caminho eficiente e consolidado, que pode e deve ser estendido aos museus do esporte.

2.1- Documentação e a preservação

Para iniciar os debates de preservação de um objeto museológico é necessário compreender toda a cadeia de processos a qual essa atividade faz parte: Musealização e

²⁶Livro Espólio documental : Normas de inventário: artes plásticas e artes decorativas, de José Carlos Álvarez; Sofia Patrão de 2009

²⁷Livro Normas de inventário - Ciência e Técnica de Paulo Ferreira da Costa, de 2010.

²⁸Artigo: A metodologia de pesquisa e catalogação dos cômodos do Museu Casa de Rui Barbosa, de Álea de Almeida e Aparecida Rangel, publicado em 2019.

²⁹Livro: Normas de inventário- arqueologia de Luís Raposo e Adolfo Silveira, 2000.

Patrimonialização³⁰. Lima (2016) defende que ambos os processos visam a preservação dos objetos, essas atividades são desenvolvidas para o patrimônio material e patrimônio imaterial, como um conjunto de procedimentos que visam a ampla preservação e salvaguarda.

O processo de musealização não é apenas o ato de colocar um objeto dentro dos limites do museu. Para Desvallées e Mairesse (2014) seria então a extração física e conceitual do seu meio natural ou cultural de origem, conferindo um estatuto museal. Lima (2016) diz que ocorre uma mudança interpretativa das manifestações culturais e da natureza no processo dessa cadeia museológica. Ao mesmo tempo em que ocorrem essas mudanças interpretativas, há a mescla de atributos da memória coletiva na feição de pertencimento cultural, onde ocorrem ações de permanência e ressignificações.

O objeto, agora musealizado, lhe é atribuído à categoria de documento, que segundo José Mauro Loureiro (2008) extrapola seus aspectos da sua concretude e materialidade, mas também ao aspecto cultural, simbólico e histórico de sua produção e uso. Tornando a relação dessas informações para compreender seu significado, no entanto essa construção só se torna viável quando mediada pela documentação.

Assim sendo, quando ocorre a mudança de estado musealizado, passa a exercer uma representação ímpar, o Bem Simbólico. Uma medalha, que antes era o símbolo da vitória e presenteada à um atleta, extrapola esse significado. Representa todo esforço coletivo e individual desse atleta, da comissão técnica e da participação da torcida nessa conquista. Quando uma chuteira dá entrada no acervo ela deixa de ser apenas um calçado, ela representa o atleta que a utilizou, os gols que ele realizou e as vitórias conquistadas enquanto era utilizada. Ou seja, representam as dinâmicas sociais por trás deles, estabelecendo nesse momento novas funções culturais. Quando são colocados no contexto museal são atribuídos a esses objetos os valores do grupo que ele representa.

Para exemplificar esse raciocínio, é possível empregar o exercício de reflexão realizado, a luz de Briet, por Maria Lucia Loureiro (2008) analisar o objeto de diversas naturezas, com o fim de responder se são ou não documento:

- Bola no jogo? Não
- Foto do gol? Sim

³⁰Para Lima (2012) patrimonializar é a institucionalização dos bens, que são alicerçados na noção da tutela com suas regras para a prática da custódia.

- Camisa na loja? Não
- Camisa no museu? Sim
- Troféu no pódio? Não
- Troféu no museu? Sim

Existem inúmeras normativas que abordam os processos de preservação no contexto dos processos museológicos. Desvallées e Mairesse (2014), por exemplo, explicam que as operações envolvidas iniciam assim que um objeto entra no museu. Desde sua aquisição, no inventário, catalogação, acondicionamento, conservação e, se necessário, restauração. Essas atividades devem ser conduzidas por uma política estabelecida pela instituição, com a definição de critérios de aquisição do patrimônio, a continuidade só é assegurada com a gestão das coisas que se tornaram objetos de museu e, finalmente, com sua conservação.

Da mesma forma que a documentação é importante para preservar o valor simbólico, ela é a ferramenta que auxilia o acompanhamento das intervenções necessárias nesse acervo. Afinal, mesmo carregando uma gama de significados, uma medalha ainda costuma ser feita de metal, ou seja, ainda precisa de intervenções específicas para evitar a sua deterioração. A chuteira ainda é um acessório esportivo que foi utilizado, assim sendo, nela contém suor e sujidade do campo. Sendo necessário o cuidado para não existir a proliferação de fungos que coloca em risco esse objeto e todo acervo que está em contato com ele. Ou seja, ao registrar as informações relativas às intervenções curativas é um relevante instrumento para a preservação do objeto, sistematizando as informações da vida do objeto, preservando as informações que auxiliam a compreensão para as gerações futuras

Neste processo de documentação do objeto, subsidia a curadoria³¹ de uma exposição, Ballardo (2022) diz que a musealização vai além do objeto, ela aborda também o contexto do objeto. Assim, compreende-se o motivo que tal objeto foi selecionado para ser preservado e exposto em detrimento a inúmeros outros que não. Sem a documentação e a pesquisa, as próximas gerações não poderiam compreender o motivo de um troféu estar em maior destaque numa exposição, e outro apenas compondo as fileiras das já tradicionais torres de troféus nos museus do esporte e outros ainda em reserva técnica sem a perspectiva de serem incluídos na exposição.

³¹Curadoria é processo de tratamento conceitual e técnico de coleções museológicas feito por áreas de especialidades referente à uma coleção específica (SÃO PAULO, 2010 pág. 103)

O processo de documentação abarca duas possibilidades de informações: as intrínsecas e as extrínsecas. Segundo Ferrez (1994) as informações intrínsecas são deduzidas a partir do próprio objeto, através da análise das suas propriedades físicas. Já a extrínseca é obtida de outras fontes, que não o objeto. É nesse processo que é possível conhecer os contextos nos quais os objetos existiam, funcionaram e foram selecionados, para enfim serem incorporados em um acervo para ser musealizado.

Podemos citar como exemplo o processo de documentação de um museu do esporte, ao documentar o troféu do campeonato da COMEMBOL Libertadores, ou como é conhecido Libertadores das Américas é possível, a partir da documentação intrínseca recuperar o nome o nome do troféu: Copa de Campeones de Futebol de Sudamerica, pois está gravado no troféu. Outra informação que é possível recuperar é o ano dessa conquista, uma vez que todos os clubes campeões tem uma plaquinha com o ano relativo à sua conquista, desde o primeiro campeonato, em 1960, a última plaquinha é referente àquela conquista, nesse exemplo escolhido a de 1981.

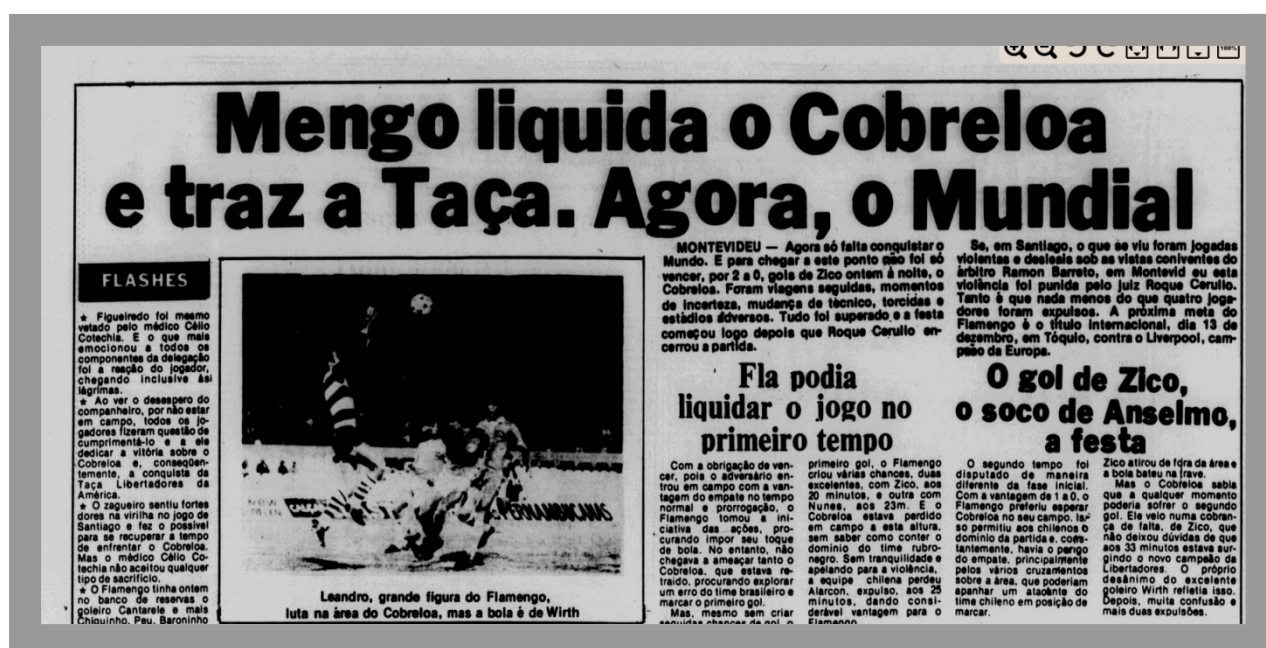
Figura 21: Troféu Copa Libertadores das Américas 1981.



Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

Somente com a pesquisa desse campeonato é possível ter acesso às informações extrínsecas e recuperar que o Flamengo venceu na sua estreia no campeonato, numa final de três jogos (o formato atual são dois) contra o Cobreloa, com o placar acumulado de Flamengo 4 x 2 Cobreloa, com dois gols do Zico no último jogo, no dia 23/11/1981³². Para além disso, esse foi o primeiro ano que nenhum argentino foi classificado para as semifinais (estiveram presentes clubes do Brasil, Bolívia, Colômbia e Uruguai), e esses jogos das finais foram marcados pela violência em campo, tendo até um atleta nocauteado³³.

Figura 22: "Manchete do Jornal dos Sports (24/11/1981) anunciando a vitória do Flamengo na Copa Libertadores e a classificação para o Mundial de Clubes".



Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

Outro ponto relevante destacado por Ballardo (2022) é o fato de que um objeto, ao ser inserido em uma coleção, passa a estabelecer conexões contínuas com a instituição e com o conjunto ao qual passa a pertencer. Assim, compreende-se que o processo de documentação não se encerra no momento de sua entrada, sendo necessária a atualização constante das informações registradas.

Utilizando o exemplo do troféu da Copa Libertadores da América de 1981, conquistado pelo Flamengo, observa-se que, passados 43 anos da conquista, esse objeto

³²Informações disponíveis no site Museu Flamengo

<https://museuf Flamengo.com/titulos/futebol/#taca-libertadores-da-america> acessado em 12/04/2025

³³Informações disponíveis no site Museu do Futebol <https://museudofutebol.org.br/crfb/eventos/606920/> acessado em 12/04/2025.

segue adquirindo novas camadas de significado. Durante quase quatro décadas, o troféu de 1981 foi o único título do clube nesta competição; contudo, a partir das conquistas de 2019 e 2022, passou a se relacionar com outros dois exemplares semelhantes. Esse contexto possibilita o surgimento de novas pesquisas e leituras sobre os objetos, evidenciando o caráter contínuo do processo de documentação. A partir disso, o objeto passa a ser comunicado de novas formas, tanto na expografia quanto nas abordagens do setor educativo e nas plataformas de comunicação do clube.

Nesse sentido, compreende-se que as ações de documentação estão diretamente interligadas às demais etapas do processo de musealização de um bem cultural, promovendo, conforme esclarecem Mendonça e Souza (2020), a transformação do objeto musealizado de fonte de informação em fonte de pesquisa e de transmissão de conhecimento.

O caráter contínuo da documentação também a consolida como instrumento fundamental para a pesquisa e a divulgação do acervo, devendo ser permanentemente atualizada para complementar e ratificar os conhecimentos já produzidos. Ferrez (1994) alerta que, sem essa cadeia contínua de ações, os museus e suas reservas técnicas correm o risco de se tornarem meros repositórios de objetos descontextualizados, observados apenas por suas características físicas. O que iria diferenciar uma reserva técnica de um museu do esporte de um almoxarifado de uma loja ou de um colecionador amador?

Para além de subsidiar uma comunicação alinhada às demandas contemporâneas, a documentação museológica é essencial para a proteção dos bens culturais contra danos, perdas, furtos e outros crimes, além de ser fundamental para sua recuperação em casos de extravio. Dessa forma, é imprescindível que os gestores responsáveis tenham acesso a essas informações.

As Diretrizes do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC 2014) apontam que produção de conhecimento desenvolvido a partir dos objetos são categorias de informações e que devem ser padronizadas para a documentação museológica. Além disso, é fundamental que esse conhecimento seja acessível a curadores, pesquisadores e ao público em geral. Panisset (2017) ainda diz que, para a documentação atuar como uma ferramenta da preservação é importante frisar a necessidade da normatização, porque somente através dela é possível salvaguardar as informações geradas sobre o acervo, tanto numa abordagem teórica, quanto em relações operacionais.

A partir do pressuposto que o objeto museológico é agora um documento, é a fonte primária. Para Panisset (2017) compete à documentação museológica agrupar documentos relativos à esse objeto, a partir de inventário, livros de tombo, catalogação, assegurando por meio destes a salvaguarda e a permanência desses agora, os objetos. Podendo até mesmo, na ausência de outras fontes, se tornarem uma fonte primária.

2.2- A construção de campos na documentação museológica

A documentação museológica constitui uma etapa fundamental da gestão dos museus, orientando-se por diretrizes estabelecidas, conforme mencionado anteriormente. Entre os referenciais mais relevantes para essa prática, destacam-se o Spectrum 4.0 e as Diretrizes do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), vinculado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM).

O sistema Spectrum, desenvolvido inicialmente para museus britânicos, teve sua primeira edição publicada em 1994 e vem sendo constantemente atualizado, encontrando-se atualmente na versão 4.0. Sua proposta é oferecer um modelo de referência internacional para os fluxos de trabalho relacionados à documentação, enfatizando não a padronização rígida, mas a construção de padrões adaptáveis às especificidades de cada instituição. A filosofia do Spectrum 4.0 (2014) é justamente promover boas práticas sem engessar os processos, sendo especialmente útil para museus com acervos temáticos diversos, como é o caso dos museus do esporte.

Já as diretrizes do CIDOC (2014) apresentam recomendações sobre quais informações são essenciais à documentação museológica, mas não possuem caráter prescritivo. O documento assume um tom orientativo, respeitando as singularidades institucionais e culturais dos museus. Como destaca o texto de referência, há um reconhecimento da fluidez e diversidade dos contextos museológicos, reforçando que as normas devem servir como base, e não como limite.

Outra orientação para a documentação museológica muito relevante a ser seguida é o Object ID, organizado pelo ICOM, UNESCO, INTERPOL e FBI. Esse documento

desenvolvido na década de 1990 tem o objetivo de identificar os bens culturais a partir de campos mínimos de informações essenciais que visam a identificação inequívoca para contribuir com o combate ao tráfico ilícito e o roubo de bens culturais.

Segundo o próprio ICOM³⁴ a utilização desses campos na documentação museológica visa seguir os padrões internacionalmente estabelecidos. Eles podem ser utilizados pelos museus, forças policiais, alfândegas, seguradoras por todo o mundo. Ou seja, uma documentação com essa padronização visa não só uma gestão interna eficiente, mas também uma integração do sistema internacional de controle de segurança. Panisset (2017) argumenta que a documentação atua como uma espécie de apólice de seguros contra a perda, por construir um registro do bem para a posteridade e para o conhecimento das gerações futuras, sobretudo em caso de catástrofes e destruição, ou seja, a documentação fornece assim um registro duradouro do patrimônio cultural. Quando esses bens não são documentados se torna difícil de recuperar.

A partir dessas normativas, Panisset (2017) argumenta que cabe aos especialistas em documentação estudar as ferramentas e orientações, nacionais e internacionais, e compreender se essas orientações atendem as especificações das instituições. Tendo em vista a diversidade de tipologias de patrimônio, de perfil institucional (público ou privado) é impraticável construir uma única norma para todos os museus.

Compreende-se a documentação a partir de Mendonça e Souza (2020) que de forma geral, é o registro de aquisição, inventário, catalogação, controle, uso, empréstimo, alienação, exposições e transporte do objeto, tendo como objetivo principal a sua preservação. A catalogação e o inventário são ferramentas eficientes para documentar a história e mapear as modificações do bem musealizado.

A catalogação é a sistematização e manutenção, daquilo que no Spectrum 4.0 (2014)³⁵ é chamado de informações-chave, que visa identificar e descrever formalmente todos os objetos. Nessa documentação, ainda segundo Spectrum 4.0 (2014) é importante conter as seguintes informações

³⁴Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/objectid/>

³⁵Desenvolvido inicialmente em museus britânicos em 1994, o sistema tem como origem a proposta de oferecer um modelo de referência internacional para os processos de documentação museológica" (Secretaria de Estado de Cultura, 2014).

- fornecer descrições que permitam a identificação do objeto, mesmo quando próximo à objetos semelhantes;
- fornecer informações históricas, ou referências de onde é possível encontrar tais informações;
- Estar disponível num sistema, que permita fácil acesso, com ferramenta de busca simplificada.

As diretrizes do CIDOC (2014) apontam que o inventário é a sistematização do controle e da localização de todos os objetos de uma coleção. Nesse processo, podem ser registrados não apenas os objetos incorporados à instituição, mas também os emprestados, os não incorporados, os não documentados previamente, os que se encontram em depósitos temporários e as coleções de apoio. Em outras palavras, o inventário abarca todos os bens sob guarda da instituição, sendo também o instrumento que define a responsabilidade pela atualização e acessibilidade dessas informações.

O Spectrum 4.0 (2014) estabelece normas mínimas para a gestão documental das coleções, destacando que o inventário deve permitir a identificação da responsabilidade sobre qualquer objeto, em qualquer momento. Além disso, esse instrumento deve fornecer informações atualizadas sobre todos os bens sob os cuidados da organização, incluindo objetos em regime de empréstimo, tanto de entrada quanto de saída, aqueles temporariamente em depósito e outros não incorporados ao acervo. O inventário também deve assegurar uma referência clara sobre a propriedade de cada objeto, bem como indicar sua localização atual, contribuindo para o controle, a rastreabilidade e a gestão das coleções (SPECTRUM, 2014).

A partir da sistematização e da segurança dos dados, a gestão do patrimônio torna-se mais eficiente, pois permite mapear objetos, associá-los às responsabilidades de cada profissional e identificar sua instituição proprietária. Desse modo, garante-se também a preservação da informação sobre a localização exata dos bens.

Assim, embora ambos os processos estejam voltados para a gestão eficiente e segura dos objetos museológicos, o inventário e a catalogação apresentam diferenças estruturantes como demonstrado no quadro comparativo a seguir, elaborado a partir do Spectrum 4.0 (2014) e das Diretrizes do CIDOC (2014). Compreendendo a importância de segurança do patrimônio cultural na tabela também serão incluídos os campos sugeridos pelo e Object ID.

Figura 23: Tabela de Campos para a Documentação a partir Spectrum 4.0, Diretrizes do CIDOC e Object Id.

Inventário <i>(Spectrum 4.0 + CIDOC)</i>	Catálogo <i>(Spectrum 4.0 + CIDOC)</i>	Object ID
Número de inventário	Número de registro	Fotografia
Nome do objeto	Outros número	Tipologia
Descrição sumária	Tipologia	Material/ técnica
Estado de conservação	Nome do objeto	Dimensões
Localização do objeto	Número de itens ou partes	Inscrições e marcas
Data em que a informação foi registrada	Descrição física	Características particulares
Responsável pelo registro	Autor/Fabricante	Título
Situação do objeto (em reserva, comodato, etc.)	Dimensões	Data
	Aquisição (data e proveniência)	Assunto/Tema
	Estado de conservação e Data	Autor ou fabricante
	Localização	
	Fotografia	
	Responsável pela curadoria	
	Inscrições/ Marcas	
	Técnico responsável	
	Informação histórica	

	Referências e informações bibliográficas publicadas	
	Referência sobre informações de gestão de coleções	

Fonte: Elaborado pela autora

O inventário e a catalogação constituem etapas fundamentais para a gestão eficiente do acervo. No entanto, o CIDOC em suas Diretrizes (2014) aponta que, em situações em que os recursos institucionais sejam limitados, recomenda-se priorizar a execução do inventário. Essa medida possibilita o controle quantitativo dos objetos, a definição de sua localização, o registro de entradas e saídas, além do acompanhamento das necessidades de preservação de cada objeto, de acordo com seu estado de conservação. Para Panisset (2017), o inventário que cumpre esse papel de registro atua também como uma ferramenta de ‘diagnóstico de risco’ e ‘diagnóstico de conservação preventiva’. Assim, esse processo se torna um dos primeiros protocolos de controle de acesso, evitando roubos e perdas, e também a primeira estratégia de reconhecimento para avaliação das coleções.

A partir da análise da tabela apresentada, pode-se afirmar que o inventário constitui um instrumento fundamental para a identificação, quantificação, controle e responsabilização sobre os bens musealizados. Seu objetivo é reunir informações essenciais e precisas sobre o acervo, garantindo sua gestão e salvaguarda, sem necessariamente aprofundar-se nas especificidades interpretativas de cada objeto, aspecto que pode ser desenvolvido em etapas posteriores, como a catalogação. Nesse sentido, é o inventário que concentra o foco e o interesse central desta pesquisa.

2.3- Inventário e sua função social.

A preservação do patrimônio, material ou imaterial, público ou privado não é apenas responsabilidade da instituição que faz sua gestão, é um dever coletivo. A Constituição

Brasileira (1988) estabelece que é dever do Estado criar políticas e fiscalizar as instituições de guarda, e essas devem cumprir com as normativas estabelecidas, assim como a sociedade tem o direito e dever de zelar pelo patrimônio. Ou seja, os processos de preservação do patrimônio estão inseridos nos debates legais no âmbito nacional. Preservação nesse contexto também é compreendida de forma global, dos aspectos físicos e simbólicos, incluindo também a documentação.

Como foi dito anteriormente, o inventário é uma ferramenta importante para a preservação e gestão do patrimônio, para além de da produção teórica que permite essa afirmativa, a Constituição Federal de 1988 corrobora com essa perspectiva, haja vista que no artigo 216 §1º diz que é obrigação do poder público em colaboração com a comunidade proteger o patrimônio, e uma das possibilidades é o inventário.

Já a Lei nº 11.904 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus (dentre outras atribuições) estabelece no artigo 39 que é obrigação dos museus manter a documentação sistematicamente atualizada, na forma de registro e inventário. E os bens que constam em inventário gozam de proteção para evitar seu desaparecimento ou degradação. O inventário também aparece na Lei nº 11.905 do mesmo ano, a qual institui o inventário como um mecanismo para a difusão, proteção e preservação dos bens culturais musealizados.

Além da gestão e da preservação do acervo, o inventário também produz conhecimento sobre o universo dos bens culturais. Motta e Rezende (2016) refletem que é nesse documento que se estabelece a seleção do objeto definindo quais bens são reconhecidos e de que forma devem ser protegidos. Assim, no processo de inventariar esses bens, tornam-se explícitos os critérios, os pontos de vista e os recortes adotados sobre determinados universos culturais e territoriais. Esse processo envolve juízos de valor e é determinante na construção das narrativas que estruturam a história de grupos sociais. Dessa forma, como qualquer produção de conhecimento, o ato de documentar não se configura como um exercício neutro.

A pesquisa desenvolvida por Bonfim e Pinto (2024) analisou e tabulou 214 coleções de acervos esportivos no Brasil, apresentando informações relevantes sobre os grupos sociais representados nos objetos e o processo de seleção. Os resultados evidenciam desigualdades significativas no que se refere à representação racial, etária e de pessoas com deficiência nos acervos esportivos brasileiros. Sendo os dados.

Figura 24- Tabela divisão de gênero acervo esportivo

Gênero das pessoas representadas total de 214 coleções	
Homens Cis genero	200
Mulheres Cis genero	157
Homens transgênero	28
Mulheres transgênero	28
Não binária	27

Fonte: Bonfim e Pinto (2024)

Figura 25- Tabela divisão de gênero exclusivos acervo esportivo

Gênero exclusivo pessoas representadas total de 214 coleções	
Apenas com homens cis gênero	48
Apenas com mulheres cis genero	5

Fonte: Bonfim e Pinto (2024)

Figura 26- Tabela divisão de raça acervo esportivo

Raças das pessoas representadas total de 214 coleções	
Branças	202
Pretas	182
Pardas	179
Amarelas	122
Indígenas	79

Fonte: Bonfim e Pinto (2024)

Figura 27- Tabela divisão de raça exclusivos acervo esportivo

Raça exclusiva de pessoas representadas total de 214 coleções	
Apenas pessoas branca	21
Apenas pessoas preta	1
Apenas pessoas pardas	1

Fonte: Bonfim e Pinto (2024)

Figura 28- Tabela divisão de faixa etária acervo esportivo

Faixas etárias representadas total de 214 coleções	
Adultos	202
Jovens	185
Idosos	128
Crianças	128

Fonte: Bonfim e Pinto (2024)

Para além desses dados o mapeamento apresenta apenas 25,2% das coleções apresentavam algum tipo de representação do paradesporto. Esses dados permitem afirmar que os acervos esportivos, em sua maioria, são constituídos por objetos que privilegiam narrativas associadas à trajetória de homens, brancos e adultos.

Esses resultados apontam para a persistência de narrativas hegemônicas nesses espaços como a preponderância masculina e branca, ao passo que grupos historicamente minorizados permanecem sub-representados, como mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência e atletas das categorias de base. A seleção e a organização desses objetos tendem a reproduzir essa lógica hegemônica, refletindo-se diretamente nas práticas de comunicação museológica. Tal constatação contribui para a compreensão das narrativas expositivas analisadas no Capítulo 1, nas quais o futebol, especialmente o masculino, profissional e adulto, assume posição central na construção do discurso museológico.

Nesse contexto, a construção de inventários ultrapassa o domínio estritamente técnico e insere-se em uma lógica de reconhecimento cultural e institucional. A documentação museológica envolve escolhas que atribuem destaque a determinados esportes, modalidades, trajetórias e sujeitos, ao mesmo tempo em que outros permanecem à margem dos processos de patrimonialização. Assim, o inventário reflete as formas pelas quais as instituições atribuem sentido, valor e legitimidade aos objetos preservados como memória esportiva. A existência de um inventário abrangente do acervo permite identificar padrões de representação e lacunas existentes, oferecendo subsídios para que, a partir de decisões institucionais, sejam definidos critérios de aquisição e políticas de incorporação voltadas à redução dessas ausências.

3 O INVENTÁRIO E A APLICAÇÃO NOS MUSEUS DOS ESPORTES

3.1- O inventário nos museus do esporte

As escolhas dos campos para o inventário são um ponto fundamental para todo o processo de documentação. Nesse momento, os responsáveis definem as informações relevantes para o acervo. O CIDOC (2014) apresenta diretrizes de campos considerados essenciais para a gestão dos objetos. Como essas orientações não possuem caráter prescritivo, mas sim orientador, cada instituição tem autonomia para desenvolver sua própria metodologia a partir de suas especificidades e de sua cultura institucional.

Os objetos que compõem o acervo do patrimônio esportivo são em grande medida objetos oriundos de competições esportivas (aqui se incluem troféus, medalhas, uniformes, acessórios esportivos...) ou relacionados a personagens importantes, que também são relacionados ao esporte (primeira blusa do time, primeira carteirinha de atleta do clube...). Pensando assim, é importante ter campos que contemplem essas informações do universo esportivo, fazendo valer então a liberdade metodológica indicada pelo CIDOC.

O Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, ou apenas Grêmio, é um clube esportivo que possui na sua estrutura o Museu Hermínio Bittencourt, que apresenta suas glórias e conquistas. Seu histórico expositivo aponta o ano de 1984, eles mesmo destacam que era “sob forma de Sala de Troféus”, semelhante a outras experiências da mesma época. O clube compartilha que o processo de organização do acervo museológico em 1983, possibilitou a inauguração do espaço expositivo no ano seguinte³⁶. Após inúmeras reformas e inaugurações em dezembro de 2012 com a transferência para a Arena (GRÊMIO, 2025).

A documentação do acervo do Museu do Grêmio é feita por meio de Ficha de Inventário³⁷. Essa ficha foi desenvolvida pela equipe de museologia do clube, sendo eles: Número de Registro, Coleção, Nome do Objeto, Modalidade, Classe, Sub-classe, Autoria, Origem, Doador, Data, Acumulado por, Estado de Conservação, Marcas / Inscrições, Material/Técnica de Fabricação, Medidas, Ano de Fabricação, Função, Localização, Dados

³⁶ <https://gremio.net/conteudo/index/46>

³⁷ Agradeço à museóloga Sibelle Barbosa pela entrevista em 22/04/2025 sobre a documentação do Museu do Grêmio.

Históricos/Campeonato, Descrição Intrínseca, Descrição Extrínseca, Referências, Autoria da Ficha e Data.

Dentre os campos utilizados, destaca-se o campo "Autoria", amplamente aplicado em acervo de artes plásticas e decorativas. No entanto, sua aplicação no contexto do patrimônio esportivo pode revelar-se pouco eficaz, uma vez que, nessa tipologia, é frequentemente difícil recuperar essa informação. Isso se deve ao fato de que os objetos mais recorrentes nas coleções, como troféus, medalhas e camisas são, em geral, produzidos por fábricas ou fornecedores padronizados, e não por artistas individualizados, tornando a identificação de autoria irrelevante ou inviável em muitos casos.

No campo "Nome do Objeto", observam-se registros que vão além da simples identificação do item, reunindo informações como título, gênero da modalidade esportiva, colocação (quando aplicável) e o ano correspondente. Já o campo "Dados Históricos/Campeonato" exemplifica uma adaptação para as características do patrimônio esportivo. Essa categoria evidencia que a história do campeonato ao qual o objeto está vinculado possui relevância equivalente à do próprio objeto, demonstrando a importância de contextualizá-lo dentro do evento esportivo que motivou sua existência. A própria nomenclatura do campo sinaliza a necessidade de incluir esse tipo de dado como parte fundamental da documentação.

Figura 29- Ficha de Inventário Museu do Grêmio.



Museu do Grêmio - Hermínio Bittencourt

FICHA DE INVENTÁRIO

Número de Registro:

Coleção:

Nome do Objeto:

Modalidade:

Classe:

Sub-Classe:

Autoria:

Origem:

Doador:

Data:

Acumulado por:

Estado de Conservação:

Marcas/ Inscrições:

Material/Técnica de Fabricação:

Medidas:

Ano de Fabricação:

Função:

Localização:

Dados Históricos/Campeonato:

Descrição Intrínseca:

Descrição Extrínseca:

Referências

Autoria da Ficha:

Data:

Fonte: Museu do Grêmio

Com o cruzamento dos dados entre os campos da ficha de inventário do Museu do Grêmio e a Tabela de Campos para a Documentação, composta a partir das indicações do

Spectrum 4.0 (2014) e das Diretrizes do CIDOC (2014), observa-se que os requisitos internacionalmente recomendados para o processo de inventário são atendidos, configurando uma ficha completa. Além disso, ela também incorpora parâmetros de segurança sugeridos pelo Object ID, exceto Assunto/tema.

Em uma análise mais detalhada, nota-se que essa ficha extrapola as funções próprias de um inventário, incluindo informações que são características da catalogação, como “autor/fabricante”, “marcas/inscrições”, “dados históricos/campeonato”, “descrição extrínseca” e “referências”. Esses campos exigem um processo de pesquisa mais aprofundado, típico da catalogação. Assim, a ficha do Museu do Grêmio situa-se em uma zona intermediária, flertando entre o inventário e a catalogação.

O Botafogo de Futebol e Regatas, é o único dos clubes analisados que ainda não possui um museu, que está em processo de construção³⁸. O Museu Botafogo será localizado no Casarão de General Severiano, no bairro de Botafogo, na zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

O primeiro inventário do Botafogo data de 1970, mas foi descontinuado. O retorno do processo de documentação do acervo do teve início em 2022. A ficha de inventário³⁹ é composta por: N° de registro, Nome do objeto, Localização, Estado de Conservação, Medidas, Data do registro, Nome do Responsável.

Os campos desse inventário não contemplam campos com perguntas específicas do patrimônio esportivo, no entanto, a equipe de museologia no processo de documentação incluiu a informações da modalidade no número de registro, numa lógica de numeração tripartida: sigla referente ao museu + sigla do esporte + número sequencial: exemplo MB.F.0001 - Museu Botafogo - Futebol - número 0001.

A data do objeto, a descrição simples, a tipologia do acervo, o gênero e categoria são incluídos no campo “Nome” do objeto, ou seja, a metodologia implementada traz informações que em um primeiro momento não estão na ficha. Nesse campo pode haver também informações sobre o local da final, a entidade responsável e o tipo de competição (amistoso, homenagem ou comemoração). Sendo então o padrão do título do Museu

³⁸ A previsão era para o segundo semestre de 2025, no entanto até a data atual o museu ainda não foi aberto ao público.

³⁹ Agradeço à museóloga Beatriz Mesquita pela entrevista em 24/04/2025 sobre a documentação do Museu do Botafogo

Botafogo: Tipo do objeto + Nome oficial do torneio + Divisão/Categoria + local + Data da conquista.

Figura- 30: Tabela de inventário Museu Botafogo

Nº de Registro	Nome do objeto	Localização	Estado de Conservação	Medidas	Data do registro	Nome do Responsável

Fonte: Museu Botafogo

Com isso, as informações que na prática são documentadas nesse processo são: número de registro, nome do objeto, data do objeto, local, localização, estado de conservação, data do registro, nome do responsável, modalidade, categoria e medidas. Em relação ao que é indicado para o inventário segundo o Spectrum 4.0 (2014) e as Diretrizes do CIDOC (2014), observa-se a ausência dos campos “situação do objeto” e “descrição sumária”.

No que diz respeito aos campos recomendados pelo Object ID, há inúmeras lacunas, como a falta de fotografia, material/técnica, inscrições e marcas, características particulares e autor/fabricante. Essa carência de informações representa uma fragilidade no sistema de documentação, especialmente no que se refere à segurança patrimonial e à rastreabilidade de possíveis descaminhos.

O Sport Club Internacional, conforme foi apresentado no capítulo 1, possui um museu no Espaço Cultural do Colorado, mais conhecido como Museu do Inter. Diferente das outras instituições, o processo de documentação não é por inventário, e sim feito por catalogação. Sendo realizada assim que o objeto é integrado pela instituição. O objetivo, segundo a museóloga responsável, é salvar as informações assim que elas dão entrada⁴⁰. Mesmo não

⁴⁰Agradecimento à Vanessa Leão, ex museóloga da instituição, em visita técnica ao Museu Flamengo em 27/09//2024 não apenas apresentou o processo de documentação, mas compartilhou os momentos de dificuldades durante as enchentes do Rio Grande do Sul, e como eles estão lidando com os desafios que estão surgindo.

sendo uma ficha de inventário, essa documentação é importante para identificar a forma como a Instituição trabalha.

Os campos da Ficha de Catalogação são: Numeração provisória, Localização, Nome do Acervo, Doador, Descrição, Medidas (sendo discriminadas como altura, largura, comprimento e diâmetro), Outras informações.

Os campos são básicos, não tendo nenhum campo específico do patrimônio esportivo. Foi relatado que a equipe de museologia atual sempre enfrentou dificuldade com essa ficha. Esse processo seria completamente substituído, uma vez que as reservas técnicas foram inundadas e como só possuíam documentação em papel toda documentação foi perdida. Segundo a museóloga, essa reestruturação da documentação será iniciada pela construção de um inventário⁴¹.

⁴¹Busquei informações sobre uma possível atualização da documentação utilizada, contudo, fui informada de que a instituição ainda opera com a essa ficha, estando a reformulação em fase de planejamento.

Figura 31: Ficha de catalogação do Museu do Inter.

Ficha de Catalogação Museu do Inter			
Numeração provisória		Localização:	
Nome do Acervo:			
Doador:			
DESCRIÇÃO			
MEDIDAS			
Altura:		Largura:	
Comprimento:		Diâmetro:	
Outras informações:			

Fonte: Museu do Inter

Embora seja denominada Ficha de Catalogação, os campos apresentados não contemplam sequer os campos mínimos exigidos para o inventário, ausentando-se itens como “descrição sumária”, “estado de conservação”, “data”, “responsável” e “situação do objeto”. Além disso, não há campos voltados à pesquisa, característica fundamental do processo de catalogação.

Com base nas recomendações do Object ID, também se observam ausências significativas, como a inexistência de campos para fotografia, material/técnica, inscrições e marcas, características particulares e autor/fabricante. Assim, a documentação apresenta fragilidades semelhantes às observadas no Museu do Botafogo, uma vez que as informações registradas podem não ser suficientes para o rastreamento ou recuperação de objetos extraviados.

Verifica-se ainda uma confusão terminológica que antecede essa análise. A ficha é intitulada “Ficha de Catalogação do Museu do Inter”, porém, segundo relato da museóloga responsável, esse processo é denominado internamente de pré-catalogação. Contudo, ao ser confrontada com a Tabela de Campos para a Documentação, constata-se que essa documentação não alcança nem mesmo o nível de um inventário. Essa imprecisão conceitual pode gerar fragilidades metodológicas no processo de documentação, comprometendo a padronização e a eficiência dos registros museológicos.

Os exemplos analisados demonstram distintas formas de construção da documentação dos acervos, baseadas, em geral, nos campos fundamentais de identificação e localização dos objetos. Contudo, é importante ressaltar a presença de informações relativas ao universo esportivo, que, mesmo não estando explicitamente previstas na estrutura dos campos, acabam sendo incorporadas por meio da metodologia de preenchimento adotada. Por exemplo, no Botafogo, mesmo sem o campo modalidade, essa informação vem no nome do objeto, dessa forma, garante a preservação de dados relevantes à trajetória simbólica e histórica dos objetos, evidenciando a adaptabilidade da ficha documental às particularidades desse tipo de acervo.

3.2- Os inventários do Clube Regatas do Flamengo ao longo dos anos.

Entre 2009 e 2024 Clube de Regatas do Flamengo adotou diferentes modelos e sistema de inventário. O primeiro inventário do acervo museológico de 2009, foi estruturado em uma base de dados desenvolvida pela própria equipe do Departamento de Patrimônio Histórico, composta por um profissional da área de informática e duas historiadoras. Os registros priorizam o esporte praticado e o ano da conquista, frequentemente vinculados a figuras emblemáticas da instituição, demonstrando que a lógica documental adotada à época

possuía um caráter predominantemente do que Mitidieri (2022) classifica como celebratório, alinhado às dinâmicas de exaltação do esporte e de seus espaços de comunicação.

Figura 32- Sistema de inventário museológico do Clube de Regatas do Flamengo em 2009.

Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

Os campos trabalhados foram: Código, Descrição, CódClassificação (tipologia), CodTipo, CodAgrem (Clube), CodModalidade (modalidade esportiva do acervo), Campo 1, CodCategoria (profissional, base ou amador), CodAquisição (tipo de aquisição), CodFichaDoacao, CodFabricante (marca do objeto), CodEstConserv (Estado de Conservação), CodLocal, ComplLocal, ComplLocal, ComplLocal, Local1, Local2, Local3, Local4, local5, Data, Ano, Altura, Largura, Profundidade, Foto1, Foto2, Foto3, Foto4, Obs.

Figura 33- Campos da tabela de inventário de acervo museológico do Patrimônio Histórico do Flamengo em 2009

H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD
CodCategoria	CodAquisicao	CodFichaDoacao	CodFabricante	CodEstConserv	CodLocal	ComplLocal	Local1	Local2	Local3	Local4	Local5	Local6	Data	Ano	Altura	Largura	Profundidade	Foto1	Foto2	Foto3	Foto4	Obs
03	05			1									06-mai-00	1900	19	24	27	CRF				Primeiro troféu
03				1									1927	127	51	51	CRF					Exposição no
03				1									1979	131	78	73	CRF					Exposição no
03				1									1983	42	38	25	CRF					Exposição no
03	02			2									1989	58	34	25	CRF					Exposição no
03				1									1961	60	50	32	CRF					Exposição no
03				1									1964	94	41	38	CRF					Exposição no
03				1									1968	108	57	51	CRF					Exposição no
03				1									1970	43	46	24	CRF					Exposição no
03				1									1972	40	14	14	CRF					Exposição no
03				1									1978	123	55	51	CRF					Exposição no
03				1									1980	85	50	50	CRF					Exposição no
03				1									1981	49	26	31	CRF					Exposição no
03				1									1986	102	62	34	CRF					Exposição no
03				1									1988	35	18	12	CRF					Exposição no
03				1									1988	110	112	114	CRF					Exposição no

Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

Figura 35 - Ingresso Flamengo x Vasco 03/12/1978



Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

Esses exemplos evidenciam como os objetos são compreendidos não apenas como peças materiais, mas como suportes simbólicos de memórias individuais e coletivas que estruturam a narrativa institucional. Esses dados contextualizam esse objeto, ou seja, contempla a “Descrição sumária”, conforme apresentado na Tabela de Campos para a Documentação.

A análise dessa documentação revela lacunas informacionais significativas, que comprometem de maneira substancial a gestão do patrimônio musealizado. Nota-se a ausência de dados importantes, como o estado de conservação dos objetos, a forma de ingresso na instituição, os tipos de intervenções às quais foram submetidos ao longo do tempo e a identificação dos responsáveis por essas ações. A inexistência dessas informações compromete tanto a preservação física quanto a construção de uma trajetória histórica coerente para os bens culturais em questão.

Fiorante (2025) destaca a importância do registro sistemático das informações sobre o estado de conservação, ressaltando que um inventário constantemente atualizado pode auxiliar na detecção de problemas, permitindo identificar se são recorrentes, recentes ou de longa duração. Ao compreender o intervalo temporal em que um objeto, anteriormente em perfeito estado, passou a apresentar alterações como craquelamento ou abaulamento, torna-se mais fácil mapear a origem do dano. Com isso, a equipe técnica pode desenvolver métodos de mitigação adequados, evitando a progressão do problema e a ocorrência de danos adicionais.

Mesmo apresentando lacunas informacionais relevantes, esse inventário constitui um documento de grande valor e deve continuar sendo utilizado como fonte de pesquisa para o inventário corrente, sobretudo porque reúne informações fundamentais sobre motivos pelos quais objeto foi musealizado e sobre sua relação com a história da instituição. Além disso, configura-se como prova jurídica de que um objeto registrado em 2009 integra o acervo museológico desde pelo menos aquela data, permitindo traçar um histórico de responsabilização institucional.

Em 2018, o processo de documentação museológica foi completamente reformulado, com a decisão de reiniciar o inventário, em fichas de papel e em arquivos do Word. A equipe responsável por essa etapa era composta por uma museóloga recém-formada e quatro estagiárias.

A equipe optou por organizar o acervo em grandes tipologias, estruturando inventários específicos para: Troféus, Indumentária, Bandeira, Flâmulas e Galhardetes, Fotografias, Diversos, Quadros e Placas, e Bolas. Essa divisão atendeu à necessidade de ordenar o material e iniciar o reconhecimento sistemático do acervo. Assim, os locais de guarda passaram a ser organizados por tipologia, mantendo juntos os objetos de categorias semelhantes. No caso dos troféus, além da tipologia, eles também foram subdivididos por modalidade esportiva, pois o inventário deles era o foco da época, com objetivo de compor a torre de troféus do Museu Flamengo, cujo primeiro projeto era composto por 500 peças.

Essa reorganização visava facilitar o acesso aos objetos, para documentação, para consultas da própria equipe quanto para atender demandas de marketing e comunicação. Isso contribui para a localização das peças, segurança no manuseio e eficiência na resposta às solicitações internas, especialmente em ações que envolvem pesquisa histórica, produção de conteúdo e apoio a projetos institucionais.

Foi adotado um modelo de ficha composto pelos seguintes campos: Número de registro, Nome do objeto, Registro antigo, Localização e Observações. Embora esse novo modelo tenha representado um esforço importante de sistematização e controle dos bens musealizados, ele apresentou algumas lacunas significativas.

Uma das ausências mais notáveis foi um campo específico destinado à descrição do estado de conservação dos objetos; havia apenas a possibilidade de indicar “bom”, “regular”

ou “ruim”, quando informações mais detalhadas seriam essenciais para o planejamento de ações de preservação preventiva e de restauração.

Outra limitação, que impactava diretamente as ações de comunicação e as escolhas curatoriais para o futuro Museu, era a ausência de um campo destinado à especificação da modalidade esportiva. Diante disso, a equipe passou a utilizar o campo de Observações para registrar essas informações. Nesse modelo não existia: forma de incorporação e data, técnico responsável e data da documentação.

Com o tempo, o campo Observações passou a concentrar um volume variado e heterogêneo de dados, dificultando a sistematização e, em muitos casos, comprometendo a precisão e a rastreabilidade das informações. A falta de uma estrutura adequada para esses registros tornava a ficha vulnerável a lacunas, perdas informacionais e dificuldades na recuperação de dados fundamentais para a compreensão do valor histórico e simbólico do acervo. Modificações pontuais no decorrer dos anos foram realizadas na ficha para sanar algumas dificuldades.

Figura 36: Campo observações com estado de conservação, medidas, outros números, movimentação

10/2/2022	TROF.000107	"XXIV Trofeo Colombino / Campeon / Donado Polo Industrial de Huelva / Huelva 13-14 agosto 1988"	Regular	Museu	Torre			Futebol	Manchas esbranquiçadas nas partes de metal e o navio está aderando. Número antigo: INV.1048; Número de catalogação: FLA.000102 (Altura: 109,5cm, Largura: 101,5cm, Profundidade: 43cm, Peso: 14,25) Entrou na exposição do Museu Flamengo 04/08/2023
-----------	-------------	---	---------	-------	-------	--	--	---------	--

Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

Em 2024, foi realizada uma nova reformulação no modelo de inventário adotado pela instituição, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de documentação museológica. Nesse momento, já haviam modificações nas categorias de inventário, que passaram a ser organizadas em: Troféus, Indumentária, Medalhas, Bandeiras, Faixas e Flâmulas, Fotografias, Diversos, Quadros e Placas, Acessórios Esportivos, Ingressos e Documentos Históricos. Essas mudanças tipológicas refletem o avanço no conhecimento sobre o acervo, uma vez que categorias anteriormente concentradas no inventário “Diversos” foram desmembradas para

dar origem a novas tipologias mais precisas, como Medalhas, Ingressos e Documentos Históricos.

A nova ficha passou a conter os seguintes campos: Número de inventário, Título, Outros números, Data, Estado, Modalidade, Gênero, Categoria, Colocação, Material, Dimensões, Peso, Aquisição/Entrada, Localização, Registrado por, Data e Observações. Dentre essas alterações, destaca-se a inclusão de quatro campos específicos voltados ao patrimônio esportivo: Modalidade, Gênero, Categoria e Colocação. Essa atualização permitiu a distribuição mais clara e sistemática de informações que, anteriormente, ficavam restritas ao campo de Observações, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade informacional da documentação.

Figura 37—: Ficha de inventário Patrimônio Histórico do Flamengo 2024



 **CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO**
Fundado em

Inventário Troféus

Número de Inventário: TROF.

Título: _____

Outros títulos: _____

Data: _____

Outros Números: _____

Estados: ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Modalidade: _____ Gênero: _____

Categoria: _____

Colocação: ☐ 1º ☐ 2º ☐ 3º ☐ _____

Material: _____

Dimensões: _____ Peso: _____

Aquisição/ Entrada: _____

Localização: _____

Registrado por: _____ Dia: ____/____/____

Observações: _____

Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

No caso do Museu do Flamengo, o modelo de inventário abarca quase todos os campos previstos na Tabela de Campos para a Documentação, apresentando como ausência principal o campo “descrição sumária”, cuja função tem sido deslocada para o campo “observações”. No entanto, a inexistência desse campo específico compromete a padronização dos registros e aumenta o risco de omissões ou interpretações equivocadas no processo de documentação.

Em relação aos parâmetros do Object ID, também se observam ausências significativas, como a falta de fotografia, inscrições e marcas e características particulares, o que dificulta a identificação e o rastreamento do objeto em situações de extravio ou furto.

O histórico das fichas de inventário museológico do Museu do Flamengo evidencia que esse é um processo em constante aperfeiçoamento. A equipe envolvida, por meio de ajustes sutis ou reformulações mais amplas, têm buscado aperfeiçoar a documentação, aproximando-a das recomendações internacionais sem desconsiderar as demandas internas da instituição e as especificidades da sua tipologia museal. Esse caráter dinâmico e cumulativo do processo contribui tanto para a recuperação e atualização das informações quanto para a valorização dos objetos no contexto museológico, fortalecendo a construção de uma memória institucional mais consistente e acessível.

4 PRODUTO: GUIA PRÁTICO PREENCHIMENTO DE INVENTÁRIO PARA MUSEUS DO ESPORTES

4.1- Patrimônio esportivo no inventário

As fichas de inventário analisadas apresentam diversos campos em comum, refletindo uma base estruturante similar entre as instituições. No entanto, mais relevante do que a simples presença desses campos é a forma como são efetivamente preenchidos. A metodologia adotada pelas equipes responsáveis pela documentação influencia diretamente a qualidade, a consistência e a utilidade das informações registradas.

Tendo como referência a análise das fichas de documentação do Museu do Grêmio, Museu do Botafogo e Museu do Internacional, é possível observar níveis distintos de aderência às normas internacionais e nacionais de documentação museológica, como o Spectrum 4.0, as Diretrizes do CIDOC e o Object ID. Em todos os casos, verifica-se uma dificuldade conceitual na distinção entre os processos de inventário e de catalogação, o que impacta diretamente a estrutura e a finalidade dos registros.

Como vimos anteriormente, o Spectrum 4.0 estabelece um modelo internacional de referência para os fluxos de trabalho em documentação, baseado em boas práticas flexíveis e adaptáveis às realidades institucionais. As diretrizes do CIDOC possuem caráter orientador, indicando informações essenciais e respeitando a diversidade cultural e institucional dos museus. Já o Object ID define campos mínimos para a identificação inequívoca de bens culturais, com foco na prevenção ao tráfico ilícito e ao roubo. Em conjunto, esses referenciais reforçam a documentação como instrumento fundamental para a gestão, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.

De modo geral, os museus analisados demonstram esforços de sistematização da documentação, mas tais iniciativas ainda se revelam heterogêneas e metodologicamente

frágeis. Uma característica recorrente é a ênfase administrativa no controle do acervo museológico, em detrimento de informações interpretativas, contextuais ou de pesquisa. Observa-se, ainda, a ausência de elementos fundamentais para a rastreabilidade e segurança patrimonial, como fotografia, características particulares e autoria/fabricação, conforme preconizado pelo Object ID.

Nesse sentido, para compreender de forma mais precisa a recorrência e o uso dos campos nas fichas, torna-se fundamental a sistematização dos dados. Essa etapa não envolve apenas a identificação dos campos disponíveis, mas também a análise de como são utilizados na prática: que tipo de informação é registrada, qual o grau de detalhamento adotado, que termos e categorias são priorizados, e quais aspectos específicos do patrimônio esportivo são destacados ou, por outro lado, negligenciados.

Figura 38- Tabela de campos utilizados nos inventários de museus Flamengo, Botafogo, Grêmio e Internacional

Campos	Grêmio	Botafogo	Inter	Flamengo
Número de inventário	x	x	x	x
Nome do Objeto	x	x	x	x
Descrição sumária	x			
Estado de Conservação	x	x		x
Local		x		
Localização	x	x		x
Situação do objeto (aquisição)	x		x	x

Foto				
Material/ técnica	x			x
Tipologia				x
Medidas	x	x	x	x
Inscrições e marcas	x			
Características particulares				
Assunto/Tema				
Autor ou fabricante	x			
Data que a informação foi registrada	x	x		x
Responsável pelo registro	x	x		x

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 39- Tabela de campos utilizados nos inventários de museus museus Flamengo, Botafogo,Grêmio e Internacional.

Campos	Grêmio	Botafogo	Inter	Flamengo
Histórico do Campeonato	x			
Modalidade	x	x		x
Gênero		x		x
Categoria		x		x
Colocação				x

Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos dados analisados, serão definidos os campos de inventário que compõem o guia proposto nesta pesquisa. A proposta busca alinhar-se às recomendações internacionais, mantendo, ao mesmo tempo, compatibilidade com a realidade dos museus brasileiros. Para isso, serão incorporados os campos mínimos indicados para o inventário, bem como aqueles do Object ID que contribuem para a identificação e a segurança dos objetos, evitando, contudo, aproximar o instrumento de um processo de catalogação, entendido como uma etapa distinta da documentação museológica. Além disso, serão incluídos campos específicos relacionados ao universo esportivo, a fim de contemplar as particularidades dessa tipologia de acervo.

- Número de inventário
- Nome do objeto
- Tipologia
- Foto
- Assunto | tema / Modalidade / Gênero / Categoria
- Descrição sumária ou histórico do campeonato: Histórico
- Situação do objeto / Aquisição
- Dimensões
- Estado de conservação
- Localização do objeto
- Data que a informação foi registrada

- Responsável pelo registro

Os campos “Descrição Sumária” e “Histórico do Campeonato” serão unificados sob a denominação “Histórico”, visando otimizar as informações e evitar redundâncias. O campo “Assunto/Tema” será preenchido com dados referentes à “Modalidade”, “Gênero” e “Categoria”, de forma a contemplar as especificidades do acervo esportivo.

4.2- Os campos do inventário e sua função na gestão e preservação do acervo do patrimônio esportivo.

A definição dos campos de uma ficha de inventário deve estar alinhada ao propósito para o qual ela é elaborada. Conforme destaca Fiorante (2025), compreender com precisão esse objetivo permite uma ação consciente, orientada para finalidades específicas e coerente com a realidade institucional em que o instrumento será aplicado. Nesse sentido, o guia que será proposto tem como finalidade estabelecer orientações para o processo de inventário do patrimônio esportivo, propondo um modelo que auxilie a gestão e a preservação do acervo museológico, garantindo registros consistentes, adequados e funcionalmente relevantes para o contexto dos museus de esporte.

Isso implica compreender não apenas quais campos são essenciais, mas também qual é a função de cada um deles no processo de gestão e preservação do acervo, assegurando que o inventário reflita as necessidades informacionais e operacionais dessas instituições.

- Número de inventário

É um identificador único atribuído pela instituição, estabelecendo a relação direta entre o objeto e sua documentação. Esse número garante a identificação exclusiva do bem musealizado e não pode ser reutilizado enquanto o objeto permanecer no acervo. Ele pode ser constituído por números, letras ou por uma combinação de ambos, e deve estar registrado de forma legível no próprio objeto, em etiquetas ou em seus invólucros (CIDOC, 2014). Cândido (2006) defende que deve ser usado como referência numérica única em todas as

atividades do museu. Fiorante (2025) alerta sobre necessidade de um controle rigoroso da atribuição desses números possibilitando identificar o bem, associar corretamente sua documentação e localizar arquivos físicos e digitais correspondentes.

Trata-se de um dado essencial para a preservação e a gestão do acervo. Como ressalta Fiorante (2025), o sistema de numeração precisa estar previamente estabelecido na política institucional e ser aplicado de maneira consistente e única, funcionando como um verdadeiro número de identidade do objeto.

No caso de objetos compostos, como por exemplo par de luvas e chuteiras, o número de inventário também é fundamental para o controle de suas partes; todas devem ser devidamente identificadas, reduzindo o risco de dissociação e garantindo a integridade informacional do conjunto. Para Cândido (2006), o código de registro deve ser o mesmo, acrescido ao final de letras minúsculas também sequenciais (a,b,c...), ou números indicando o número da parte ou do todo (1/2, 2/2) as quais diferenciam as partes.

Exemplo hipotético: Chuteiras do Zico.

Número de inventário: ZICO.000001 2/2

O Museu Botafogo possui seu número de inventário seguindo a padronização: sigla do museu + inicial do esporte + número sequencial.

Ex: MB.F.001

- Nome do objeto

O nome do objeto constitui, frequentemente, a principal forma de identificação de uma obra de arte ou de outros bens musealizados, sendo considerado, conforme as orientações do CIDOC (2014), um elemento essencial na descrição das coleções. Esse nome pode ser atribuído pelo artista ou coletor. No entanto, no contexto do patrimônio esportivo, grande parte dos acervos é composta por objetos produzidos em escala industrial, como camisas, bolas e equipamentos esportivos, que, em geral, não possuem um título originalmente atribuído.

Conforme destaca Fiorante (2025), o nome do objeto também desempenha papel relevante em situações de desaparecimento, furto ou roubo, ao auxiliar na divulgação e na eventual localização de bens pertencentes ao acervo.

Nesses casos, a nomeação do objeto pode ser definida a partir de inscrições, marcas ou outras informações presentes no próprio bem, bem como por meio de protocolos previamente estabelecidos pela instituição. Tal procedimento contribui para a padronização da documentação, facilita a identificação dos objetos e favorece a recuperação eficiente da informação nos sistemas documentais. Como por exemplo o protocolo estabelecido pelo Museu Flamengo.

Exemplo: Camisa de futebol de Arrascaeta nº 10.

O objetivo desse campo é garantir um acesso rápido, claro e preciso às informações sobre o objeto, colaborando tanto para sua correta identificação quanto para sua segurança.

- Tipologia

Este campo integra os dados de descrição física do objeto e corresponde à denominação do bem. Segundo Fiorante (2025), para a atribuição dos termos que referenciar as diversas tipologias, é fundamental o uso de tesouros ou de vocabulários controlados previamente definidos pela própria instituição, sendo essencial que uma padronização seja estabelecida, antes do início do processo de inventariação.

A classificação do objeto, para Cândido (2006), ocorre a partir da função original utilitária deste. Nesse momento é designado a partir do significado funcional, atribuído imutável e presente em todos os objetos, sendo construído o critério básico da classificação.

A padronização dos termos é vital no processo de inventário, Cândido (2006) afirma que esse esforço evita a dispersão de um mesmo termo em diferentes classes. No contexto do patrimônio esportivo, essa padronização é especialmente relevante, uma vez que objetos semelhantes podem receber denominações distintas no uso cotidiano.

Exemplo: uma camisa utilizada em competição pode ser registrada como “camisa de futebol, camisa de jogo ou camisa oficial,” enquanto um mesmo tipo de objeto pode ainda ser classificado como “uniforme, indumentária esportiva ou equipamento esportivo”.

A definição prévia do termo adotado pela instituição evita inconsistências terminológicas e facilita a recuperação da informação. A adoção de uma categoria bem definida contribui para a consistência dos registros, prevenindo ambiguidades, variações terminológicas e dificuldades na recuperação da informação na documentação museológica, conforme discutido anteriormente.

O registro adequado do nome do objeto é, portanto, fundamental para sua correta classificação, para a definição de responsabilidades institucionais, bem como para a promoção do acesso e o desenvolvimento de pesquisas a partir do acervo.

- Fotografia

A fotografia constitui uma informação de grande relevância para a identificação do objeto, estando entre os campos mínimos estabelecidos pelo padrão Object ID, especialmente por seu papel no apoio à busca e recuperação em casos de extravio. Quando o objeto é recuperado, as imagens permitem a conferência de marcas, inscrições e características específicas, contribuindo para sua individualização e identificação.

Além disso, o registro fotográfico contribui com a construção de um histórico de conservação do objeto, permitindo compreender como o acervo responde às condições de exposição e de acondicionamento em reservas técnicas ao longo do tempo. Nesse sentido, Fiorante (2025) destaca que a produção fotográfica atende, sobretudo, a demandas de segurança e responsabilidade institucional.

No processo de inventário, recomenda-se a inclusão de uma fotografia principal na ficha ou tabela de registro. Fotografias complementares, que evidenciem detalhes, marcas e inscrições, devem ser igualmente produzidas e armazenadas de forma segura, associadas ao respectivo número de identificação do objeto. Cândido (2006) destaca que é um procedimento prévio para a digitalização de imagens num banco de dados.

- Assunto | tema / Modalidade / Gênero / Categoria

Este campo destina-se ao registro de palavras-chave e termos controlados relacionados ao objeto. Conforme Fiorante (2025), seu preenchimento não é obrigatório, devendo ser utilizado apenas quando previamente definido pela instituição museológica. Sua

principal finalidade é facilitar o acesso à informação, a identificação do objeto, o estabelecimento de associações com outros itens semelhantes e o apoio às atividades de pesquisa e comunicação. Para que esses objetivos sejam alcançados, é fundamental a padronização dos dados inseridos, de modo a possibilitar a recuperação consistente das informações relativas a objetos vinculados a um mesmo tema.

Segundo Panisset (2017), o campo “assunto” corresponde à descrição do tema representado pelo objeto museológico, devendo ser definido de forma genérica, sem aprofundamento em detalhes, como nos exemplos clássicos de pintura religiosa ou pintura histórica. No âmbito do patrimônio esportivo, o tema mais genérico, objetivo e funcional a ser adotado neste campo corresponde à modalidade esportiva à qual o objeto está vinculado. A incorporação de recortes adicionais como gênero e categoria, não compromete essa generalidade, desde que organizada de maneira hierarquizada e padronizada.

A metodologia de preenchimento do inventário adotada pelo Museu Botafogo, ao considerar a característica poliesportiva da instituição, prevê a utilização de uma lista padronizada de siglas das modalidades esportivas, com o objetivo de uniformizar a documentação e otimizar os processos de busca e recuperação da informação⁴².

Para além das modalidades esportivas, o Museu do Flamengo, utiliza campo para a inclusão de temas que não se relacionam diretamente a modalidades esportivas específicas, mas a processos e dinâmicas institucionais do clube, como eleições presidenciais, campanhas de marketing e outras ações administrativas ou simbólicas. Para esses casos, os técnicos da instituição adotam a categoria temática “Institucional”, permitindo a classificação e a recuperação de objetos associados à memória administrativa, política e comunicacional do clube.

- Descrição sumária / histórico do campeonato - Histórico

A descrição sumária, também denominada descrição extrínseca, é compreendida por Padilha (2014) como o conjunto de informações de caráter simbólico, contextual e histórico que circundam o objeto. Esse campo registra os elementos que justificam a relevância

⁴²Como foi dito anteriormente, no processo de inventário do Museu Botafogo a informação de modalidade se encontra no número de inventário.

cultural do bem e explicita os motivos que levaram sua incorporação ao acervo, constituindo, portanto, uma etapa essencial para orientar e fortalecer a política de aquisição da instituição.

No âmbito do patrimônio esportivo, a descrição sumária pode assumir papel central ao estabelecer a relação do objeto com o campeonato, torneio, competição ao qual está vinculado, atleta ou dirigente. Essa contextualização permite evidenciar o significado histórico do item, seja por sua participação em conquistas, recordes, momentos emblemáticos ou pela representatividade institucional do evento, garantindo que o objeto não seja compreendido apenas como peça material, mas como testemunho de práticas, memórias e narrativas do clube e de sua comunidade esportiva.

Exemplo do Museu Flamengo: Camisa utilizada pelo atleta Adílio na final do Interclubes de 1981, sendo este autor do gol da vitória.

- Situação do objeto / Aquisição

Este campo tem como objetivo esclarecer a responsabilidade jurídica e a situação de posse do objeto no âmbito da instituição. De acordo com as orientações do Spectrum 4.0, devem ser registradas as informações referentes à forma de ingresso do bem no acervo, especificando se se trata de aquisição, doação, empréstimo, depósito ou outra modalidade.

Para além desse aspecto, Fiorante (2025) destaca que esse campo é fundamental para a gestão do acervo, uma vez que nele devem constar dados sobre o proprietário, bem como a função e o uso do objeto antes de sua entrada na instituição. O registro dessas informações contribui para a construção do histórico de uso do bem e atua como mecanismo de comprovação da legalidade de sua incorporação ao acervo.

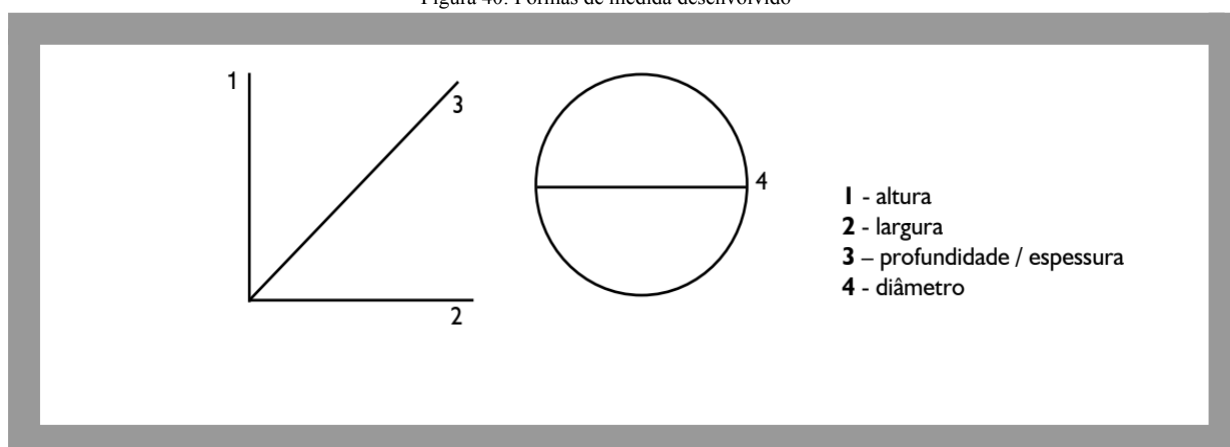
A ausência de transparência ou de registros adequados nesse campo pode acarretar dificuldades relacionadas aos direitos de propriedade, aos direitos de imagem e às autorizações para uso do objeto em exposições, publicações e demais ações de difusão cultural.

- Dimensões

O registro das dimensões, segundo Cândido (2006), possui papel central na gestão e na conservação dos objetos, uma vez que essas informações impactam diretamente a confecção de embalagens, a identificação do objeto e a segurança, além de definirem o dimensionamento do espaço e a carga necessária, tanto para a exposição quanto para a guarda.

No processo de documentação, é fundamental a utilização de instrumentos de medição adequados, como régua, trena e balança de precisão. Também se faz necessária a padronização dos procedimentos de medição, das unidades de medida e das siglas adotadas pela instituição, garantindo a consistência e a comparabilidade dos dados. No exemplo a seguir Cândido (2006) sistematiza como devem ser realizados a medição dos objetos.

Figura 40: Formas de medida desenvolvido



Fonte: Cândido (2006)

De modo geral, as medidas devem ser apresentadas no formato Altura × Largura × Profundidade, em centímetros, acompanhadas do peso em quilogramas.

Exemplo: 74 cm x 61 cm x 48 cm

21 kg

Recomenda-se o registro das maiores dimensões do objeto no processo de documentação, o exemplo do Troféu Copa do Brasil 2013, as maiores dimensões de largura são as asas, e a altura deve conter o tamanho da base de madeira até o fim do detalhe do topo do objeto.

Figura 41: Troféu Copa do Brasil 2013



Fonte: Clube de Regatas do Flamengo

Considerando as diferentes realidades institucionais dos museus, Fiorante (2025) destaca que, na ausência de instrumentos de precisão, é admissível o registro de medidas aproximadas. Essa prática possibilita a salvaguarda mínima da informação e auxilia no planejamento do espaço necessário para a guarda e a exposição do objeto, até que medições mais precisas possam ser realizadas, e então atualizado na documentação.

- Estado de conservação

Segundo o CIDOC (2014), o estado de conservação é um termo ou código único que descreve a condição geral de um objeto. A partir de critérios previamente definidos pela instituição, um objeto pode ser classificado como Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo.

De acordo com Cândido (2006) temos as seguintes definições para identificar o estado de conservação do um objeto:

Ótimo – O bem encontra-se em excelentes condições de conservação, totalmente íntegro, sem necessidade de intervenção ou restauração, tampouco tendo passado por procedimentos dessa

natureza anteriormente. Nesse estado, o objeto preserva integralmente suas características materiais, formais e estéticas originais, podendo apresentar apenas uma leve pátina do tempo.

Bom – O objeto apresenta suas características físicas e estéticas originais em boas condições de conservação, mesmo que já tenha sido submetido a algum processo de restauração. Pode demandar pequenas intervenções pontuais ou a substituição de elementos acessórios não originais, como molduras e vidros. Nesse estado, o bem não deve apresentar descaracterizações significativas nem processos ativos de deterioração, como ataque de insetos, desenvolvimento de microorganismos ou desprendimento de camadas superficiais.

Regular – O bem apresenta sinais visíveis de deterioração, como sujidades, pequenas perdas materiais e etapas iniciais de processos de deterioração, incluindo ataque de insetos, desenvolvimento de fungos, desprendimentos de policromia, fissuras, rachaduras, escurecimento de vernizes ou oxidação. Apesar dessas alterações, a leitura estética, histórica e simbólica do objeto ainda é possível. Nesse estado, o bem pode necessitar de higienização especializada e de intervenções pontuais de conservação.

Péssimo – O objeto encontra-se em estágio avançado de deterioração, apresentando perdas extensas e, em alguns casos, irreversíveis de sua materialidade, além de descaracterizações severas. Podem estar presentes partes apodrecidas, deformações acentuadas, manchas de umidade, escorrimentos de água, intenso ataque de insetos, proliferação de microorganismos, desprendimento significativo de camadas superficiais ou danos decorrentes de intervenções inadequadas realizadas anteriormente. Nesse estado, o bem exige uma avaliação criteriosa e a definição de estratégias de conservação mais complexas.

O estado de conservação de um bem deve ser registrado no momento em que o objeto passa a integrar o acervo e, conforme destaca Fiorante (2025), precisa ser atualizado sempre que houver qualquer movimentação, como empréstimos, exposições ou mudanças de acondicionamento.

O campo de estado de conservação tem uma função de responsabilização institucional, pois contribui para assegurar a proteção física do objeto e registra sua condição em momentos-chave do seu ciclo de vida no museu. Além disso, contribui diretamente para a gestão da conservação do acervo como um todo: quando um objeto apresenta sinais de risco, como possibilidade iminente de infestação ou deterioração acelerada, ele pode ser imediatamente isolado de outros objetos, evitando a propagação de danos (CIDOC, 2014).

- **Localização do objeto**

Esse campo constitui um importante instrumento para a gestão do acervo, pois, segundo o CIDOC (2014), corresponde ao termo que identifica o local onde o objeto se encontra fisicamente, devendo ser constantemente atualizado. Essa informação precisa ser registrada de forma detalhada, incluindo dados como edifício, sala, armário, prateleira e caixa.

A manutenção da localização atualizada é fundamental para a segurança, a definição de responsabilidades e o controle de acesso aos espaços de guarda e exposição. Ao delimitar esses registros, Fiorante (2025) destaca que esse procedimento contribui para evitar a dissociação dos objetos de sua documentação. A mesma autora ressalta ainda que as informações referentes à localização do objeto não devem ser divulgadas publicamente por motivos de segurança, a fim de evitar acessos indevidos que possam resultar em furtos, roubos ou atos de vandalismo. Dessa forma, tais dados devem ser compartilhados apenas com a equipe que atua diretamente com o acervo e com os gestores do museu.

Antes do início do processo de inventário, é fundamental que a instituição normatize a nomenclatura dos locais de guarda e suas respectivas siglas, abrangendo edifícios, salas e mobiliários. Posteriormente, deve-se padronizar a forma de preenchimento dessas informações, de modo a garantir a consistência dos registros e prevenir a perda ou a fragmentação dos dados.

Exemplos de siglas:

Reserva Técnica: RT

Laboratório: Lab

Mapoteca: Map

Trainel: Tr

- **Data que a informação foi registrada**

Esse campo tem a finalidade de atuar como um marcador de responsabilidade e de controle das atividades realizadas, devendo ser preenchido no momento do inventário. Nele

devem ser registrados todos os processos relacionados à conferência da documentação e às atualizações do estado de conservação do objeto. Fiorante (2025) destaca que, quando associado ao campo “Responsável pelo registro”, esse dado contribui para a segurança, o controle das atividades e, sobretudo, para a construção de um histórico contínuo de cada objeto ao longo de sua trajetória institucional.

As informações registradas neste campo devem ser padronizadas pela instituição, a fim de garantir maior precisão e confiabilidade dos dados. Nesse sentido, Fiorante (2025) recomenda o registro completo da data, contemplando dia, mês e ano, enquanto Cândido (2006) aponta que, no mínimo, devem constar o mês (por extenso) e o ano.

Exemplo: 14/01/2025 ou janeiro de 2025

- Responsável pelo registro

Nesse campo deve constar o nome do inventariante, ou seja, da pessoa responsável pela documentação do objeto. De acordo com Panisset (2017), essa informação deve ser padronizada, registrando-se obrigatoriamente o nome e o sobrenome do responsável. Toda atualização da documentação deve incluir o registro do inventariante correspondente, garantindo a rastreabilidade das intervenções realizadas ao longo do tempo.

O processo de inventariação é contínuo e deve ser atualizado a cada vistoria e validação do objeto, sendo necessário registrar, nesses momentos, o nome do profissional responsável. Assim como ocorre com o campo “Data em que a informação foi registrada”, Fiorante (2025) argumenta que esse registro tem como finalidade assegurar a segurança, o controle das atividades e a construção de um histórico documental de cada objeto.

4.3- O Produto: O Guia de aplicação do inventário

Apresentação

O processo de inventário de bens móveis musealizados, para o patrimônio esportivo, enfrenta a ausência de instruções normativas estruturadas voltadas especificamente para essa

tipologia. Essa lacuna gera hiatos informacionais que impactam diretamente a gestão do acervo, bem como a conservação física e simbólica dos objetos. Diante desse cenário, a elaboração deste guia tem como propósito oferecer suporte técnico ao processo de documentação museológica voltado ao patrimônio esportivo.

Para a construção do guia, foram adotadas as diretrizes do Spectrum 4.0 e do CIDOC como campos obrigatórios do inventário, de modo a assegurar conformidade com referenciais internacionais de documentação. Serão incorporados, ainda, campos do Object ID, que dialogam diretamente com o processo de inventariação e acrescentam uma camada adicional de segurança ao acervo. As reflexões de Fiorante (2025) e Cândido (2006) foram utilizadas como base para o debate e definição de campos.

Para além dessas diretrizes, o guia foi complementado por aspectos específicos relacionados ao universo esportivo. A identificação desses pontos foi realizada a partir da análise da documentação disponibilizada pelo Clube de Regatas do Flamengo, Sport Club Internacional, Grêmio Foot-Ball Porto Alegre e Botafogo de Futebol e Regatas.

Para cada tópico, o guia traz as definições dos campos do inventário, com o objetivo de esclarecer sua função e aplicabilidade no contexto museológico esportivo. A estrutura proposta fundamenta-se nas boas práticas de documentação museológica e nas especificidades conceituais desse tipo de acervo.

Segue apresentação da proposta

Título do Campo: Termo que descreve o campo	
Definição	Definição do campo e as informações que devem estar constar
Tipo de campo	Obrigatório ou não? Permite repetições em outros objetos?
Objetivo do campo	Qual objetivo de cada campo e a função para a preservação do acervo
Orientações	Orientações para preenchimento do campo
Exemplo	exemplos de preenchimento do campo
Atenção	Pontos a se ter atenção no preenchimento

Título do Campo: Número de inventário	
Definição	Código identificador atribuído pela instituição museológica, que estabelece relação direta e permanente entre o objeto e sua documentação.
Tipo de campo	Obrigatório. Não pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Garantir a identificação exclusiva do objeto; • Servir como referência numérica única em todas as atividades museológicas (documentação, conservação, exposição, empréstimo e pesquisa); • Permitir a localização física e digital do objeto.

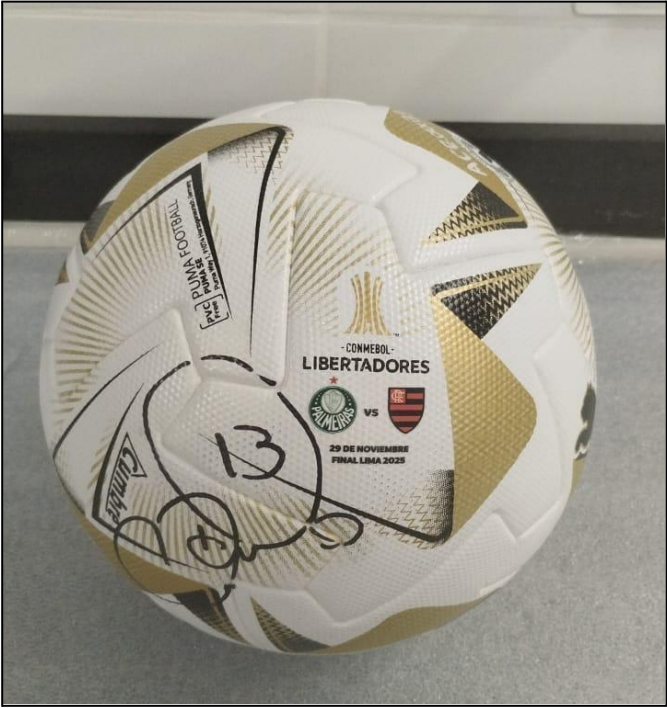
Orientações	• O número de inventário pode ser composto por números, letras ou por uma combinação de ambos, conforme padrão definido pela instituição; • No caso de objetos compostos, cada parte deve ser identificada individualmente, utilizando o mesmo código-base acrescido de letras sequenciais, números ou indicação de parte/todo, de modo a diferenciar os elementos entre si; • O número de inventário deve estar registrado diretamente no objeto, em etiquetas ou em seus invólucros, respeitando critérios de conservação e segurança.
Exemplos	• TROF.000001 • IND.000001 ½ • MB.F.001 • CRF.000.001a
Atenção	• O padrão de codificação deve ser definido antes do início do processo de documentação do acervo; • É fundamental atenção à grafia do código, pois qualquer erro pode comprometer a recuperação e o cruzamento das informações nos sistemas de documentação.

Título do Campo: Nome do Objeto	
Definição	Denominação atribuída ao objeto com a finalidade de identificá-lo no âmbito da documentação
Tipo de campo	Obrigatório. Pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Constituir elemento essencial para a descrição das coleções; • Permitir a identificação e a recuperação do objeto nos sistemas de documentação; • Exercer função de segurança, em casos de roubo ou furto, auxilia na divulgação e reconhecimento do objeto.
Orientações	• Pode ser atribuído pelo artista ou coletor • O nome do objeto pode ser atribuído a partir de inscrições ou marcas no objeto • Na ausência dessas informações, o nome deve ser atribuído conforme protocolos e critérios previamente estabelecidos pela instituição, preferencialmente com base em vocabulário controlado ou thesaurus para acervo museológico.
Exemplos	• Camisa de futebol Zico nº 10 • Bola da final da Copa Libertadores da América • Troféu Campeonato Carioca
Atenção	• No contexto do patrimônio esportivo, grande parte do acervo é composta por objetos produzidos em larga escala e, portanto, sem autoria individual definida, ficando a atribuição do nome sob responsabilidade da instituição; • A padronização dos critérios de atribuição do nome do objeto é fundamental para garantir consistência documental e facilitar a recuperação da informação.

Título do Campo: Tipologia	
Definição	Classificação do objeto que corresponde à sua denominação tipológica, associada às suas características físicas, funcionais e formais, permitindo o enquadramento do bem em uma categoria definida pela instituição.
Tipo de campo	Obrigatório Pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Assegurar a correta classificação do objeto no acervo; • Auxiliar na definição de responsabilidades institucionais relacionadas à guarda, conservação e tratamento técnico; • Facilitar o acesso à informação, bem como a comunicação interna e externa sobre o acervo.
Orientações	• A atribuição dos termos tipológicos deve seguir padronização previamente definida pela instituição; • Recomenda-se o uso de vocabulários controlados ou thesaurus museológicos como base para a definição das tipologias, podendo ser adaptados à realidade do patrimônio esportivo; • A tipologia deve ser atribuída de forma consistente, considerando critérios objetivos e replicáveis
Exemplos	• Troféu • Indumentária • Acessório Esportivo

Atenção	• A padronização das classificações tipológicas deve ser estabelecida antes do início do processo de documentação, a fim de evitar inconsistências e dificuldades na recuperação das informações; • No caso de objetos de uso cotidiano, itens fisicamente semelhantes podem receber denominações distintas conforme sua função, contexto de uso ou significado simbólico, devendo esses critérios estar claramente definidos pela instituição.
---------	--

Título do Campo: Foto	
Definição	Registro fotográfico do objeto, realizado com a finalidade de apoiar sua identificação, documentação e acompanhamento ao longo do tempo.
Tipo de campo	Facultativo. Não pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Auxiliar na identificação do objeto; • Apoiar processos de recuperação em casos de extravio, roubo ou furto, permitindo a confirmação do objeto a partir de marcas, inscrições e características específicas; • Contribuir para a construção do histórico de conservação do objeto, possibilitando o acompanhamento de alterações físicas e a atribuição de responsabilidades institucionais ao longo do tempo.

Orientações	• A ficha de inventário deve conter, no mínimo, uma fotografia principal do objeto, preferencialmente em vista geral; • Fotografias complementares, com registros de detalhes, marcas, inscrições ou áreas de degradação, devem ser produzidas e armazenadas em local seguro, físico ou digital; • As imagens devem estar claramente associadas ao respectivo número de inventário, garantindo a vinculação correta entre objeto e documentação.
Exemplo	
Atenção	Não pode ser reutilizado para identificar outros objetos documentados, devendo estar associado exclusivamente a um único item do acervo.

Título do Campo: Assunto Tema	
Definição	Conjunto de palavras-chave e termos controlados utilizados para representar o objeto e o contexto ao qual ele está associado, permitindo sua organização temática na documentação.
Tipo de campo	Facultativo Pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Facilitar o acesso e a recuperação da informação; • Auxiliar na identificação do objeto a partir de seus aspectos temáticos e contextuais; • Promover a associação entre objetos semelhantes; • Facilitar o acesso à informação, bem como a comunicação interna e externa sobre o acervo.
Orientações	• Deve ser utilizado caso seja previamente definido pela instituição • Descrição genérica do objeto • Modalidade esportiva, gênero e categoria
Exemplos	• Futebol Feminino - Sub 20 • Futebol Masculino - Profissional • Institucional
Atenção	A padronização das classificações de assunto ou tema deve ser estabelecida antes do início do processo de documentação, a fim de evitar inconsistências e dificuldades na recuperação das informações.

Título do Campo: Histórico	
Definição	Conjunto de informações de carácter simbólico, contextual e histórico associados ao objeto, que explicam o seu significado, trajetória e relevância no âmbito do acervo.
Tipo de campo	Obrigatório Pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	- Definir a relevância cultural, histórica e simbólica do objeto que justifica sua incorporação ao acervo; - Subsidiar a formulação e a aplicação da política de aquisição, manutenção e descarte da instituição. - Facilitar o acesso à informação, bem como a comunicação interna e externa sobre o acervo.
Orientações	- A descrição deve apresentar, de forma clara e objetiva, a história, o contexto de uso e a simbologia do objeto no conjunto do acervo; - Recomenda-se estabelecer a relação do objeto com competições, eventos esportivos, atletas, equipes, dirigentes ou momentos significativos da trajetória institucional
Exemplos	- Bola com aquele o atleta Danilo marcou o gol decisivo na partida final da Copa Libertadores da América de 2025. - Ingresso do jogo Flamengo x Botafogo, realizado em 15/11/1972, com o placar de 6 x 0, partida conhecida como “Jogo da Vingança”.
Atenção	A incorporação de objetos que não apresentam correlação clara com a missão, os objetivos e a política institucional pode resultar na formação de acervos desconexos, demandando recursos materiais, espaço físico e esforço técnico que, futuramente, poderão exigir processos de descarte.

Título do Campo: Aquisição	
Definição	Registro das informações relativas à forma de ingresso do bem no acervo, incluindo a modalidade de aquisição, a data e a origem, bem como outros dados relevantes do processo.
Tipo de campo	Obrigatório Pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Esclarecer a responsabilidade jurídica da instituição em relação ao objeto; • Estabelecer a situação de posse e guarda do bem no âmbito institucional; • Comprovar a legalidade da incorporação do objeto ao acervo.
Orientações	• Registrar a modalidade de ingresso do objeto, conforme classificação adotada pela instituição; • Devem ser incluídos, sempre que possível, os dados do proprietário anterior, do doador, do depositante ou da instituição de origem; • Registrar informações sobre as funções, usos ou contextos de utilização do objeto antes de sua entrada na instituição;
Exemplos	• Doação • Empréstimo • Depósito • Incorporação
Atenção	A ausência ou incompletude das informações de aquisição dificulta o estabelecimento dos direitos de propriedade, de uso e de uso de imagem, podendo gerar insegurança jurídica para a instituição.

Título do Campo: Dimensões	
Definição	Registro das dimensões e do peso do objeto, com a finalidade de subsidiar o planejamento da gestão, da conservação e da movimentação do acervo.
Tipo de campo	Obrigatório Pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Desempenhar papel central na gestão do acervo, definindo as necessidades de espaço para guarda, reserva técnica e exposição; • Subsidiar a confecção e a adequação de embalagens, suportes; • Auxiliar na identificação do objeto e no controle de sua movimentação.
Orientações	• Devem ser utilizados instrumentos adequados de medição, como régua, trena e balança de precisão; • A instituição deve padronizar previamente os procedimentos de medição, as unidades de medida e as siglas adotadas; • De modo geral, recomenda-se o registro no formato Altura × Largura × Profundidade, utilizando unidades de medida como centímetros (cm) para dimensões e quilogramas (kg) para peso; • Deve ser registrado as maiores dimensões
Exemplos	• 100 x 50 x 50 cm - 25 kg • 15 x 15 x 10 cm - 0,5kg
Atenção	Na ausência de instrumentos de medição com precisão adequada, podem ser registradas medidas aproximadas, devendo essas informações ser revisadas e atualizadas assim que possível.

Título do Campo: Estado de Conservação	
Definição	Termos que descrevem a condição geral do objeto no momento do registro, considerando seus aspectos físicos, estruturais e de integridade.
Tipo de campo	Obrigatório Pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Estabelecer a responsabilização institucional sobre o objeto; • Subsidiar ações de proteção física e preventiva do bem; • Apoiar o planejamento, o monitoramento e a priorização de ações de conservação no acervo
Orientações	• A avaliação do estado de conservação deve seguir critérios previamente definidos e padronizados pela instituição; • O objeto deve ser classificado no momento de sua entrada no acervo e ter seu estado de conservação atualizado sempre que houver movimentação
Exemplos	Ótimo – Objeto íntegro, em excelentes condições, sem necessidade ou histórico de intervenção, com características materiais e simbólicas preservadas, podendo apresentar leve pátina do tempo. Bom – Objeto em boas condições, íntegro ou com restauração estável, sem processos ativos de deterioração, apresentando sinais de desgaste compatível com uso e podendo demandar intervenções pontuais. Regular – Objeto com sinais evidentes de uso e deterioração, pequenas perdas ou início de processos degradativos, mantendo leitura histórica, funcional e simbólica, podendo necessitar de ações conservativas. Péssimo – Objeto em estado avançado de deterioração, com perdas significativas, descaracterizações e/ou processos ativos, comprometendo sua integridade e exigindo avaliação técnica especializada.

Atenção	A ausência de atualização deste campo compromete a capacidade da instituição de identificar riscos, mapear danos iminentes e adotar medidas preventivas adequadas para a preservação do acervo.
---------	---

Título do Campo: Localização	
Definição	Informação voltado para a gestão do acervo, nesse campo deve constar a localização física atual do objeto
Tipo de campo	Obrigatório Pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Assegurar a segurança • Definir responsabilidade e controle de acesso aos espaços de guarda • Evita a dissociação dos objetos e de sua documentação
Orientações	• Deve constar edifício, sala, armário, prateleira e caixa • Deve ser atualizado constantemente • A atribuição dos termos da localização deve seguir padronização previamente definida pela instituição;
Exemplos	• Reserva Técnica: RT • Laboratório: Lab • Mapoteca: Map
Atenção	As informações de localização não devem ser divulgadas publicamente por motivos de segurança, informação que deve se restringir à equipe que atua diretamente com o acervo e os gestores do museu

Título do Campo: Data do Registro	
Definição	Campo destinado ao registro da data em que o objeto foi inventariado ou teve suas informações documentais atualizadas.
Tipo de campo	Obrigatório Pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Atuar como marcador de responsabilidade institucional; • Permitir o controle das atividades de documentação e gestão do acervo; • Registrar o histórico do objeto no âmbito da instituição
Orientações	• O campo deve ser preenchido no momento da realização do inventário; • Deve ser atualizado sempre que houver conferência do objeto ou alteração de informações relevantes, como mudanças no estado de conservação; • A grafia da data deve seguir padronização previamente definida pela instituição
Exemplo	14/01/2026
Atenção	A ausência de padronização no registro das datas pode comprometer a confiabilidade das informações e dificultar o controle histórico do acervo.

Título do Campo: Responsável pelo registro	
Definição	Campo destinado à identificação do técnico ou profissional responsável pela documentação do objeto e pela atualização de suas informações.
Tipo de campo	Obrigatório Pode ser repetido em outros objetos do acervo
Objetivo do campo	• Atuar como marcador de responsabilidade institucional; • Permitir o controle das atividades de documentação e gestão do acervo; • Registrar o histórico do objeto no âmbito da instituição
Orientações	• A cada atualização da documentação, deve ser registrado o nome do responsável pela nova inserção ou alteração das informações; • A grafia do nome deve seguir padronização previamente definida pela instituição, garantindo consistência e rastreabilidade; • Recomenda-se o registro do nome completo (nome e sobrenome) do responsável.
Exemplo	Ariane Corrêa
Atenção	O preenchimento padronizado e contínuo deste campo é fundamental para garantir a rastreabilidade das intervenções e decisões técnicas relacionadas ao objeto ao longo do tempo.

As definições e os exemplos apresentados acima não possuem caráter prescritivo ou estático. Pelo contrário, tratam-se de orientações abertas à adaptação às dinâmicas e às especificidades de cada instituição. Este guia tem como objetivo funcionar como uma sistematização das boas práticas internacionais de documentação museológica, incorporando discussões que abarcam o universo do patrimônio esportivo.

O processo de inventariação pode ser realizado de diferentes formas, por meio de tabelas elaboradas em Excel, Word ou em sistemas de catalogação. O mais importante é que os metadados⁴³ selecionados estejam em diálogo com os campos do inventário. Em instituições que não dispõem de acesso a computadores, o registro pode ser feito em fichas de papel, de modo a evitar a perda de informações. No entanto, é fundamental considerar a posterior digitalização desses dados, uma vez que a consulta em fichas físicas é mais lenta e dificulta a recuperação das informações.

A partir do que foi proposto, apresenta-se a seguir uma ficha de inventário preenchida de acordo com as orientações do Guia de Preenchimento de Inventário. As informações constantes na ficha foram obtidas a partir do site do Museu Flamengo⁴⁴. Nos casos em que houve ausência de informações, foram utilizados dados fictícios, ressaltando-se que estes se destinam exclusivamente a fins exemplificativos de preenchimento.

Figura 42- Modelo de ficha de inventário preenchida

Ficha de inventário	
Número de Inventário:	INV.F.000001
Nome do objeto:	Camisa Zico nº 10 Mundial Interclubes 1981
Tipologia:	Indumentária
Assunto Tema:	Futebol Masculino - Profissional
Histórico:	Camisa utilizada pelo atleta em 13/12/1981, na final do Mundial Interclubes de 1981, disputado contra o Liverpool, ocasião em que o Clube de Regatas do Flamengo sagrou-se campeão mundial com o placar de 3 a 0.
Aquisição:	Doação. Arthur Antunes Coimbra no dia 13/10/1990
Medidas:	77 x 80 cm
Estado de Conservação:	Regular, apresenta amarelecimento
Localização:	Museu - Área Rumo à Tokyo
Data do Registro:	24/01/2026
Responsável pelo Registro:	Ariane Corrêa



Fonte: Elaborada pela autora

⁴³Para Padilha (2014) o metadado é dado sobre o dado, permite uma manipulação e recuperação de dados. O conjunto de metadados em um software fornece informações sobre as informações. Ele descreve e representa os objetos nos sistemas informatizados.

⁴⁴<https://museuflamengo.com/item-detalle/vestimentas/2>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas corporais estão presentes em toda relação humana desde a Antiguidade, podendo ser identificadas em diferentes períodos históricos. Ao longo do tempo as técnicas, os assessorios esportivos, o vestuário e a participação de pessoas com diferentes características (mulheres, crianças, pessoas com deficiência...) com isso, os objetos relacionados a essas práticas também foram se transformando. Dessa forma, refletir e pesquisar sobre esporte possibilita a construção de novos olhares para as relações humanas. Preservar objetos que são frutos dessas interações constitui também, uma forma de preservar valores e memória, sendo museus um espaço privilegiado para a salvaguarda da memória.

As atividades desenvolvidas por um museu vão muito além da exposição, abrangendo a gestão do acervo com o objetivo principal de garantir a conservação física e simbólica dos bens musealizados. Para que essa gestão ocorra de forma eficiente, torna-se fundamental o estabelecimento de uma documentação estruturada, capaz de subsidiar os processos de controle, preservação e acesso à informação, contribuindo para uma gestão plena do acervo.

O desenvolvimento da pesquisa evidenciou a inexistência de orientações específicas voltadas à gestão do patrimônio esportivo, diferentemente do que ocorre em tipologias museológicas mais "tradicionais", como os museus históricos e de arte, que dispõem de diversos manuais e normativas próprias. Diante desse cenário, esta pesquisa partiu do pressuposto de que a padronização dos procedimentos documentais potencializa a gestão dos acervos. A partir desse entendimento e da identificação dessa lacuna metodológica foi levantada a seguinte questão: as normativas pré-existentes, elaboradas para outras tipologias museológicas, são suficientes para atender às demandas específicas dos museus do esporte?

A partir dessa questão, surgiu a proposta de construção de um guia para preenchimento de inventário para museus do esporte. Para alcançar esse objetivo, foi realizado um estudo de caso do processo de inventariação Clube de Regatas do Flamengo e uma análise comparativa do Sport Club Internacional, Grêmio Foot-Ball Porto Alegre e Botafogo de Futebol e Regatas.

Essa questão revela-se de grande relevância, mesmo considerando que os museus do esporte representam cerca de 1% das instituições cadastradas na plataforma Museusbr.

Soma-se a esse dado a persistência, no senso comum, de uma associação do esporte ao lazer e ao efêmero, o que contribui para a resistência em reconhecê-lo como patrimônio cultural digno de salvaguarda. No entanto, a pesquisa, a documentação e a conservação do patrimônio esportivo mostram-se imprescindíveis para a compreensão da sociedade e de suas transformações sociais, uma vez que o esporte reflete valores, identidades, conflitos e dinâmicas culturais de seu tempo.

Ao estabelecerem seus processos de documentação, as instituições dedicadas ao patrimônio esportivo devem considerar as características próprias das atividades esportivas, tais como o caráter celebratório, o olhar frequentemente romantizado sobre o passado, exaltação de nomes considerados grandes heróis e o elevado dinamismo dessas práticas. Esses aspectos influenciam diretamente a constituição dos acervos e, conseqüentemente, os modos de organização, interpretação e exposição dos bens musealizados, exigindo abordagens documentais sensíveis às especificidades desse campo.

O patrimônio esportivo manifesta-se de forma diversa, abrangendo não apenas bens materiais, como troféus, camisas e bolas, mas também expressões de natureza imaterial, a exemplo dos cantos das torcidas e das práticas associadas aos eventos esportivos. Soma-se a essas manifestações a dimensão da paisagem urbana, representada por estádios, bares e outros espaços vinculados à vivência esportiva, que atuam como locais de socialização e de transmissão da memória coletiva. Reconhecendo a relevância dessa relação entre esporte e memória, os clubes esportivos têm progressivamente instituído espaços de preservação e comunicação de seus acervos, que variam desde salas de troféus até museus estruturados, voltados aos torcedores e à sociedade em geral.

Em busca de uma preservação global dos bens musealizados, observou-se que a ferramenta mais eficaz de gestão museológica para fins de preservação é a documentação estruturada e padronizada, capaz de abarcar tanto as dimensões simbólicas quanto físicas dos acervos. Dentre as ferramentas utilizadas para esse fim, destacam-se o inventário e a catalogação. No entanto, segundo as diretrizes internacionais, o inventário é considerado prioritário nos casos em que a instituição não possui um sistema previamente estabelecido, razão pela qual esse instrumento constitui o foco central desta pesquisa.

Um inventário consistente e abrangente do acervo pode exercer um papel que vai além da gestão cotidiana, não se limitando apenas ao conhecimento quantitativo dos objetos

que compõem a coleção ou à sistematização de sua localização. O inventário possibilita o controle não apenas dos bens incorporados de forma definitiva, mas também daqueles que se encontram em regime de empréstimo ou em depósito. Para além do controle físico, esse instrumento desempenha funções fundamentais, como a identificação de responsabilidades institucionais, o fornecimento de informações atualizadas, o registro da titularidade dos bens e o acompanhamento do estado de conservação de cada objeto.

Um inventário bem estruturado abarca a dimensão simbólica do acervo, além das escolhas institucionais relacionadas ao que se decide selecionar, preservar e comunicar. Esse exercício mostra-se especialmente relevante em instituições comprometidas com a construção de uma narrativa mais inclusiva e polifônica, uma vez que, conforme observado ao longo da pesquisa, a construção dos acervos esportivos no Brasil, e por consequência os museus, tendem a seguir uma lógica de discurso hegemônico. Diante desse cenário, instituições que reconhecem esta lacuna podem atuar de forma mais ativa na formulação de suas políticas de incorporação de acervo.

No que se refere aos referenciais técnicos adotados, foi realizada uma análise das normativas internacionais relativas aos campos obrigatórios do CIDOC e do Spectrum 4.0 para inventário e catalogação, com o intuito de estabelecer uma distinção metodológica clara entre esses procedimentos. Para além desses referenciais, também foram consideradas as diretrizes do Object ID, uma vez que essa normativa está voltada à segurança do acervo e suas orientações contribuem para a recuperação de bens em casos de extravio, configurando-se como um importante instrumento para a preservação dos objetos museológicos.

Após a compreensão das diretrizes de documentação estabelecidas pelas normativas internacionais foram analisadas de forma individualizada, as fichas de inventário e as metodologias de preenchimento dos campos dos museus do Sport Club Internacional, Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e Botafogo de Futebol e Regatas, com o objetivo de compreender as demandas específicas dessas instituições no universo dos museus do esporte.

Essa análise foi realizada a partir do cruzamento das fichas de documentação com as diretrizes estabelecidas pelo CIDOC, pelo Spectrum 4.0 e pelo Object ID, visando avaliar a adequação metodológica dos instrumentos utilizados pelas instituições estudadas. No caso do Sport Club Internacional, a ficha analisada é denominada “Ficha de catalogação”; contudo,

seus campos não contemplam os requisitos mínimos exigidos tanto para o inventário quanto para a catalogação, conforme as orientações do CIDOC e do Spectrum 4.0. Essa insuficiência também se verifica em relação aos campos estipulados pelo Object ID. Ademais, não foram identificados campos específicos voltados às particularidades do universo esportivo, o que evidencia uma fragilidade metodológica no instrumento de documentação adotado pela instituição.

Em relação ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, a ficha de inventário apresenta todos os campos obrigatórios indicados pelo CIDOC e pelo Spectrum 4.0, atendendo de forma quase integral às diretrizes do Object ID, com exceção do campo “assunto/tema”. Destaca-se, nesse caso, a existência de um campo específico denominado “Históricos/Campeonato”, bem como o estabelecimento de uma metodologia de preenchimento que contempla informações relevantes para o patrimônio esportivo, como modalidade esportiva, gênero e colocação no campeonato. Observa-se, contudo, a presença de campos característicos da catalogação, como marcas e inscrições, o que posiciona esse documento em uma zona limítrofe entre inventário e catalogação.

No que se refere ao Botafogo de Futebol e Regatas, a ficha analisada apresenta quase todos os campos indicados pelo CIDOC e pelo Spectrum 4.0, registrando apenas duas ausências. Em contrapartida, no que diz respeito às diretrizes do Object ID, as lacunas identificadas são mais expressivas, configurando um cenário de maior fragilidade no que se refere à segurança do acervo. As informações específicas do universo esportivo concentram-se, majoritariamente, no campo “nome do objeto”, a partir da metodologia de preenchimento adotada pela instituição.

Tendo como estudo de caso principal o Clube de Regatas do Flamengo, foi construída uma linha do tempo dos processos de inventariação. Essa trajetória inicia-se em 2009, com um inventário que foi posteriormente descontinuado, sendo retomado em 2018 e reestruturado em 2024.

A ficha de inventário atualmente utilizada pelo Clube de Regatas do Flamengo contempla quase todas as diretrizes indicadas pelo CIDOC e pelo Spectrum 4.0, sendo a principal lacuna a ausência do campo “descrição sumária”, informação que, por convenção institucional, é registrada no campo “observação”. No que se refere às diretrizes do Object ID, a ficha apresenta ausências significativas, o que pode dificultar a rastreabilidade do objeto

em situações de extravio. Ainda assim, observa-se a presença de campos específicos voltados às particularidades do universo esportivo, como modalidade e gênero, indicando uma preocupação institucional em contemplar aspectos próprios desse tipo de patrimônio.

A análise do processo de inventário dos quatro museus estudados apresenta a forma como os museus do esporte lidam com a gestão de seus acervos. É importante destacar que o inventário de objetos museológicos já constitui uma prática realizada por essas instituições há muitos anos e, mesmo diante de rupturas ou descontinuidades, o movimento de retomá-lo indica o reconhecimento institucional da importância desse documento para a gestão do acervo. Para além disso, as atualizações das fichas de inventário apresentam um processo preocupado a atualização das informações e a valorização dos objetos. Essas práticas fortalecem a construção de uma memória institucional.

Outro aspecto relevante observado nas fichas de inventário é a presença de campos voltados a informações específicas do patrimônio esportivo, que podem aparecer de forma explícita, como o campo “modalidade”, ou a partir da metodologia de preenchimento adotada. Esses elementos evidenciam a necessidade de inclusão de dados próprios do universo esportivo para uma gestão mais adequada do acervo.

Após o cruzamento das diretrizes do CIDOC, do Spectrum 4.0 e do Object ID com as fichas de inventário dos museus analisados, foram selecionados os campos que compõem o guia para o preenchimento do inventário e sobre os quais.

Foi desenvolvido um debate teórico acerca da função de cada um deles para a gestão do acervo, evidenciando como essas informações são fundamentais para a preservação dos objetos de forma global. Essa análise reconhece e valoriza as especificidades do patrimônio esportivo, tendo como norte as demandas reais dos museus do esporte no contexto brasileiro, aqui representados pelas instituições estudadas.

O cruzamento entre normativas internacionais de gestão e segurança de acervos e as fichas de inventário utilizadas no cotidiano dos museus brasileiros teve como propósito aproximar os referenciais internacionais da realidade dos museus de clubes esportivos. A pesquisa evidenciou a atenção dessas instituições às orientações estabelecidas internacionalmente e demonstrou, na prática, a adaptabilidade das normativas propostas pelo CIDOC e pelo Spectrum 4.0.

A pesquisa constituiu um esforço de ampliação do debate sobre a documentação museológica voltada especificamente ao patrimônio esportivo, com o objetivo de mitigar os efeitos da ausência de diretrizes e orientações consolidadas. Essa lacuna expõe os museus do esporte a situações de inconformidade com normativas internacionais ou à adoção de conceitos e procedimentos que não se adequam plenamente às especificidades dessa tipologia museológica.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram enfrentadas algumas dificuldades, especialmente no que se refere à abertura institucional para o compartilhamento de dinâmicas metodológicas relacionadas à documentação. Em determinadas interlocuções, os profissionais responsáveis demonstraram restrições em fornecer informações consideradas sensíveis, por estarem diretamente vinculadas a seus contextos de trabalho.

A principal contribuição desta pesquisa consiste na elaboração de um guia prático para o preenchimento de inventário, com potencial de aplicação em instituições esportivas. Essa ferramenta visa apoiar a gestão, a preservação e o acesso à informação, atuando como um instrumento de fortalecimento das políticas de documentação museológica no campo do patrimônio esportivo.

Ainda assim, esta pesquisa configura-se como um ponto de partida para o aprofundamento dos debates sobre os processos de documentação em museus do esporte. Considerando que o estudo concentrou-se especificamente no inventário, abre-se um amplo campo para investigações futuras voltadas à normatização de outros procedimentos documentais, contribuindo para o fortalecimento de uma área sensível às especificidades do patrimônio esportivo. O produto será apresentado em congressos e publicações, para que assim mais profissionais de museus esportivos tenham acesso.

REFERÊNCIAS

ALEGRIAS, L. O futebol na construção das representações identitárias nos museus. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 54, n. 10, 2017. DOI: 10.36572/csm.2017.vol.54.06.

ARROJA, Ângela Cristina Monteiro. **As instituições desportivas e a sua relação com o património: estudo de caso: Sport Lisboa e Benfica vs Sporting Clube de Portugal**. 2012. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

AZEVEDO, C.; ALFONSI, D. A patrimonialização do futebol: notas sobre o Museu do Futebol. **Revista de História**, São Paulo, n. 163, p. 275-292, jul./dez. 2010.

BALLARDO, L. Documentação museológica: uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional. **Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 2, número especial, ago. 2022.

BONFIM, Aira F. **Futebol feminino no Brasil: entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915-1941)**. 1. ed. São Paulo: Cassimano, 2023.

BONFIM, A.; PINTO, R. **Memórias esportivas brasileiras: pesquisas e mapeamento**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/legislacao/art-215-216-art-68.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111906.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Caderno de diretrizes museológicas**. 2. ed. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2006.

BROMBERGER, C. Por que se interessar pelo patrimônio esportivo? **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2021.

CÂNDIDO, M. I. Documentação museológica. In: BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília, DF: IPHAN, 2006.

CASTRO, Ruy. **O vermelho e o negro: pequena grande história do Flamengo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DESvallées, André; MAIRESSE, François (org.). **Conceitos-chave de museologia**. Rio de Janeiro: ICOFOM; Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

DRUMOND, Maurício. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 398-421, jul./dez. 2009.

FLAMENGO, Clube de Regatas do. **Estatuto social**. Rio de Janeiro, 1992.

FERREZ, H. D. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática**. 1994. Disponível em: <https://www.academia.edu/31151406>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Declaração dos princípios de documentação em museus: diretrizes internacionais de informação sobre objetos – categorias de informação do CIDOC**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Spectrum 4.0: o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO; ACAM PORTINARI. **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**. São Paulo; Brodowski: ACAM Portinari, 2010.

GUTERMAN, M. Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. **Projeto História**, São Paulo, n. 29, p. 267-279, dez. 2004.

JORNAL DOS SPORTS. *Mengo liquida cobreloa e traz a taça. Agora, o mundial*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1981. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2025.

LIMA, D. Museologia, museu e patrimônio: patrimonialização, musealização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2012.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. *A documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica*. In: LOUREIRO, Maria Lucia N. M.; GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (org.). *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. *A documentação museológica entre a arte e a ciência*. In: LOUREIRO, Maria Lucia N. M.; GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (org.). *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008.

MELO, Marcelo Paula de. Políticas de esporte e lazer, políticas sociais e teoria de Estado. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, set. 2013.

MELO, V. A.; FONSECA, V. L.; PERES, F. F. Patrimônio esportivo: um tema de investigação. **Projeto História**, São Paulo, v. 59, p. 261-284, 2017.

MENDONÇA, E. C.; SOUSA, J. N. P. G. Coleções visitáveis: relatos de experiência. **Revista CPC**, São Paulo, v. 15, p. 375-398, 2020.

MITIDIERI, M. C. A. **A experiência esportiva nos museus**. 2022. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MITIDIERI, M. C. A.; ROCHA, L. M. O patrimônio esportivo e os museus do esporte no Google Arts & Culture. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 418-439, abr./jun. 2021.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro; Brasília, DF: IPHAN, 2016.

NASCIMENTO, Fabiana Ortiz do. Política de esportes durante a ditadura militar. In: **ENCONTROS INTERNACIONAIS E XVIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO**, 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História, 1993.

PADILHA, R. C. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. v. 2.

PEREIRA, E.; FILHO, M. L. Introdução: coleções, colecionadores e práticas de representação. In: **Coleções, colecionadores e práticas de representação**. Goiânia: Cegraf UFG, 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 21.677, de 3 de julho de 2002**. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 3 jul. 2002.

SIOGOLI, M. A.; JUNIOR, D. R. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 111-119, 2004.

TEIXEIRA, L. C.; GHIZONI, V. R. **Coleção Estudos Museológicos**. v. 1. Florianópolis: FCC Edições, 2012